

ÍNDICE DE CIDADES EMPREENDEDORAS



BRASIL
2017



FICHA TÉCNICA

Índice de Cidades Empreendedoras - Brasil 2017
Relatório de pesquisa Endeavor Brasil - 2017/02

EQUIPE TÉCNICA

Pedro Lipkin - Coordenador de Pesquisa

Renata Mendes Bezerra - Pesquisadora

Bruno Carpegiani - Estagiário

Karina Almeida - Estagiária

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7	INOVAÇÃO	50
APRESENTAÇÃO	9	Breve panorama da inovação no Brasil	
NOVIDADES PARA 2017	10	Inovação como motor da economia: exemplos do Sul e Sudeste	
COMO LER ESTE RELATÓRIO	12	Desenvolvimento regional por meio da inovação	
ÍNDICE DE CIDADES EMPREENDEDORAS	16	CAPITAL HUMANO	56
OS PILARES	19	Limites na formação de mão de obra qualificada	
AMBIENTE REGULATÓRIO	20	A ilha da educação	
A lentidão da burocracia		Cidades onde é preciso virar o jogo	
O Nordeste segue descomplicando		CULTURA EMPREENDEDORA	62
“Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”		O potencial para empreender com alto impacto	
Distorções tributárias		A subjetividade do empreendedorismo	
BOAS PRÁTICAS NO AMBIENTE	27	Onde empreender é uma ótima escolha	
REGULATÓRIO		ANÁLISE REGIONAL	71
Boas práticas pelo mundo		Forças e fraquezas das regiões brasileiras	
Simplificando a regularização de imóveis comerciais por meio da transparência e modernização Letônia		NORTE	76
Simplificação por meio da integração institucional Colômbia		NORDESTE	78
Boa Prática no Brasil: a Redesim		CENTRO-OESTE	84
INFRAESTRUTURA	32	SUDESTE	88
Apesar de tudo, a infraestrutura evolui		SUL	94
São Paulo: a gigante da conectividade		ANEXO 1:	100
Cidades médias: empreender com qualidade de vida		METODOLOGIA	
MERCADO	38	ANEXO 2:	112
Os gargalos para o crescimento econômico		INDICADORES, FONTES E FORMAS DE CÁLCULO	
A saída da crise é pelo interior		ANEXO 3:	116
São Paulo e Rio de Janeiro: líderes em dinamismo econômico		METODOLOGIA DO DETERMINANTE DE CULTURA EMPREENDEDORA	
O efeito da crise sobre as cidades		REFERÊNCIAS	118
ACESSO A CAPITAL	44	REALIZAÇÃO	122
Menos capital disponível e para poucos			

AGRADECIMENTOS

A construção do Índice de Cidades Empreendedoras representa um grande esforço para mapear e diagnosticar as forças e fraquezas das cidades com relação ao ambiente de negócios. Isso é feito de forma muito abrangente, com 60 indicadores compondo o índice final. Por causa disso, diversas pessoas estão envolvidas, direta e indiretamente, para tornar este estudo realidade.

Assim, gostaríamos de agradecer, primeiramente, a toda a equipe da Endeavor, e, em especial, a Juliano Seabra, Marcela Zonis, Stella Roncato, Gabriela Fernandez, Cecília Zahran, Marina Thiago, Marcello Baird, Bárbara Freiris, Amanda Freitas, Camilla Junqueira, Felipe Maia, Mariana Tozzini, Ana Bandeira, Luiza Zanotto e Júlia Yazbek.

Aos nossos parceiros para o pilar de ambiente regulatório, agradecemos a Edivan Costa, fundador da SEDI, pelo fornecimento dos dados sobre tempo de abertura de empresas e regularização de imóveis, e também a EY, pelo suporte com a metodologia e coleta de dados sobre complexidade tributária e custo de impostos. Dentro da EY, agradecemos especialmente a Sergio Fontenelle, Marcelo Frateschi, Ricardo Medrado, Thayssa Lujan, Ana Leite, Felipe Oliveira, Juliane Serranos e Maiara Leones.

No pilar de infraestrutura, a 99 foi nossa parceira fornecendo dados sobre a fluidez no trânsito nos dando suporte para refinar nosso indicador. Agradecemos especialmente a Paulo Veras, Guilherme Mori, Ana Guerrini e Miguel Jacob pela colaboração e pelo interesse em contribuir com nosso estudo. Outro parceiro foi o VivaReal, que coletou os dados sobre preço do m² de imóveis nas 32 cidades que analisamos. Agradecemos, em especial, a Gabriel Porto e Rafael Frank por todo o suporte e pela disposição em nos ajudar.

Em contribuições ao pilar de inovação, agradecemos a Anprotec e, em especial, a Sheila Pires e Zacarias, pela solicitude e pelo grande esforço em nos fornecer os dados necessários sobre parques tecnológicos e ao SENAI/CNI, especialmente a Marcelo Prim e a Paula Nadai, pelos dados sobre o número de projetos de inovação. Agradecemos ainda a toda a equipe da Neoway, pelo amplo levantamento de empresas com patentes e softwares nas cidades analisadas, com agradecimento especial a Jaime de Paula Jr., Carlos Eduardo Monguillhott, Raony Cesar e Thierry Cadier.

Por fim, no pilar de acesso a capital, agradecemos a Spectra Investments pelo levantamento minucioso de informações sobre deals, que aconteceram no Brasil desde 2011. Nosso muito obrigado a Rafael Bassani e a Frederico Wiesel pela coleta de dados e pela gentileza em esclarecer nossas dúvidas.

APRESENTAÇÃO

Em um mundo a cada dia mais conectado e onde as mudanças acontecem de maneira exponencial, os empreendedores tornaram-se peças-chave na construção da sociedade em que vivemos. Nós da Endeavor, acreditamos na força do empreendedorismo e trabalhamos diariamente para multiplicar o poder de transformação do empreendedor brasileiro.

No entanto, empreender no Brasil não é tarefa fácil. Segundo o relatório “Burocracia no Ciclo de Vida das Empresas”, elaborado pela Endeavor, a maioria das empresas brasileiras (86%) não consegue cumprir todas as normas existentes. Além disso, quando comparado a outros países, as evidências demonstram que não estamos progredindo para melhorar nosso ambiente de negócios. É o que aponta o estudo “Doing Business”, do Banco Mundial, que, entre outras coisas, avalia também a facilidade em abrir novos negócios. Nesse quesito, especificamente, o Brasil figura entre os 15 piores países do mundo, ocupando a 176ª posição do ranking.

A “tempestade” que estamos enfrentando no Brasil nos últimos anos – com uma crise econômica e política – tornou evidente as consequências de um ambiente de negócios complexo e oneroso. Dentre os sintomas mais visíveis desse contexto estão a corrupção em diferentes níveis e a perda de produtividade da economia.

Com tantos problemas estruturais, por onde começar?

A mudança começa nas cidades. A administração pública municipal tem a seu favor a proximidade com o cidadão e o

poder de resolver alguns dos problemas no curto prazo. Neste sentido, o Índice de Cidades Empreendedoras analisa diversos desafios municipais – como tempo de abertura de empresas ou de regularização de imóveis, por exemplo. Com prefeitos ainda em começo de mandato, melhorias importantes no ambiente de negócios das cidades podem ser implantadas antes de 2022.

O Índice de Cidades Empreendedoras é um esforço da Endeavor em ajudar governos e sociedade civil a definir prioridades e acompanhar resultados na melhoria do ambiente de negócios. Mais especificamente:

Você, **gestor público**, pode usar este Índice para embasar uma análise abrangente da sua cidade e identificar pontos de melhoria relevantes para atividade empreendedora.

Você, **empreendedor**, pode usar o estudo para uma reflexão sobre onde estão as melhores oportunidades para desenvolver seus negócios no país.

Você, **cidadão**, pode usar o índice para acompanhar o trabalho de seu governo e cobrar do seus gestores as mudanças que precisam acontecer na sua cidade.

A partir de um ambiente de negócios mais eficiente, transparente e sem excesso de burocracia é que conseguiremos dar vazão ao poder de transformação dos empreendedores brasileiros. E esse trabalho começa nas cidades. De cidade a cidade, nós mudamos o país.

NOVIDADES

PARA 2017

O Índice de Cidades Empreendedoras é um exercício de análise abrangente do ecossistema local de empreendedorismo no Brasil. Desde a sua primeira edição em 2014, uma série de mudanças tem sido feitas com objetivo de refletir com maior precisão as características das cidades analisadas. Entre 2015 e 2016, houve a adição de novos indicadores e de novas cidades ao ranking final. Nesta edição, também foram feitas melhorias, mas, desta vez, com intuito de conferir maior precisão às estimativas dos indicadores.

Apresentamos abaixo as principais mudanças para o ICE 2017.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Na pesquisa “Burocracia no Ciclo de Vida das Empresas”, publicada pela Endeavor em 2017, o conceito de abertura de empresas foi definido como o **conjunto de processos que permite o início das atividades comerciais de uma empresa**. Com base nesse conceito, ficou mais claro o critério de definição dos processos que deveriam ou não ser contabilizados para o cálculo do tempo de aberturas de empresas. Assim, optamos por excluir quatro dos 10 processos originais, uma vez que eles não se relacionam de maneira direta com o que desejamos mensurar. O novo cálculo considera então os dias corridos para obtenção de inscrições e de licenças pelas novas empresas.

TEMPO DE ABERTURA DE EMPRESAS	
Processos analisados até o ICE 2016	Processos analisados no ICE 2017
<ul style="list-style-type: none">• OBTENÇÃO DE NIRE• INSCRIÇÃO NO CNPJ• OBTENÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL• OBTENÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL• ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO• OBTENÇÃO DO ALVARÁ DO CORPO DE BOMBEIROS• OBTENÇÃO DE CRF DE FGTS• CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS• REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO• ALVARÁ DE PUBLICIDADE	<ul style="list-style-type: none">• OBTENÇÃO DE NIRE• INSCRIÇÃO NO CNPJ• OBTENÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL• OBTENÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL• ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO• OBTENÇÃO DO ALVARÁ DO CORPO DE BOMBEIROS

INFRAESTRUTURA

Um dos grandes desafios de todas as cidades analisadas neste estudo tem a ver com a facilidade com que pessoas e mercadorias podem ser transportadas no dia a dia. Uma cidade que promove a mobilidade urbana aumenta a qualidade de vida dos indivíduos e, além disso, melhora a logística de funcionamento das empresas.

Buscando aprimorar a mensuração da infraestrutura, nesta edição do ICE modificamos o indicador de Fluidez do Trânsito nos municípios. Para calcular a fluidez nas 32 cidades, utilizamos uma razão entre a velocidade de deslocamento nos horários de pico sobre a velocidade fora de horários de pico, com base nos dados da 99.

Todos os indicadores da pesquisa e sua metodologia podem ser vistos na página 112 deste relatório.

COMO LER ESTE RELATÓRIO

O Índice de Cidades Empreendedoras tem como objetivo analisar o ecossistema empreendedor das principais cidades brasileiras, para apontar aquelas que possuem condições mais propícias para o desenvolvimento de empresas e mostrar como ainda podem evoluir.

FRAMEWORK PARA AVALIAÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR

Para a construção do Índice, a Endeavor Brasil elaborou um framework adequado à realidade do país e em sintonia com as ferramentas utilizadas por organizações internacionais, como a OCDE, e consultorias especializadas.

A seleção dos critérios considerou o universo de empresas como um todo, sem se restringir a nenhum setor ou porte específico. O framework está estruturado a partir de sete pilares, ou determinantes, que formam os rankings temáticos do relatório e são a base do índice final de cidades. Os detalhes do framework são apresentados na seção metodológica do relatório, a partir da pág. 100.



PROPORCIONALIDADE E TAMANHO DAS CIDADES

Nesta quarta edição do Índice foram analisadas 32 cidades brasileiras, que variam consideravelmente entre si: a cidade de São Paulo, por exemplo, tem mais de 11 milhões de habitantes, enquanto Blumenau, Vitória e Maringá possuem menos de 400 mil moradores.

Para reduzir a distorção, causada pelo tamanho da população ou da economia das cidades, grande parte dos dados utilizados na análise foram ajustados para refletir o desempenho proporcional das cidades em cada indicador. Os indicadores foram calculados de maneira cuidadosa e em função da natureza do dado. Em geral, apresenta-se o desempenho das cidades em cada indicador pelo número total de empresas da cidade, população ou PIB, dentre outros exemplos.

INDICADORES E FONTES DE DADOS

Não existe produção de dados sistemáticos sobre ambiente empreendedor no Brasil e o acesso a informações confiáveis, principalmente a nível local, foi um dos maiores desafios deste projeto.

Para coletar um conjunto extensivo de indicadores sobre 32 cidades brasileiras, foram utilizadas diversas fontes. Quando determinado indicador está disponível apenas a nível estadual, a exemplo de parte dos dados do determinante de Ambiente Regulatório, cidades de um mesmo estado recebem valores iguais no indicador.

As principais fontes de dados são bases públicas, cuja publicação acontece por vezes com dois ou até três anos de defasagem, como é o caso, por exemplo, do Produto Interno Bruto de cada município, publicado pelo IBGE.

Para os casos em que não havia indicadores disponíveis em fontes públicas, contamos com parceiros para produção e coleta

de dados. É o que foi feito ao analisar o ambiente regulatório, a mobilidade urbana e o acesso a capital de risco, em que se contou, respectivamente, com o apoio da SEDI e EY, da 99 e da Spectra Investimentos.

Para o pilar de cultura empreendedora, os dados são baseados em uma pesquisa de opinião feita em parceria com o Instituto META e a Opinion Box (para mais informações, consultar pág. 122).

Infelizmente, para a edição de 2017, nem todos os dados foram publicados ou disponibilizados a tempo para o cálculo do ranking final. Por causa dessa limitação, optamos por repetir os mesmos indicadores utilizados em 2016. Esses casos estão identificados no dicionário de variáveis com símbolo de asterisco (*).

Vale lembrar que a seção metodológica contém as informações completas sobre todos os indicadores, suas respectivas fontes e formas de cálculo.

Disponibilidade do Indicador	● Indicador Público e Disponível	● Indicador sob domínio de terceiros	● Inexistente Obtida por pesquisa
#Indicadores	33	14	13
Determinantes	<ul style="list-style-type: none"> MERCADO CAPITAL HUMANO INFRAESTRUTURA INOVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> ACESSO A CAPITAL AMB. REGULATÓRIO INOVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> CULTURA EMPREENDEDORA

VARIABILIDADE

Em alguns indicadores, ocorre uma variação ínfima entre os dados das cidades, com diferenças de centésimos ou milésimos. Nesses casos, embora haja vantagem de posição de uma cidade em relação a outra, essa diferença é matemática, mas não se confirma na realidade. A diferença

de milésimos ou centésimos é importante para desempate, mas, na prática, algumas cidades estariam “empatadas”. Assim, ao analisar a posição dos municípios em indicadores específicos, e não no pilar como um todo, é importante estar atento a este tipo de situação.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA, ECONÔMICA E TEMPORAL DO ESTUDO

No Índice de Cidades Empreendedoras 2017 (ICE 2017) são analisadas 32 cidades brasileiras de 22 estados. Com exceção da região Norte, onde são analisadas apenas Belém e Manaus, todos os estados das demais regiões foram representados ao menos por suas capitais.

Além da grande abrangência geográfica, juntas essas cidades representam também mais de 40% das scale-ups¹ do país, e cerca de 40% do PIB nacional.

Ainda que os indicadores incluídos neste relatório possam ser utilizados na avaliação de outras cidades brasileiras, são necessários cuidados e adaptações ao transpor a análise para outros municípios. O estudo traz um retrato das cidades analisadas em um momento do tempo e, portanto, não reflete o seu desempenho histórico. Dessa forma, uma análise do ambiente empreendedor dessas cidades no tempo também requer ajustes e, sobretudo, um esforço de coleta de dados que ultrapassa os objetivos deste relatório.

































- Aracaju
- Belém
- Belo Horizonte
- Blumenau
- Brasília
- Campinas
- Campo Grande
- Caxias do Sul
- Cuiabá
- Curitiba
- Florianópolis
- Fortaleza
- Goiânia
- João Pessoa
- Joinville
- Londrina
- Maceió
- Manaus
- Maringá
- Natal
- Porto Alegre
- Recife
- Ribeirão Preto
- Rio de Janeiro
- Salvador
- São José dos Campos
- São Luís
- São Paulo
- Sorocaba
- Teresina
- Uberlândia
- Vitória

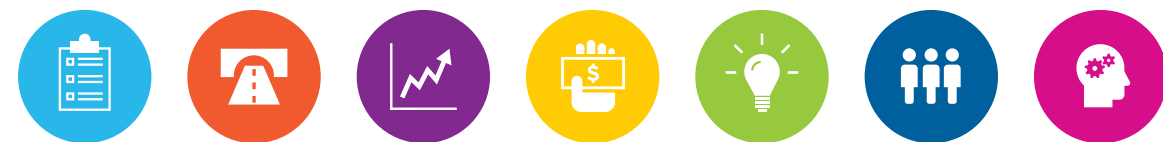


1 Segundo Monteiro (2017, p. 20): [...] uma scale-up é uma empresa de alto crescimento (EAC) cujo ciclo acelerado de crescimento e criação de riqueza baseia-se, fundamentalmente, na escalabilidade de seu modelo de negócios. Para mais, ver: Monteiro, Guilherme Fowler de A. Empresas de alto crescimento e o desafio de Scale-Up: Onde estamos e para onde podemos ir, White Paper, 2017.

ÍNDICE DE CIDADES

EMPREENDEDORAS 2017

1º São Paulo		8,492	0	—
2º Florianópolis		8.178	0	—
3º Vitória		7.309	2	▲
4º Curitiba		7.119	11	▲
5º Joinville		7.011	-1	▼
6º Rio de Janeiro		6.732	8	▲
7º Campinas		6.725	-4	▼
8º Maringá		6.624	1	▲
9º Belo Horizonte		6.617	2	▲
10º São José dos Campos		6.510	-4	▼
11º Blumenau		6.381	2	▲
12º Sorocaba		6.357	-4	▼
13º Londrina		6.252	6	▲
14º Ribeirão Preto		6.242	-4	▼
15º Porto Alegre		6.085	-8	▼
16º Caxias do Sul		5.976	-4	▼
17º Brasília		5.930	-1	▼
18º Cuiabá		5.893	6	▲
19º Uberlândia		5.677	-2	▼
20º Recife		5.627	-2	▼
21º Goiânia		5.588	0	—
22º Aracaju		5.529	-2	▼
23º Natal		5.492	-1	▼
24º Fortaleza		5.204	5	▲
25º Salvador		5.143	0	—
26º Teresina		5.081	-3	▼
27º João Pessoa		5.043	0	—
28º Belém		4.837	-2	▼
29º São Luís		4.806	1	▲
30º Campo Grande		4.773	1	▲
31º Maceió		4.421	1	▲
32º Manaus		4.342	-4	▼



OS PILARES



AMBIENTE REGULATÓRIO

1º	Joinville	7,72	▲ 2
2º	Fortaleza	7,28	▲ 27
3º	Blumenau	7,16	▲ 13
4º	Cuiabá	7,06	▲ 1
5º	Brasília	7,00	▼ -3
6º	Aracaju	6,93	▼ -2
7º	Londrina	6,90	▲ 8
8º	São José dos Campos	6,75	▲ 5
9º	Uberlândia	6,74	▼ -8
10º	Curitiba	6,61	▲ 21
11º	Ribeirão Preto	6,55	▼ -5
12º	Belém	6,40	— 0
13º	Florianópolis	6,40	▼ -5
14º	São Luís	6,32	▲ 12
15º	Vitória	6,28	▲ 10
16º	Caxias do Sul	6,17	▼ -6
17º	Teresina	5,96	▼ -10
18º	Campinas	5,96	▼ -9
19º	Belo Horizonte	5,92	— 0
20º	Natal	5,85	▼ -6
21º	Maringá	5,78	▲ 3
22º	João Pessoa	5,70	▲ 5
23º	Maceió	5,58	▼ -5
24º	Goiânia	5,45	▼ -1
25º	São Paulo	5,42	▼ -14
26º	Recife	5,18	▼ -4
27º	Salvador	5,15	▼ -10
28º	Campo Grande	4,97	▲ 2
29º	Sorocaba	4,95	▼ -1
30º	Manaus	4,67	▼ -10
31º	Porto Alegre	4,35	▼ -10
32º	Rio de Janeiro	2,85	— 0

AMBIENTE REGULATÓRIO

Tempo de Processos	Custo de Impostos		Complexidade Tributária	
	Tempo de Abertura de Empresas (em dias)	Alíquota interna média do ICMS ²	Alíquota média do IPTU	Obrigações Acessórias estaduais ¹
Tempo para Regularização de Imóveis (em dias)	Número médio de incentivos fiscais estaduais ³		Número de Atualizações Tributárias Municipais	
Taxa de congestionamento em Tribunais Estaduais ⁴	Alíquota média do ISS		Número de Atualizações Tributárias Estaduais ¹	CNDIs Municipais

¹ Indicadores estaduais

Depois de ter a ideia para um novo negócio e pensar em como viabilizar economicamente o empreendimento, a primeira tarefa do empreendedor é fazer com que sua empresa seja reconhecida legalmente. Nesse último caso, a burocracia do ambiente regulatório provoca diferentes efeitos durante todo o ciclo de vida da empresa: desde a abertura e liberação de funcionamento, passando pelo pagamento de impostos, até seu fechamento.

Tanto os processos burocráticos quanto a carga tributária aplicada sobre a empresa correspondem a uma parte considerável de seus custos de operação. O cumprimento dessas obrigações regulatórias demanda, do empreendedor, recursos como: tempo, custeio de taxas e contratação de profissionais especializados. Assim, quanto maior o grau de complexidade burocrática e os valores de taxas e tributos locais, menores são os incentivos para abertura de novos negócios.

Além disso, quando o ambiente burocrático se apresenta muito custoso e/ou complexo, as dificuldades financeiras e práticas estimulam as empresas a atuarem em condições ilegais, seja por meio do funcionamento informal² ou da sonegação de parte ou totalidade dos impostos. Vale salientar que estes fatores também prejudicam a concorrência entre empresas, pois os empreendimentos de médio e grande porte geralmente contam com um planejamento tributário mais assertivo e com mais recursos para cumprir com as obrigações fiscais e regulamentares. Segundo o relatório "Burocracia no Ciclo de Vida das Empresas", elaborado pela Endeavor, a presença de um ambiente regulatório simples e menos oneroso está associada ao aumento no número de abertura de empresas, à maior produtividade da economia, ao aumento da renda per capita e à redução da corrupção.

Os indicadores de ambiente regulatório foram divididos em três grupos. O primeiro diz respeito ao **tempo de processos** gasto

para que as atividades comerciais da empresa sejam regularizadas, avaliado de acordo com o tempo gasto para abrir a empresa e regularizar o imóvel e com a taxa de congestionamento em tribunais estaduais. O segundo diz respeito ao **custo dos impostos**, que avalia o peso tributário das alíquotas de ICMS, IPTU e ISS, além do número de incentivos fiscais, que varia diante da chamada guerra fiscal entre os estados. Por fim, a **complexidade tributária** avalia as dificuldades para pagar os impostos nas cidades e nos respectivos estados, considerando aspectos como as obrigações acessórias, emissão de CNDIs e o número de novas normas tributárias.

Todos esses dados oferecem ao empreendedor um quadro comparativo que esclarece o quanto a burocracia local pode interferir ou contribuir com os negócios. Em um país como o Brasil, onde o ambiente regulatório é altamente complexo e os impostos não são baixos, essa informação pode ser valiosa no momento de tomada de decisão.

²Djankov, S.; Ganser, T.; McLiesh, C.; Ramalho, R.; Shleifer, A. The Effect of Corporate Taxes on Investment and Entrepreneurship. American Economic Journal: Macroeconomics, American Economic Association, v. 2, n. 3, p. 31-64, 2010.

³Appy, B.; Rezende, G. M. Tributação e concorrência: sistema tributário pode favorecer empresas ou formas de organização produtiva menos eficientes. O Estado de São Paulo, Economia & Negócios, Junho 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tributacao-e-concorrenca,70001837903>.

⁴Enquanto o ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é de competência estadual, tanto o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), quanto o ISS (Imposto sobre Serviços) são de competência municipal.

⁵Certidão Negativa de Débitos.

Tempo de Processos

Cidade	Índice de Tempo de Processos	Tempo de abertura de empresas (em dias)	Tempo para regularização de Imóveis (em dias)	Taxa de congestionamento em tribunais estaduais
Aracaju	7,63	49	187	59,5%
Fortaleza	7,44	43	139	63,4%
Belo Horizonte	7,39	41	104	65,4%
Vitória	7,01	22	226	65,6%
Natal	6,78	50	276	62,5%
Uberlândia	6,77	53	195	65,4%
Recife	6,74	52	287	62,1%
Londrina	6,72	41	229	65,8%
João Pessoa	6,69	77	281	60,1%
Maceió	6,68	44	246	65,1%
Curitiba	6,65	30	272	65,8%
Cuiabá	6,55	20	313	66,0%
Joinville	6,51	39	225	67,8%
Blumenau	6,49	37	233	67,8%
Maringá	6,49	39	279	65,8%
Florianópolis	6,41	46	226	67,8%
Goiânia	6,05	65	286	66,2%
Belém	5,92	73	332	64,6%
São Luís	5,87	66	142	73,2%
Brasília	5,83	57	328	67,2%
Campo Grande	5,71	37	291	71,7%
Ribeirão Preto	5,67	42	301	71,1%
Sorocaba	5,65	42	305	71,1%
Salvador	5,39	80	256	71,1%
São José dos Campos	5,38	40	305	73,5%
Teresina	5,35	108	245	68,9%
Caxias do Sul	5,03	151	323	63,7%
Manaus	4,81	128	315	68,2%
Porto Alegre	4,19	163	460	63,7%
Rio de Janeiro	4,12	91	471	71,4%
Campinas	4,10	101	458	71,1%
São Paulo	3,96	74	529	72,2%
Média		62	283	67,0%
Fonte		SEDI	SEDI	CNJ
Ano		2017	2017	2016

A LENTIDÃO DA BUROCRACIA

Embora o tempo médio para abertura de empresas⁶ seja de 62 dias, esse valor pode variar muito entre os municípios. Das 32 cidades analisadas, Cuiabá ocupa posição de destaque neste indicador, com tempo médio de 20 dias para abrir um negócio. No extremo oposto, encontra-se Porto Alegre, que obteve sucesso em reduzir o tempo de abertura com o Projeto Simplificar, mas cujo prazo voltou a crescer em 2017. Devido ao aumento no tempo gasto para cumprir as etapas legais de abertura de uma empresa, a cidade de Porto Alegre caiu da 16ª posição em 2016 para 32ª - última colocada - em 2017. Enquanto o prazo para concessão da inscrição municipal diminuiu de sete para cinco dias na cidade, cresceu a quantidade de dias gastos para obtenção do alvará de funcionamento - com tempo médio de 20 dias para sua liberação. Cresceu também o tempo para concessão do alvará do Corpo de Bombeiros, com média de 120 dias para execução do processo.

No que se refere ao tempo de regularização de imóveis, a média em dias para obtenção de licenças e de documentos necessários para licenciamento e regularização de obras

aumentou. O tempo médio nas 32 cidades passou de 155 dias em 2016, para 283, em 2017. Como o empreendedor vai passar, em média, mais de nove meses de espera, é preciso colocar os custos e o prazo para regularização de imóveis na conta, antes mesmo de abrir a empresa. Entretanto, esse cenário pode ser mais ou menos animador, a depender da cidade: enquanto em Belo Horizonte o tempo de regularização de imóveis é de 104 dias, menor do que a média geral, em São Paulo, o prazo é de 529 dias!

Por fim, a situação de congestionamento dos tribunais permanece estável, com menos de um ponto percentual de aumento em relação ao ano 2016, atingindo 67% em 2017. Esse valor indica que, a cada 100 ações, 67 delas, em média, ainda estavam em andamento ao final de 2016. Mas como a alta taxa de congestionamento pode afetar o ambiente de negócios? Ao longo do ciclo de vida da empresa, problemas com procedimentos burocráticos e tributários que não forem resolvidos por via de processos administrativos nos órgãos públicos podem ser levados a disputas judiciais e encaminhados para os tribunais. Ou seja, quanto maior a taxa de congestionamento, maior o tempo de espera por uma resolução da justiça.

O NORDESTE SEGUE DESCOMPLICANDO

Dentre as 10 cidades mais bem colocadas no quesito **tempo de processos**, seis são capitais da região do Nordeste. Esta dimensão considera o tempo de abertura de empresas, o tempo de regularização de imóveis e a taxa de congestionamento de tribunais. Aracaju, primeira colocada em 2016, permanece nesta posição. E o grande destaque vai para a cidade de Fortaleza: que saiu da 32ª posição em 2016, para segunda colocada em 2017. Já a cidade de Natal, 14ª colocada em 2016, passou para

quinta posição em 2017, graças também à redução no tempo de processos. Uberlândia, segunda colocada em 2016, perdeu algumas posições e ocupa atualmente o sexto lugar no ranking. Já Belo Horizonte, sétimo lugar em 2016, reduziu o tempo de processos, subindo para terceira melhor colocada entre as 32 cidades. Londrina e Vitória, que estavam de fora do topo da lista em 2016, conquistaram espaço e agora estão entre as dez melhores cidades para abrir e regularizar um negócio.

⁶É importante lembrar que o cálculo do tempo de processos e do tempo de regularização de imóveis é feito estimando o prazo de abertura/regularização de empresas nos setores de serviços, comércio e indústria, com base nos CNAEs: indústria (1412-6), comércio (4781-4) e serviços (7020-4). Ou seja, essa opção metodológica, ao mesmo tempo que simplifica a mensuração do indicador, pode, por outro lado, causar divergências nas estimativas de tempo. Como os CNAEs analisados podem estar em diferentes classificações de risco nos municípios, é possível que nossas estimativas subestimem ou sobre-estimem os resultados reais de cada cidade. Ainda assim, o nosso indicador mantém sua validade quando o objetivo é comparar cidades e acompanhar sua evolução ao longo dos anos.

“LEVANTA, SACODE A POEIRA E DÁ A VOLTA POR CIMA”

Como destacado acima, Fortaleza subiu 30 posições no quesito tempo de processos em 2017. É uma grande virada para o ambiente de negócios local e que serve de exemplo para outras cidades no Brasil. A expressiva melhora da cidade no ranking está relacionada à redução no tempo necessário para executar cada um dos seis processos de abertura de empresas. Além disso, relaciona-se também à redução do tempo necessário para regularizar os imóveis, especialmente no processo de concessão do alvará de construção.

Uma das principais mudanças implementadas pela cidade foi a adoção do Alvará de Construção Online⁷, emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) através de sua plataforma. Por meio da internet, o empreendedor pode conseguir a liberação imediata de alvarás, no caso da construção de empreendimentos que possuam até 750m².

DISTORÇÕES TRIBUTÁRIAS

No Brasil, cada imposto é responsabilidade de um dos níveis de governo: federal, estadual ou municipal. Esses governos têm autonomia, por exemplo, para decidir as mudanças nas leis e nas alíquotas dos impostos (preservados os limites nos casos em que há valor mínimo e máximo). Ou seja, os municípios e estados podem, para um mesmo tributo, especificar alíquotas distintas. Assim, é natural que no momento de abrir uma empresa, ou, especialmente, de expandir a operação para outras cidades, o empreendedor precise levar em conta o custo dos impostos para tomar decisões.

No que se refere ao **custo de impostos**, ocupam as primeiras posições as cidades em que as alíquotas de IPTU, ISS e ICMS são menores, e em que a quantidade de incentivos fiscais é maior. Os destaques em 2017 são as cidades de Ribeirão Preto (1º) e São José dos Campos (2º), que assumiram a liderança deste subdeterminante, enquanto Caxias do Sul (3º) manteve sua posição em relação a 2016. No outro extremo, tem-se o Rio de Janeiro (32º), que caiu 11 posições quando comparado a

Fortaleza subiu 30 posições no quesito tempo de processos em 2017.

É uma grande virada para o ambiente de negócios local e que serve de exemplo para outras cidades no Brasil.

2016, e agora figura como o município menos atraente quanto ao custo de impostos.

Além do custo com pagamento de tributos, é necessário que as empresas cumpram todas as obrigações acessórias exigidas pelo Fisco. No subdeterminante de **complexidade tributária**, além das obrigações acessórias, consideram-se também o total de modificações e atualizações feitas na legislação de impostos estaduais e municipais. Por fim, analisamos o grau de facilidade para emissão de Certidões Negativas de Débito (CNDs), documentos que informam se há pendências tributárias da pessoa jurídica. Assim, quanto mais bem colocada uma cidade nesse quesito, menor sua complexidade tributária.

Blumenau subiu cinco posições quando comparada ao ano passado, e agora ocupa o primeiro lugar. Já Porto Alegre e Rio de Janeiro caíram de posições e agora ocupam, respectivamente, os 31º e 32º lugares.

Custo dos Impostos

Cidades	Índice de Custo de Imposto	Alíquota interna média do ICMS	Alíquota média do IPTU	Alíquota média do ISS	Número médio de Incentivos Fiscais Estaduais
Ribeirão Preto	8,14	12,92%	0,60%	3,71%	3,78
São José dos Campos	7,80	12,92%	0,71%	4,10%	3,78
Caxias do Sul	7,77	14,36%	0,41%	3,65%	3,61
Campinas	7,46	12,92%	1,24%	4,30%	3,78
Brasília	7,27	11,83%	1,00%	3,82%	1,25
São Paulo	6,88	12,92%	1,40%	5,00%	3,78
Porto Alegre	6,81	14,36%	1,10%	4,61%	3,61
Joinville	6,68	15,61%	1,67%	3,65%	2,90
Florianópolis	6,61	15,61%	1,10%	4,04%	2,90
Maringá	6,47	15,82%	1,00%	4,10%	2,69
Londrina	6,39	15,82%	1,00%	4,21%	2,69
Salvador	6,36	16,50%	1,34%	3,65%	2,38
Belém	6,21	14,51%	1,00%	5,00%	2,77
Uberlândia	6,18	16,50%	1,00%	3,82%	1,89
Vitória	6,04	15,04%	0,39%	5,00%	2,09
Teresina	5,99	16,50%	1,17%	4,04%	1,99
Manaus	5,96	16,50%	0,90%	3,82%	1,20
Fortaleza	5,83	16,50%	1,59%	4,21%	2,32
Blumenau	5,57	15,61%	3,50%	4,21%	2,90
Curitiba	5,55	15,82%	1,68%	5,00%	2,69
Cuiabá	5,43	15,61%	0,40%	5,00%	0,91
Goiânia	5,36	15,61%	1,00%	5,00%	1,33
São Luís	5,32	16,50%	1,20%	5,00%	2,10
Natal	5,15	16,50%	1,00%	5,00%	1,45
Belo Horizonte	5,13	16,50%	1,49%	5,00%	1,89
Sorocaba	5,12	12,92%	6,00%	5,00%	3,78
Campo Grande	5,01	15,61%	1,00%	5,00%	0,37
Maceió	4,99	16,26%	1,00%	5,00%	0,84
Recife	4,91	16,50%	1,81%	5,00%	1,63
João Pessoa	4,64	16,50%	1,50%	5,00%	0,58
Aracaju	4,50	16,50%	1,70%	5,00%	0,42
Rio de Janeiro	4,48	16,35%	2,80%	5,00%	1,36
Média		15,3%	1,4%	4,5%	2,24
Fonte		EY	EY	EY	EY
Ano		2017	2017	2017	2017

⁷Para mais informações, ver: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/inicialvaraconstrucaoregular.jsf>

Complexidade tributária

Cidades	Índice de Complexidade Tributária	Obrigações Acessórias estaduais	Obrigações Acessórias municipais	Número de Atualizações Tributárias Estaduais	Número de Atualizações Tributárias Municipais	CNDs municipais
Blumenau	7,88	5,32	1,65	54	16	10
Cuiabá	7,80	3,98	1,65	234	16	8,7
Joinville	7,70	5,32	1,65	54	17	9,2
Aracaju	7,43	4,74	1,65	220	18	9,2
São Luís	7,34	4,87	1,65	65	30	8,0
Fortaleza	6,88	5,32	2,88	130	10	9,2
Curitiba	6,83	3,98	1,65	361	41	9,6
Teresina	6,59	5,42	1,65	86	32	6,5
Brasília	6,59	3,98	3,15	178	38	9,2
Belém	6,54	5,21	1,65	101	13	3,1
Londrina	6,40	3,98	3,15	361	11	7,8
Campinas	6,37	5,67	1,65	221	33	8,8
Uberlândia	6,29	5,76	1,65	157	17	5,2
São Paulo	6,18	5,67	1,65	221	38	8,5
João Pessoa	6,17	3,98	2,93	413	21	8,3
São José dos Campos	6,08	5,32	3,15	221	3	6,6
Natal	5,81	6,20	1,65	143	29	5,5
Goiânia	5,67	3,87	1,65	178	46	0,5
Florianópolis	5,65	5,32	4,65	54	26	9,2
Maceió	5,63	5,32	3,15	182	15	5,2
Campo Grande	5,55	4,09	2,88	311	41	6,2
Caxias do Sul	5,48	5,35	1,65	558	13	6,6
Sorocaba	5,46	5,67	1,65	221	38	4,8
Vitória	5,43	5,76	3,15	271	26	8,8
Belo Horizonte	5,34	5,76	2,65	157	52	8,4
Ribeirão Preto	5,12	5,67	3,15	221	13	4,1
Manaus	4,99	6,21	3,15	64	62	9,2
Recife	4,98	5,34	2,65	318	44	7,0
Salvador	4,83	5,67	2,33	58	67	4,7
Maringá	4,67	3,98	3,15	361	23	0,5
Porto Alegre	4,23	5,35	3,15	558	46	9,5
Rio de Janeiro	4,11	7,00	1,65	218	74	7,0
Média	5,16	5,16	2,37	217,2	30,3	7,03
Fonte	EY	EY	EY	EY	EY	EY/Endeavor
Ano	2017	2017	2017	2013-2017	2013-2017	2017

BOAS PRÁTICAS PELO MUNDO

OHADA

Segundo dados do “Doing Business”, estudo do Banco Mundial que compara os países com relação à facilidade de fazer negócios, um exemplo de boa prática no que diz respeito à redução ou eliminação do requisito mínimo de capital é a “Organization for the Harmonization of Business Law in Africa” (OHADA)⁸. A organização foi criada a partir de um Tratado relativo à Harmonização em África do Direito dos Negócios, assinado em 17 de outubro de 1993 em Porto-Louis⁹. Atualmente OHADA conta com a participação de 17 Estados-membros que, juntos, têm empreendido diferentes esforços para reformas regulatórias.

Além disso, há a recomendação

por parte da OHADA para que os governos nacionais eliminem diferentes mecanismos burocráticos para o registro de empresas. A maior parte dos Estados-membros já aderiu a esta normatização, simplificando o formato de registro, tanto de forma online quanto pessoalmente, sem que os empresários tenham que recorrer a um cartório ou órgãos governamentais para abertura de um novo negócio.

Para além da simplificação na abertura de negócios e consequente redução de custos para o empreendedor, OHADA inovou em questões cruciais no atual contexto de globalização. Entre as principais inovações observa-se integração econômica

do continente africano, com a integração jurídica dos Estados-membros na sua lista de prioridades. Esta integração deve ser percebida como um “instrumento técnico” que apresenta uma série de vantagens: 1) facilita trocas entre fronteiras e cria condições para a livre concorrência; 2) possibilita ampla comunicação e troca de experiências sobre inovações tecnológicas entre as empresas nacionais; 3) encoraja o deslocamento das grandes empresas para o continente africano; 4) promove um instrumento rápido e discreto de regulamentação dos conflitos comerciais entre as nações, e; 5) elimina conflitos legais com a criação de espaços juridicamente harmonizados¹⁰.

⁸Para mais informações ver: <http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/starting-a-business/good-practices>.

⁹Para ver mais sobre OHADA, ver: <http://www.ohada.org/index.php/pt/ohada-en-bref-pt/presentation-ohada-historique-pt>.

¹⁰Mouloul, Alhousseini. Compreender a Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA). 2007.

Simplificando a regularização de imóveis comerciais através da transparência e modernização | Letônia

Até o final da década de 1990, a economia letã era caracterizada pelo baixo crescimento do PIB e pela fraca presença de médias e pequenas empresas. O país era considerado um dos menos propensos a promover reformas administrativas que refletissem políticas de incentivo à abertura de novos negócios¹¹. Para se ter ideia, em 2001, a construção de um armazém levava em média dois anos para ser regularizada¹².

Mas o que parecia ser um problema estrutural de complexidade burocrática mostrou-se muito mais fácil de ser resolvido. A partir da simplificação do acesso às informações necessárias para regularizar os imóveis comerciais e industriais, este tempo médio caiu, em 2004, para apenas dois meses. Associada à promoção de

reformas pontuais que simplificaram a legislação sobre construção urbana e registro de competência das construtoras, o governo letão investiu na publicação de fluxogramas e de documentos que explicavam o passo a passo dos procedimentos necessários para formalizar a habilitação de imóveis comerciais. A mesma lógica de transparência foi aplicada sobre as políticas de crédito do país, aumentando a procura pela abertura de firmas.

Estas publicações facilitaram consideravelmente o entendimento sobre as etapas burocráticas de formalização das firmas e sobre as competências de cada instituição pública responsável pelas autorizações de funcionamento. Para facilitar ainda mais, a Letônia modernizou os meios de cumprimento de impostos,

introduzindo plataformas eletrônicas de pagamento – o que diminuiu taxas de sonegação e inadimplência das empresas. Desta forma, além da etapa de regularização de imóveis, a estratégia de transparência sobre normas e procedimentos simplificou o cumprimento das regras fiscais, sem implicar em altos custos, para o governo, com reformas administrativas¹³.

Apesar de possuir uma economia pequena em relação aos demais Estados da União Europeia, estas mudanças levaram a Letônia a ser considerada, em 2013, pelo Banco Mundial, como um dos países de maior destaque no avanço econômico mundial, com crescimento médio anual de 11% e o aumento anual de sete para 12 mil registros de novas empresas.

Simplificação através da integração institucional | Colômbia

Em 2001, a abertura de uma empresa na Colômbia levava em média 55 dias e envolvia a obtenção de cerca de 45 documentos e autorizações e a procura por, pelo menos, dez instituições regulamentadoras¹⁴. Como consequência, os procedimentos impunham altos custos financeiros e informacionais para os novos negócios, estimulando a informalidade, a corrupção e a queda na competitividade comercial e industrial.

Diante do labirinto burocrático que as empresas colombianas enfrentavam, o governo nacional aderiu a uma estratégia de agregar as competências em organizações especializadas. Assim surgiram os Centros de Atenção Empresarial (CAE),

instâncias pertencentes às câmaras de comércio municipais, cuja finalidade era concentrar as funções públicas de regulamentação em um único local.

Além de prestar assessoria especializada e concentrar as informações necessárias para abertura de empresas, os CAEs também dispunham de determinais de autoconsulta que aceleravam as solicitações dos empreendedores. Estas características viabilizaram a simplificação do fluxo de procedimentos necessários, o aumento da autonomia dos empresários e a especialização dos agentes públicos.

Por efeito, a integração de competências em uma única organização de nível local reduziu o tempo de abertura das

empresas para menos de nove dias e os documentos e autorizações para apenas dois, resultando numa redução de cerca de 30% dos custos de criação de uma empresa. Além disso, graças à integração institucional dos CAE, os empresários gastam cerca de um único dia para estabelecer contato com todas as organizações necessárias para formalizar seus negócios.

Desta forma, a estratégia institucional de concentração de funções burocráticas do caso da Colômbia se apresenta como uma alternativa eficiente para estimular a diminuição da informalidade e a criação de novas empresas, gerando maior competitividade e fluxo comercial nos níveis local e nacional¹⁵.

¹¹Liepina, Sanda; Coolidge, Jacqueline; Grava, Lars. Improving the Business Environment in Latvia. World Bank, 2008.

¹²Manolova, Tatiana S.; Eunni, Rangamohan V.; Gyoshev, Bojidar S. Institutional environments for entrepreneurship: Evidence from emerging economies in Eastern Europe. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 32, n. 1, p. 203-218, 2008.

¹³Mundial, Banco. Doing business 2013: smarter regulations for small and medium-size enterprises. The World Bank, 201

¹⁴Cardenas, Mauricio; Rozo, Sandra. Informalidad empresarial en Colombia: problemas y soluciones. Desarrollo y Sociedad, n. 63, p. 211-243, 2009.

¹⁵Hamann, Franz & Mejía, Luis-Fernando. Formalizando la informalidad empresarial en Colombia. Borradores de Economía, n. 676, 2011.

BOA PRÁTICA NO BRASIL: A REDESIM

O excesso de burocracia e a ausência de um órgão central é um dos principais desafios para a abertura, formalização e expansão de muitas empresas no Brasil. Isso dificulta o ambiente de negócios, comprometendo, assim, o desenvolvimento socioeconômico do país. Evidenciou-se, então, a necessidade de um processo de simplificação, racionalização, desburocratização e desoneração no ambiente de negócios, com o intuito de reduzir as exigências feitas aos novos empreendedores em todas as etapas de manejo nos negócios¹⁶.

Uma das experiências brasileiras mais reconhecidas surgiu no sentido de superar estes problemas e auxiliar os empreendedores brasileiros. Tida como uma boa prática, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim foi instituída em 2007 pelo Governo Federal, segundo a Lei nº 11.598. Vale ressaltar como um aspecto positivo nesta legislação o fato de que, desde o início, houve a participação ampla de diferentes *stakeholders*: sociedade civil, entidades empresariais, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Dentre as diretrizes da Redesim estão: a disponibilização de informações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição;

alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas; entrada única de dados cadastrais e de documentos; revisão e padronização da classificação do grau de risco das empresas por meio dos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Fiscal - CNAE-Fiscal; simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios; em casos de atividades de baixo risco, realização de vistorias necessárias à emissão de licenças e de autorizações de funcionamento após o início de operação da empresa, reduzindo a quantidade de fiscalizações e agilizando o prazo para as que precisam desse procedimento e Emissão de Alvará de Funcionamento Provisório, que permite o início de operação.

A Redesim, que completa dez anos em 2017, fixou as diretrizes para a desburocratização desses processos no Brasil. De fato, os indicadores mostram que diversas cidades e estados brasileiros avançaram muito nos procedimentos de legalização das atividades empresariais¹⁷. Além disso, houve redução da carga tributária e simplificação do processo de cálculo e recolhimento de impostos. Também há previsão de benefícios para as pequenas empresas: desburocratização, facilidade para acesso ao mercado, ao crédito

e à justiça e estímulo à inovação e exportação. Assim, observou-se que após a criação da Redesim, muitas empresas migraram para este regime, que se apresenta como mais favorável e confiável¹⁸ (SCHWINGEL e RIZZA, 2013).

Não há dúvidas, assim, de que as ações previstas no âmbito da Redesim com o objetivo de reduzir a burocracia e auxiliar na abertura e regularização de empresas no Brasil representaram avanços. Almeja-se a criação de ambientes que sejam favoráveis ao crescimento empresarial brasileiro, e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda. No entanto, sua implementação ainda está em processo de adesão e expansão no território brasileiro. O ritmo de implementação das diretrizes da Redesim está muito aquém do esperado, mesmo em cidades maiores. A assimetria na implementação entre estados e cidades também é muito grande. De forma particular, necessita-se de maior envolvimento dos municípios brasileiros, com prefeitos(as) empenhados em superar problemas nos ambientes regulatórios em suas localidades, especialmente no licenciamento. Nesse sentido, vale reforçar a importância de que todas as esferas de governo trabalhem de forma articulada com vistas a acelerar os projetos de simplificação já existentes.

SÃO PAULO Empreenda Fácil

Dentre todas as cidades avaliadas no Índice de Cidades Empreendedoras, destacamos os esforços de desburocratização de São Paulo por meio do projeto Empreenda Fácil. A escolha se dá em razão da dimensão da cidade, da rapidez com que o projeto vem sendo implementado e do conhecimento em relação ao mesmo por conta do apoio da Endeavor.

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia está liderando essa iniciativa com o objetivo de desburocratizar o processo de abertura, licenciamento, alteração e fechamento de empresas na cidade de São Paulo por meio de processo eletrônico e simplificado, compatibilizando e integrando procedimentos, de modo a reduzir o tempo do processo, evitar a duplicidade de exigências e garantir um processo linear a partir da perspectiva do empreendedor ou seu representante legal.

Desde 8 de maio de 2017, o projeto já conquistou importantes alterações, principalmente por meio da adoção da autodeclaração do empreendedor, da classificação de risco padronizada, da análise de viabilidade como primeira etapa do processo (isto é, cruzamento do local desejado para o negócio e a atividade econômica a ser realizada), do redesenho de processos e de um sistema interligado entre os níveis federal, estadual e municipal, que permite que as informações sobre o empreendedor e sua empresa transitem entre os sistemas e não haja necessidade de deslocamento físico - antes o empreendedor tinha que ir a seis diferentes localidades para abrir uma empresa, enquanto

hoje, para empresas de baixo risco, já é possível realizar todo o processo de forma online, ainda que por meio de diferentes sistemas. Além de processo mais eficiente, sua padronização não permite exceções, o que elimina o risco de tratamento diferenciado a empresas, e contribui com a celeridade do processo, redução da burocracia e fiscalização mais eficiente. Vale destacar que essas melhorias têm por base os princípios já mencionados da Redesim.

A última medição da Prefeitura de São Paulo indica que o tempo médio para abrir uma empresa de baixo risco na cidade é de 5,5 dias. Cabe destacar, no entanto, que esses números não incluem licenças estaduais, a exemplo do alvará do Corpo de Bombeiros. Pode-se concluir, assim, que o projeto alcançou relevantes êxitos; no entanto, para que seja completo e beneficie o empreendedor integralmente, é necessário continuar - especialmente integrando o Governo do Estado de São Paulo ao esforço de simplificar processos, e não digitalizar a burocracia existente.

¹⁶Schwingel, Inês; Rizza, Gabriel. Políticas públicas para formalização das empresas: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e iniciativas para a desburocratização. 2013.

¹⁷Silva, Thales Dantas. Desburocratização do processo de registro e legalização de empresas: impactos causados com a implementação da REDESIM conforme a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁸Schwingel, Inês; Rizza, Gabriel. Políticas públicas para formalização das empresas: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e iniciativas para a desburocratização. 2013.



INFRA-ESTRUTURA

1º	São Paulo	8,31	— 0
2º	Sorocaba	7,61	— 0
3º	Rio de Janeiro	6,96	▲ 13
4º	Campinas	6,94	▼ -1
5º	Ribeirão Preto	6,94	▲ 1
6º	Vitória	6,84	▲ 7
7º	Joinville	6,77	— 0
8º	Salvador	6,67	▲ 11
9º	Curitiba	6,64	▼ -1
10º	Florianópolis	6,62	▼ -1
11º	Blumenau	6,56	▼ -6
12º	Londrina	6,52	▼ -1
13º	Brasília	6,27	▲ 7
14º	São José dos Campos	6,22	▼ -10
15º	Maringá	6,18	▼ -5
16º	Natal	6,14	▲ 7
17º	Belo Horizonte	6,10	— 0
18º	Caxias do Sul	6,04	▼ -6
19º	Uberlândia	5,97	▼ -1
20º	Goiânia	5,85	▲ 1
21º	Campo Grande	5,85	▲ 3
22º	Maceió	5,83	▲ 4
23º	Aracaju	5,52	▼ -8
24º	João Pessoa	5,45	▼ -2
25º	Porto Alegre	5,18	▼ -11
26º	Recife	5,05	▼ -1
27º	Cuiabá	5,02	▲ 4
28º	Teresina	4,93	▼ -1
29º	Fortaleza	4,65	— 0
30º	São Luís	4,42	▼ -2
31º	Belém	4,38	▼ -1
32º	Manaus	3,58	— 0

INFRAESTRUTURA

Transporte Interurbano			Condições Urbanas		
Conectividade via rodovias (em km)	Número de passageiros em voos diretos (por ano)	Distância ao porto mais próximo (em km)	% da população com acesso a internet rápida	Preço médio do m ²	Custo médio da energia elétrica
			Índice de fluidez do trânsito	Taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes)	

Conectividade é quase uma palavra mágica, que abre portas de novos mercados e alcança consumidores em todas as partes do mundo. No caso dos ecommerces ou das empresas que prestam serviços, ela é quase sempre associada à internet de boa qualidade. Afinal, uma boa conexão e uso da internet permitem melhorar a coordenação entre empresas, expandir a cobertura no mercado consumidor, além de aumentar a competitividade e o alcance a mercados estrangeiros¹⁹.

Mas a conectividade física é também decisiva para os setores que dependem de acesso rápido e fácil por rodovias, aeroportos e portos, recursos essenciais para receber insumos de outras regiões e escoar os produtos com agilidade e segurança. Assim, a proximidade e qualidade de acesso a rodovias, portos, aeroportos também são fatores decisivos no momento de abrir um negócio ou de expandir a operação para outros estados/cidades.

Apesar de não abranger investimentos e aplicações financeiras diretas, a infraestrutura congrega um conjunto de recursos que, quando oferecidos em boa qualidade pelo governo,

impactam positivamente na propensão e capacidade dos empreendedores de instalarem novas empresas. Pois, como toda decisão econômica, as iniciativas empresariais dependem muito das características do contexto local, já que são elas que determinam as chances de sucesso do empreendimento. Neste sentido, a infraestrutura pública consiste entre um dos principais grupos de fatores que determinam a saúde do ambiente empreendedor²⁰.

A presença de um sistema eficiente de trânsito de mercadorias e pessoas é considerada um dos principais fatores de desenvolvimento econômico de países e regiões²¹. As condições das malhas viárias influenciam desde o escoamento da produção e o acesso a insumos até a alocação de recursos humanos e na conectividade comercial, tecnológica e informacional entre diferentes áreas, afetando o custo de produção e o preço final dos produtos e serviços²², além da qualidade de vida de empreendedores, funcionários e clientes. Nesta estrutura, o fluxo de informações se mostra fundamental para o alcance dos consumidores, instalação de novas tecnologias e inovação.

Mas para além da conectividade urbana, o funcionamento das empresas também depende dos custos que as condições locais impõem sobre a manutenção e criação de instalações adequadas. Alguns componentes da despesa variam de acordo com a localização geográfica da empresa, a exemplo dos preços do mercado imobiliário e do fornecimento de energia. Esses fatores podem ser determinantes na decisão de iniciar um negócio em um determinado estado ou cidade.

Apesar de não abranger investimentos e aplicações financeiras diretas, a infraestrutura congrega um conjunto de recursos que, quando oferecidos em boa qualidade pelo governo, impactam positivamente na propensão e capacidade dos empreendedores de instalarem novas empresas.

¹⁹Callaway, Stephen K. Elements of infrastructure: factors driving international entrepreneurship. New England Journal of Entrepreneurship, v. 7, n. 1, p. 27, 2004.

²⁰Gnyawali, Devi R. & Fogel. Environments for entrepreneurship development: key dimensions and research implications. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 18, p. 43-43, 1994; Rosenthal, Stuart S.; Ross, Amanda. Violent crime, entrepreneurship, and cities. Journal of Urban Economics, v. 67, n. 1, p. 135-149, 2010; Abimbola, Oluremi Hezekiah; Agboola, Mayowa G. Environmental factors and entrepreneurship development in Nigeria. Journal of Sustainable Development in Africa, v. 13, n. 4, p. 166-176, 2011.

²¹Grzyb, Urszula; Trzepacz, Piotr Zenon. Investment in Transport Infrastructure as a Crucial Factor of Entrepreneurship Development in the New EU Member States-The Polish Case. European Integration Studies, n. 6, p. 94-100, 2012.

²²Peeters, Dominique; Thisse, Jacques-François; Thomas, Isabelle. Transportation networks and the location of human activities. Geographical Analysis, v. 30, n. 4, p. 355-371, 1998.

Transporte Interurbano

Cidades	Índice de Transporte Interurbano	Conectividade via Rodovias (em km)	Número de passageiros em voos diretos por ano	Distância ao porto mais próximo (em km)
São Paulo	9,27	43311	51.671.955	87,4
Rio de Janeiro	8,55	47759	25.168.916	1,8
Salvador	7,33	44750	7.526.358	4,6
Vitória	7,23	50404	3.120.166	1,2
Brasília	6,66	46200	17.947.153	466
Campinas	6,49	43241	9.325.252	189
Sorocaba	6,43	43598	8.392.727	183
Curitiba	6,29	49234	6.385.838	91,6
Natal	6,26	77354	2.316.349	1
Maceió	6,26	66564	1.995.069	3,9
Belo Horizonte	6,18	44674	8.944.973	439
Joinville	6,00	51103	515.832	56,6
Recife	5,99	70918	6.811.676	17,2
Blumenau	5,97	53945	1.323.933	52
Belém	5,92	81154	3.296.664	2,6
Aracaju	5,86	62077	1.225.591	25,9
Florianópolis	5,85	56402	3.536.435	92,9
Ribeirão Preto	5,80	42514	922.756	405
Uberlândia	5,66	42483	1.050.330	680
Londrina	5,57	47383	920.782	487
Goiânia	5,55	46174	3.016.798	992
São Luís	5,53	76599	1.520.847	13,6
Maringá	5,49	48718	696.600	525
João Pessoa	5,46	73728	1.418.380	24,9
Fortaleza	5,41	76518	5.706.489	53,3
São José dos Campos	5,37	59252	56.709	173
Porto Alegre	5,36	67766	7.648.743	318
Campo Grande	5,17	53605	1.459.007	1069
Caxias do Sul	4,99	63183	200.934	437
Teresina	4,83	69147	1.085.974	437
Cuiabá	4,82	62525	2.840.559	1613
Manaus	4,47	121760	2.651.452	2,1

Média	58876	5.959.414	279,55
Fonte	Google Maps	Infraero e concessionárias	Receita Federal e Google Maps
Ano	2015	2016	2017

Altos preços de energia elétrica podem comprometer as despesas de empreendimentos industriais e tecnológicos, cuja sofisticação de demandas por infraestrutura pública mostra-se superior às de atividades mais simples, relacionadas a economias em estágios primários de desenvolvimento²³, como a de subsistência. De modo similar, o custo de aluguéis também determina o preço final dos produtos através da manutenção das instalações empresariais. Portanto, a percepção sobre as condições locais pode afetar na sustentabilidade e no interesse em investir em empreendimentos. Nesta conta, entra também a noção de

segurança pública, já que o comércio é o principal grupo afetado pela violência e criminalidade²⁴. Ambientes seguros reduzem o risco de danos pessoais e de propriedade dos atores envolvidos nas atividades empresariais, além de diminuir custos de investimento em segurança privada e reposição de perdas por atos ilícitos.

Todos esses fatores acabam formando uma verdadeira rede com enorme influência no sucesso dos negócios, por oferecerem a **infraestrutura** adequada à instalação, produtividade e crescimento das empresas. Neste pilar, os indicadores foram divididos em

dois grupos, que avaliam as condições de conectividade externa e interna das cidades. O **Transporte Interurbano** mede a conexão da cidade “da porta para fora”, avaliando o acesso às outras cidades e mercados em itens como: distância por rodovias para todas as 31 demais cidades do estudo, número de passageiros em voos diretos por ano e distância até o porto mais próximo. **As Condições Urbanas** avaliam a infraestrutura da cidade “da porta para dentro” no que se refere a: acesso à internet rápida, custo médio de energia, preço médio do m² e qualidade de vida – relacionada à fluidez do trânsito e segurança.

APESAR DE TUDO, A INFRAESTRUTURA EVOLUI

O Brasil, atualmente, apresenta inúmeros desafios, tanto estruturais, quanto conjunturais, para aprimorar sua rede de infraestrutura. Embora esse contexto imprima uma velocidade menor aos avanços, percebe-se que, no geral, as 32 cidades analisadas neste índice têm feito progressos significativos em seus indicadores.

O acesso à internet rápida cresceu na maioria das cidades, a média da taxa de homicídios caiu e o custo da energia se manteve estável. Isso mostra que alguns gargalos estruturais típicos do Brasil estão melhorando progressivamente. A conjuntura de crise, contudo, deixa suas marcas na redução significativa do número de passageiros em voos diretos e na estabilização dos preços dos imóveis, demonstrando que os setores aéreos e imobiliários estão menos aquecidos.

O acesso à internet rápida cresceu na maioria das cidades, a média da taxa de homicídios caiu e o custo da energia se manteve estável.

²³West III, G. Page; Bamford, Charles E.; Marsden, Jesse W. Contrasting entrepreneurial economic development in emerging Latin American economies: Applications and extensions of resource-based theory. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 32, n. 1, p. 15-36, 2008.²

²⁴Fatoki, Olawale Olufunso; Chindoga, Lynety. An investigation into the obstacles to youth entrepreneurship in South Africa. *International Business Research*, v. 4, n. 2, p. 161, 2011.

SÃO PAULO: A GIGANTE DA CONECTIVIDADE

A liderança folgada da capital paulista no pilar de infraestrutura já era esperada. Essa tem sido a posição alcançada por São Paulo nas edições anteriores do ICE, ainda que a cidade encontre diversos obstáculos em sua trajetória como cidade global.

São Paulo, devido a seu porte populacional, consegue manter uma rede de conectividade que pesa a seu favor, principalmente no que se refere às condições favoráveis a um ambiente empreendedor. Os terminais aeroportuários de Guarulhos e Congonhas têm mais que o dobro de movimentação anual de passageiros que o segundo colocado, Rio de Janeiro. Os aeroportos de São Paulo são os principais terminais de distribuição de voos para as companhias aéreas brasileiras, tornando-os importantes centros para o transporte doméstico e internacional.

A localização de São Paulo também é privilegiada e auxilia nos bons resultados da cidade em termos de infraestrutura. A capital

está localizada muito próxima de diversos pólos econômicos importantes, inclusive de outras cidades deste Índice, o que aumenta os seus números em conectividade via rodovias. A proximidade do Porto de Santos, localizado a menos de 100 km, é outro fator que agrega positivamente na alta nota da capital paulista.

No que diz respeito à qualidade de vida e às condições urbanas, é preciso ressaltar dois desafios que São Paulo tem enfrentado em sua história: o alto preço dos imóveis e o trânsito lento, ambos problemas típicos de cidades grandes, mas que podem prejudicar enormemente o ambiente de negócios. Por outro lado, São Paulo apresentou uma das mais baixas taxas de homicídios no Brasil (11,3 a cada 100 mil habitantes), tendo reduzido muito a violência urbana, além de que possui uma das mais baixas tarifas de energia elétrica.

CIDADES MÉDIAS: EMPREENDER COM QUALIDADE DE VIDA

Apesar de São Paulo ser a líder geral, quando olhamos somente os indicadores de Condições Urbanas, é possível perceber um fenômeno interessante: as cinco primeiras cidades não são capitais de estados. Sorocaba, Ribeirão Preto, Londrina, Joinville e Caxias do Sul representam o sucesso das cidades médias em unir a qualidade de vida do interior às redes de conectividade das capitais.

Essas cidades são, em geral, mais tranquilas que as grandes capitais, apresentando resultados muito satisfatórios de fluidez no trânsito. Ribeirão Preto, por exemplo, tem velocidade no horário de pico em 95% quando comparada à de outros horários, um número bem acima da média nacional (89%). Ainda, no caso dessas cidades, as taxas de homicídios também estão abaixo da média nacional. Todos esses fatores são primordiais na hora da

decisão do empreendedor de se instalar ou não em determinado local. As cidades médias, além de terem apresentado anualmente um expressivo crescimento econômico, quando comparadas às grandes cidades, configuram uma ótima escolha para empreender.

Os baixos preços, que podem ser encontrados em cidades menores, são, ainda, um atrativo adicional, algo que cidades grandes dificilmente conseguem atingir. No Índice, percebemos que o preço dos imóveis e da energia elétrica são expressivamente menores nas cidades médias analisadas, dando-lhes um diferencial para empresas que buscam cortes nos custos de produção. Sorocaba, Ribeirão Preto, Londrina, Joinville e Caxias do Sul, de maneira contraintuitiva, apresentam, além de tudo, uma taxa de conectividade à internet rápida maior que diversas metrópoles, notadamente São Paulo.

Os baixos preços, que podem ser encontrados em cidades menores são, ainda, um atrativo adicional, algo que cidades grandes dificilmente conseguem atingir.

Condições Urbanas

Cidades	Índice de Condições Urbanas	% da população com acesso à internet rápida	Preço médio do m ²	Custo médio da energia elétrica	Taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes)	Índice de fluidez do trânsito
Sorocaba	7,80	17,03%	R\$ 3.425.88	R\$ 0.399	10,54	0,94
Ribeirão Preto	7,51	14,07%	R\$ 3.833.92	R\$ 0.404	11,86	0,96
Londrina	7,15	13,51%	R\$ 3.721.17	R\$ 0.416	20,61	0,94
Joinville	7,08	13,83%	R\$ 3.333.33	R\$ 0.426	22,77	0,93
Caxias do Sul	7,07	12,43%	R\$ 3.475.51	R\$ 0.411	21,48	0,93
Florianópolis	7,01	18,79%	R\$ 5.148.44	R\$ 0.426	14,05	0,91
São José dos Campos	6,94	12,06%	R\$ 5.158.84	R\$ 0.398	11,18	0,94
Campinas	6,81	13,30%	R\$ 4.815.20	R\$ 0.404	15,03	0,91
Blumenau	6,81	14,39%	R\$ 3.208.20	R\$ 0.426	9,74	0,86
Maringá	6,77	14,93%	R\$ 4.681.20	R\$ 0.416	12,58	0,89
Campo Grande	6,63	12,36%	R\$ 2.485.99	R\$ 0.492	20,85	0,91
Curitiba	6,60	16,05%	R\$ 4.761.75	R\$ 0.416	31,55	0,90
Uberlândia	6,30	7,61%	R\$ 3.067.42	R\$ 0.494	22,65	0,94
Goiânia	6,25	13,70%	R\$ 4.282.74	R\$ 0.420	54,03	0,90
Belo Horizonte	5,95	15,00%	R\$ 4.600.00	R\$ 0.494	27,65	0,88
Natal	5,94	5,56%	R\$ 3.706.69	R\$ 0.418	54,26	0,92
Vitória	5,93	15,53%	R\$ 5.740.96	R\$ 0.449	31,19	0,88
São Paulo	5,93	12,20%	R\$ 6.841.27	R\$ 0.399	11,56	0,86
Cuiabá	5,83	11,17%	R\$ 3.670.07	R\$ 0.498	46,17	0,91
João Pessoa	5,78	9,29%	R\$ 4.452.98	R\$ 0.435	65,58	0,93
Brasília	5,71	12,00%	R\$ 7.984.13	R\$ 0.452	27,96	0,95
Teresina	5,69	5,34%	R\$ 3.676.65	R\$ 0.437	47,85	0,90
Salvador	5,60	7,68%	R\$ 4.120.77	R\$ 0.443	50,87	0,89
Maceió	5,51	6,09%	R\$ 4.403.18	R\$ 0.428	64,61	0,91
Porto Alegre	5,50	14,92%	R\$ 5.164.88	R\$ 0.452	50,31	0,85
Aracaju	5,48	10,44%	R\$ 3.273.81	R\$ 0.468	72,38	0,88
Rio de Janeiro	4,78	10,97%	R\$ 7.266.13	R\$ 0.527	21,77	0,87
Fortaleza	4,71	8,51%	R\$ 4.645.31	R\$ 0.474	71,90	0,85
Recife	4,69	8,72%	R\$ 6.210.07	R\$ 0.480	48,11	0,86
São Luís	4,27	5,09%	R\$ 3.760.01	R\$ 0.496	80,92	0,84
Manaus	4,16	3,26%	R\$ 3.891.36	R\$ 0.536	55,16	0,83
Belém	3,83	6,00%	R\$ 4.739.18	R\$ 0.561	49,25	0,80

Média	11,31%	R\$ 4.485.84	R\$ 0.45	36,14	0,90
Fonte	Anatel / IBGE	VivaReal	Aneel	Datasus / IBGE	99
Ano	2017 / 2016	2017	2017	2015	2017



MERCADO

1º	Sorocaba	7,96	—	0
2º	São Paulo	7,90	▲	2
3º	Manaus	7,65	▼	-1
4º	Rio de Janeiro	7,58	▲	2
5º	Blumenau	7,53	▲	5
6º	Brasília	6,84	▼	-3
7º	Campinas	6,81	▼	-2
8º	Belém	6,67	—	0
9º	São José dos Campos	6,41	▲	10
10º	Joinville	6,38	▲	3
11º	Caxias do Sul	6,29	▼	-2
12º	Curitiba	6,24	▼	-5
13º	Porto Alegre	6,18	▼	-1
14º	Teresina	6,17	▲	9
15º	Cuiabá	6,11	▲	7
16º	Uberlândia	5,98	▼	-1
17º	Belo Horizonte	5,90	▼	-6
18º	São Luís	5,88	▼	-2
19º	Fortaleza	5,62	▲	1
20º	Ribeirão Preto	5,61	▲	5
21º	Salvador	5,60	▼	-3
22º	Recife	5,60	▼	-1
23º	Campo Grande	5,43	▼	-9
24º	Goiânia	5,41	▲	4
25º	Florianópolis	5,03	▲	5
26º	Aracaju	4,99	▼	-2
27º	Maringá	4,97	▼	-10
28º	Vitória	4,88	▼	-2
29º	João Pessoa	4,87	▲	3
30º	Natal	4,69	▼	-3
31º	Maceió	4,55	—	0
32º	Londrina	4,28	▼	-3

MERCADO					
Desenvolvimento Econômico			Clientes Potenciais		
PIB Total	Crescimento real médio do PIB (últimos 3 anos)	Proporção de Empresas Exportadoras com Sede na Cidade	PIB per Capita	Média das proporções entre grandes e médias empresas e pequenas	Média das compras públicas por empresa

Novos negócios geram impacto positivo em concorrência e inovação, aumentando o desempenho das empresas e reestruturando o mercado²⁵. Mas o que dizer da relação inversa? Como a situação do mercado afeta a decisão de abrir empresas?

Em ambientes cujos indicadores de crescimento econômico vão bem, o número de empreendimentos aumenta, gerando um ciclo positivo para o desenvolvimento da região. Por exemplo, Barros e Pereira (2008) mostraram que, aqui no Brasil, o aumento da atividade empreendedora municipal está associado à diminuição do desemprego²⁶.

Mas esta relação depende também das próprias condições de mercado local. Para que as empresas cresçam, gerando mais empregos e desenvolvimento local, é necessário que haja um mercado consumidor para comprar os produtos

ou contratar esses serviços²⁶. Portanto, a propensão de abertura de novos negócios em uma cidade é bastante relacionada às expectativas sobre o poder de compra da população residente. Não é de surpreender, então, que a possibilidade de expansão e aquecimento do mercado faça com que os níveis de desenvolvimento econômico e os consumidores potenciais sejam determinantes para atrair empresas²⁸.

Quando o mercado vai bem em determinada área, é comum atrair empreendedores interessados em ultrapassar as fronteiras locais. O acesso ao mercado internacional oferece oportunidades de inovação, alcance de consumo e competição, ampliando as possibilidades de ação estratégica das empresas e diversificando sua atuação²⁹. Estas vantagens são especialmente importantes para empresas menores, cujo crescimento é considerado crucial para o desenvolvimento da economia nacional e do bem-estar da população local³⁰.

Pensando nisso, o pilar de Mercado foi estruturado em torno destes dois grupos de fatores. O conjunto de indicadores **Desenvolvimento Econômico** dimensiona o mercado através das medidas de PIB total e seu crescimento e do alcance ao mercado externo. Em paralelo, o subdeterminante de **Clientes Potenciais** verifica como o mercado pode absorver os produtos e serviços das empresas, através de indicadores que sinalizam o poder de compra de três tipos de consumidores: empresas (no modelo Business to Business, B2B), governos (Business to Government, B2Gov) e os consumidores finais (Business to Consumers, B2C). Para cada conjunto de consumidores analisa-se um índice que aponta o mercado potencial: a proporção entre grandes e médias empresas, e entre médias e pequenas avalia o potencial B2B, a média de compras públicas por empresa indica o mercado B2Gov e o PIB per capita mede o poder de compra dos clientes B2C.

Quando o mercado vai bem em determinada área, é comum atrair empreendedores interessados em ultrapassar as fronteiras locais.

²⁵Van Praag, C. Mirjam. Some classic views on entrepreneurship. De Economist, v. 147, n. 3, p. 311-335, 1999.

²⁶Barros, Aluizio Antonio de; Miranda de Araújo Pereira, Cláudia Maria. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. RAC -Revista de Administração Contemporânea, v. 12, n. 4, 2008.

²⁷Meek, William R.; Pacheco, Desirée F.; York, Jeffrey G. The impact of social norms on entrepreneurial action: Evidence from the environmental entrepreneurship context. Journal of Business Venturing, v. 25, n. 5, p. 493-509, 2010.

²⁸Chandra, Yanto; Coviello, Nicole. Broadening the concept of international entrepreneurship: 'Consumers as international entrepreneurs'. Journal of World Business, v. 45, n. 3, p. 228-236, 2010.

²⁹Coviello, Nicole E.; Munro, Hugh J. Growing the entrepreneurial firm: networking for international market development. European Journal of Marketing, v. 29, n. 7, p. 49-61, 1995.

³⁰Oviatt, Benjamin M.; McDougall, Patricia P. Defining international entrepreneurship and modeling the speed of internationalization. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 29, n. 5, p. 537-554, 2005.

Desenvolvimento Econômico

Cidades	Índice de Desenvolvimento Econômico	PIB Total	Crescimento médio real do PIB (últimos 3 anos)	Proporção de empresas exportadoras com sede na cidade
São Paulo	8,41	R\$ 628.064.882.000,00	0,81%	1,190%
Sorocaba	7,70	R\$ 32.662.452.000,00	5,18%	1,633%
Blumenau	7,49	R\$ 16.767.107.000,00	7,75%	1,391%
Rio de Janeiro	7,41	R\$ 299.849.795.000,00	2,30%	0,572%
Caxias do Sul	7,01	R\$ 22.376.338.000,00	-0,86%	2,445%
Joinville	6,74	R\$ 24.570.851.000,00	2,52%	1,542%
Campinas	6,52	R\$ 57.673.309.000,00	1,95%	0,950%
Manaus	6,45	R\$ 67.572.523.000,00	0,09%	1,141%
Brasília	6,38	R\$ 197.432.059.000,00	1,55%	0,154%
Porto Alegre	6,37	R\$ 63.990.644.000,00	2,76%	0,617%
Belo Horizonte	6,37	R\$ 87.656.760.000,00	2,68%	0,435%
Cuiabá	6,15	R\$ 20.525.597.000,00	7,78%	0,199%
Ribeirão Preto	6,14	R\$ 28.087.397.000,00	4,59%	0,600%
Goiânia	6,14	R\$ 46.094.735.000,00	4,42%	0,321%
Fortaleza	6,13	R\$ 56.728.828.000,00	3,93%	0,276%
Curitiba	6,11	R\$ 78.892.229.000,00	-0,52%	0,893%
Uberlândia	6,08	R\$ 28.342.162.000,00	5,89%	0,301%
Maringá	6,06	R\$ 14.233.028.000,00	5,96%	0,696%
Belém	6,01	R\$ 28.706.165.000,00	3,38%	0,705%
Recife	5,76	R\$ 50.688.395.000,00	3,33%	0,171%
João Pessoa	5,63	R\$ 17.462.539.000,00	6,33%	0,157%
São José dos Campos	5,58	R\$ 30.927.050.000,00	-0,22%	0,992%
Florianópolis	5,47	R\$ 17.328.527.000,00	3,73%	0,523%
Salvador	5,47	R\$ 56.624.041.000,00	1,55%	0,201%
Teresina	5,46	R\$ 17.762.266.000,00	6,22%	0,036%
Campo Grande	5,35	R\$ 23.902.135.000,00	3,61%	0,250%
São Luís	5,08	R\$ 26.326.087.000,00	2,71%	0,151%
Londrina	4,92	R\$ 15.820.903.000,00	1,31%	0,596%
Aracaju	4,84	R\$ 14.893.787.000,00	4,13%	0,040%
Natal	4,79	R\$ 19.076.030.000,00	2,10%	0,232%
Maceió	4,65	R\$ 18.302.279.000,00	2,11%	0,138%
Vitória	3,31	R\$ 23.370.919.000,00	-7,72%	0,764%

Média	R\$ 66.647.244.343,75	2,85%	0,635%
Fonte	IBGE	IBGE	MDIC / RAIS (MTE)
Ano	2014	2012-2014	2016/2015

OS GARGALOS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nesta edição do índice, os sinais da crise econômica foram evidenciados no crescimento pouco expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) e do número de empresas exportadoras, decorrente do ritmo fraco de diversos setores no período analisado - com desempenho regular apenas do setor de serviços - e do número de empresas que decretaram falência ou que sofreram aquisições e fusões nos últimos anos.

Adicionalmente, o Brasil segue como um dos países mais fechados em termos de comércio internacional, sendo o que menos exporta entre as 20 principais economias do mundo. Um estudo do Banco Mundial³¹ identificou que os custos para empreender e se internacionalizar no país continuam altos, sendo necessários investimentos para desenvolver o ambiente de negócios e atrair mais empresas capazes de exportar e aumentar a competitividade do país.

A SAÍDA DA CRISE É PELO INTERIOR

Sorocaba encontra-se, novamente, como a líder em mercado, sendo uma das principais economias brasileiras no quesito tamanho do PIB. Independentemente do baixo crescimento médio do país (2,25%), o PIB de Sorocaba apresentou um crescimento de 5,18%, resultante da grande presença da indústria e do setor de serviços na cidade, além da proporção de 1,63% de empresas exportadoras. Outros indicadores determinantes para seu bom desempenho foram o PIB per capita - o maior entre as cidades do interior - e o alto volume de compras públicas que lhe provém um grande mercado consumidor e que impactam positivamente no seu crescimento econômico.

per capita - o terceiro maior entre as cidades analisadas -, o que contribui para a alta qualidade de vida de seus municípios.

Outros três municípios do interior mostram-se relevantes no que tange às condições de mercado, sendo eles: São José dos Campos, Campinas e Joinville. São José dos Campos, por exemplo, desponta como uma das principais localidades em termos de clientes potenciais, com o terceiro maior volume de compras públicas e um PIB per capita superior a 45 mil reais. Além disso, é uma das principais em proporção de empresas exportadoras (0,99%), superior à conterrânea Campinas. Esta, por sua vez, apresenta o maior PIB entre as cidades do interior. Já a cidade do norte catarinense apresenta o terceiro maior nível de exportação (1,54%), repetindo o destaque recebido no último ICE.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, além da líder Sorocaba, outras duas cidades do interior se sobressaem: Blumenau e Caxias do Sul. Essa boa performance decorre do número de empresas exportadoras residentes nos dois municípios. A cidade de Blumenau, em especial, subiu cinco posições nesse pilar em relação à última edição do ICE, por apresentar um expressivo crescimento de 7,75% do PIB entre 2012 e 2014, muito superior à média nacional (2,85%). Observando os indicadores referentes ao mercado consumidor dos municípios, evidencia-se também seu alto PIB

De forma geral, essas cidades citadas são pólos de atração para novos negócios, sendo uma alternativa às cidades maiores. O nível de renda e de exportações apresentado demonstra o ambiente de competitividade e possível facilidade das empresas instaladas em buscarem novos mercados fora do país, o que é um dos sonhos de todo empreendedor.

O nível de renda e de exportações apresentado demonstra o ambiente de competitividade e possível facilidade das empresas instaladas em buscarem novos mercados fora do país.

³¹Canuto, Otaviano; Cavallari, Matheus; Reis, José Guilherme. Brazilian Exports: Climbing Down a Competitiveness Cliff. World Bank Policy Research Working Paper 6302, Washington, DC, 2013.

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO: LÍDERES EM DINAMISMO ECONÔMICO

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro consistem nos dois maiores pólos econômicos do país, isto é, regiões que realizam muitas trocas de bens e serviços com as demais cidades. O dinamismo proveniente das duas cidades pode ser explicitado em variáveis como o PIB, o número de empresas exportadoras e o PIB per capita. Esse pressuposto é corroborado ao observar que ambas subiram duas posições no pilar em relação ao ano passado.

São Paulo se mantém como uma potência econômica, com um PIB superior a meio trilhão de reais - o maior do país -, o que

corresponde a aproximadamente 11% da produção total nacional. Complementarmente, a proporção de empresas exportadoras localizadas na cidade geram emprego e renda por meio da produção de diversos bens e serviços e, com isso, contribuem para que ela seja um dos destinos mais competitivos do Brasil.

A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, possui o segundo maior PIB do país, composto principalmente pelo setor de serviços, além do alto volume de compras públicas, o que contribui para o crescimento do seu PIB e para o funcionamento da máquina pública.

O EFEITO DA CRISE SOBRE AS CIDADES

Após a pior crise de sua história, o Brasil mostra sinais de lenta recuperação econômica. Entretanto, várias cidades foram afetadas, seja pelo desaquecimento dos setores econômicos ou pela queda da renda da população. De toda forma, vale ter em mente que, quando se trata dos dados do PIB, as informações divulgadas pelo IBGE são defasadas em alguns anos. Ou seja, não é possível analisar e detalhar as dinâmicas econômicas dos municípios no contexto atual.

Dentre as cidades analisadas, Londrina, Vitória e Aracaju foram umas das mais acometidas pelos efeitos da crise. A título de exemplo, Vitória teve a maior queda do PIB (-7,72%) entre os municípios. Aracaju, por sua vez, exporta muito pouco, sediando apenas 0,04% de empresas exportadoras. Já Londrina possui uma baixa proporção entre as empresas de pequeno, médio e grande porte, o que é desfavorável principalmente para as menores empresas da cidade que encontram dificuldade em comercializar seus bens para outras empresas.

Clientes Potenciais

Cidades	Índice de Clientes Potenciais	PIB per Capita	Média das proporções entre grandes e médias empresas e médias e pequenas	Média das compras públicas por empresa
Manaus	8,25	R\$ 33.446.76	26,47%	R\$ 226.171.64
Sorocaba	7,50	R\$ 51.260.39	19,14%	R\$ 228.902.31
Rio de Janeiro	7,17	R\$ 46.461.82	20,76%	R\$ 190.337.88
Belém	7,09	R\$ 20.034.40	26,27%	R\$ 180.809.87
São José dos Campos	7,09	R\$ 45.411.77	18,66%	R\$ 223.792.28
Blumenau	7,01	R\$ 50.200.62	20,90%	R\$ 161.853.68
Brasília	6,99	R\$ 69.216.80	21,70%	R\$ 79.733.25
Vitória	6,86	R\$ 66.375.05	20,63%	R\$ 97.509.31
Teresina	6,81	R\$ 21.130.46	22,82%	R\$ 213.914.44
Campinas	6,81	R\$ 49.950.16	17,73%	R\$ 200.684.46
São Luís	6,72	R\$ 24.737.98	25,08%	R\$ 154.521.95
São Paulo	6,70	R\$ 52.796.78	19,69%	R\$ 148.421.80
Curitiba	6,28	R\$ 42.314.71	20,77%	R\$ 131.120.71
Cuiabá	6,04	R\$ 35.666.92	19,93%	R\$ 149.219.01
Porto Alegre	5,92	R\$ 43.457.67	19,80%	R\$ 114.158.59
Uberlândia	5,89	R\$ 43.291.56	19,52%	R\$ 117.216.87
Joinville	5,88	R\$ 44.303.65	19,90%	R\$ 106.553.29
Salvador	5,88	R\$ 19.505.84	21,34%	R\$ 168.247.29
Campo Grande	5,73	R\$ 28.349.62	19,74%	R\$ 152.318.21
Recife	5,58	R\$ 31.513.07	20,53%	R\$ 115.240.88
Aracaju	5,51	R\$ 23.877.20	21,59%	R\$ 118.505.53
Belo Horizonte	5,46	R\$ 35.187.85	19,29%	R\$ 114.515.83
Caxias do Sul	5,46	R\$ 47.586.65	16,61%	R\$ 117.083.36
Fortaleza	5,25	R\$ 22.057.20	19,74%	R\$ 135.406.87
Ribeirão Preto	5,22	R\$ 42.682.19	16,06%	R\$ 124.015.81
Natal	5,06	R\$ 22.128.84	19,66%	R\$ 120.353.70
Maceió	4,98	R\$ 18.205.44	20,07%	R\$ 120.182.54
Florianópolis	4,94	R\$ 37.546.32	21,28%	R\$ 28.667.37
Goiânia	4,90	R\$ 32.636.58	17,78%	R\$ 103.114.36
João Pessoa	4,52	R\$ 22.366.71	19,08%	R\$ 85.242.37
Londrina	4,27	R\$ 29.135.94	15,34%	R\$ 105.824.80
Maringá	4,25	R\$ 36.336.74	13,93%	R\$ 102.978.59

Média	R\$ 37.161.68	20.06%	R\$ 138.644.34
Fonte	IBGE	RAIS (MTE)	FINBRA (STN) / RAIS (MTE)
Ano	2014	2015	2016/2015



ACESSO A CAPITAL

1º	São Paulo	9,83	—	0
2º	Porto Alegre	7,88	—	0
3º	Florianópolis	7,81	—	0
4º	Belo Horizonte	7,10	—	0
5º	Rio de Janeiro	6,68	—	0
6º	Brasília	6,46	▲	2
7º	Curitiba	6,45	▼	-1
8º	Cuiabá	6,22	▲	1
9º	Maringá	6,09	▲	4
10º	Ribeirão Preto	6,04	—	0
11º	Recife	6,01	▲	1
12º	Joinville	6,01	▼	-1
13º	Vitória	5,94	▼	-6
14º	Goiânia	5,90	▲	1
15º	Londrina	5,84	▲	6
16º	Aracaju	5,79	▲	2
17º	Salvador	5,75	▼	-1
18º	Caxias do Sul	5,75	▲	1
19º	Fortaleza	5,58	▲	3
20º	Campinas	5,56	▼	-6
21º	Campo Grande	5,54	▼	-4
22º	Natal	5,51	▲	6
23º	João Pessoa	5,49	▼	-3
24º	Uberlândia	5,36	▼	-1
25º	Belém	5,33	▲	2
26º	Maceió	5,31	▲	3
27º	São José dos Campos	5,27	▼	-2
28º	Teresina	5,25	▲	2
29º	São Luís	5,23	▲	2
30º	Blumenau	5,21	▼	-6
31º	Sorocaba	5,03	▼	-5
32º	Manaus	4,76	—	0

ACESSO A CAPITAL

Capital Disponível via Dívida

Acesso a Capital de Risco

Operações de crédito por município (em relação ao PIB)	Proporção relativa de Investimentos em Venture Capital	Proporção relativa de investimentos em Private Equity	Capital poupado per capita
--	--	---	----------------------------

A disponibilidade de recursos para investir no negócio, seja em sua fase inicial seja em momentos de crescimento, é determinante para o futuro da empresa. Afinal, para que as scale-ups possam, de fato, escalar, elas precisam de muito capital para suportar o crescimento. Evidenciado em estudos empíricos, o “custo” de acessar esses recursos/investimentos é considerado pelos stakeholders como o principal entrave a ser superado na abertura de um novo negócio³².

Portanto, é fundamental entender os principais fatores que caracterizam o **Acesso a Capital** disponível para empresas, já que nem sempre os empreendedores dispõem de recursos financeiros suficientes para conseguir tirar do papel novas ideias e planos. A captação de recursos externos tem se

tornado uma das principais alternativas aos empreendedores, especialmente em momentos de instabilidade financeira no país e em regiões mais periféricas³³. Como retorno, para além dos investimentos em capital, ainda há possibilidade de que serviços complementares possam ser acionados, aumentando o potencial de crescimento e capacitação de equipe gerencial. Entre os serviços complementares, pode-se observar capacitações gerenciais para a equipe da empresa, que girem em torno de marketing e atendimento ao cliente, por exemplo. Dessa forma, a “dívida contraída” pelos novos empreendedores pode possibilitar maiores ganhos para ambas partes: o empreendimento se moderniza, cresce e atrai clientes; e, assim, o retorno aos investidores é dado de forma mais eficaz³⁴.

As duas principais formas, no Brasil, para

A disponibilidade de recursos para investir no negócio, seja em sua fase inicial seja em momentos de crescimento, é determinante para o futuro da empresa.

³²Burkowski, Érika; Perobelli, Fernanda Finotti; Zanini, Alexandre. A identificação de preferências e atributos relacionados à estrutura de capital em pequenas empresas. RAE -eletrônica, v. 8, n. 1, p. 1, 2009.

³³Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. Economia e Sociedade, v. 20, n. 3, p. 449-474, 2011.

³⁴Titwicz, R. Caracterização dos fundos de investimentos de capital de risco brasileiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

novos empreendimentos conseguirem recursos financeiros é o **Capital Disponível via Dívida** e o **Capital de Risco**. O primeiro é realizado por bancos – privados ou públicos –, na forma de contração de uma dívida pelo empreendedor, que, posteriormente, recebe um crédito, a ser quitado com a adição de juros (corrente no mercado no momento da aquisição da dívida). Já o segundo é efetivado a partir da venda de uma parte do novo empreendimento, onde são criados fundos de investimentos, como os de novos sócios investidores. Ambas as formas podem gerar um efeito multiplicador no investimento empreendido, de maneira rápida e abrangente³⁵.

Alguns fatores são identificados como determinantes no momento da escolha por qual “recurso de terceiro” utilizar: o tamanho do empreendimento e sua rentabilidade, assim como os riscos envolvidos no endividamento. De toda forma, no Brasil, segundo a literatura internacional especializada, quanto menor for o nível de endividamento público, maior será o volume de investimento em empresas. E quanto mais lucrativos forem os empreendimentos, maiores serão suas capacidades de investimentos futuros³⁶, gerando um ciclo positivo de desenvolvimento para a economia local.

**De toda forma,
no Brasil, segundo
a literatura internacional
especializada,
quanto menor for
o nível de endividamento
público, maior será
o volume
de investimento
em empresas.**

Capital disponível via Dívida

Cidades	Índice de Capital disponível via Dívida	Operações de crédito por município (em relação ao PIB)
São Paulo	9,98	1,71
Porto Alegre	7,91	1,10
Belo Horizonte	7,38	0,94
Brasília	6,77	0,76
Florianópolis	6,62	0,71
Goiânia	6,35	0,63
Cuiabá	6,30	0,62
Ribeirão Preto	6,30	0,62
Aracaju	6,25	0,60
Curitiba	6,22	0,60
Recife	6,22	0,59
Rio de Janeiro	6,11	0,56
Salvador	6,04	0,54
Natal	5,95	0,51
João Pessoa	5,94	0,51
Maringá	5,87	0,49
Campo Grande	5,83	0,48
Fortaleza	5,72	0,45
Londrina	5,71	0,44
Maceió	5,63	0,42
Belém	5,63	0,42
Teresina	5,55	0,40
Uberlândia	5,53	0,39
Vitória	5,53	0,39
São Luís	5,37	0,34
Caxias do Sul	5,22	0,30
Campinas	5,19	0,29
Joinville	5,15	0,28
Blumenau	5,07	0,25
Sorocaba	5,01	0,24
São José dos Campos	4,94	0,21
Manaus	4,70	0,14
Média	0,53	
Fonte	Banco Central / IBGE	
Ano	2016/2014	

³⁵Lang, Larry, Ofek, Eli e Stulz, Rene M. Leverage, investment, and firm growth. Journal Financial Economics, v. 40, n. 1, p. 3-29, 1996.

³⁶Junqueira, Luis Renato et al. Alavancagem Financeira como Estratégia de Financiamento do Processo de Crescimento de Empresas Brasileiras de Capital Aberto no Período 1995-2002. Economia & Gestão, v. 10, n. 23, p. 23-39, 2010.

MENOS CAPITAL DISPONÍVEL E PARA POUCOS

O ano de 2016 foi o segundo consecutivo da pior crise já registrada na economia brasileira, com queda acumulada do produto interno bruto de 7,2% em dois anos. Nesse cenário adverso, é natural haver maior aversão ao risco. Dessa forma, o acesso a capital pelas empresas fica comprometido, especialmente quando muitas delas estão endividadas e poucas buscam dinheiro para investir ou expandir seus negócios.

Não à toa, a média de operações de crédito nas cidades analisadas caiu oito pontos percentuais, enquanto o capital poupado per capita teve crescimento nominal de 5,9% em relação a 2015, o que não cobre a inflação de 6,29% medida pelo IPCA em 2016. Analisando o capital de risco, é importante notar que houve pequeno aumento no número de cidades que não tiveram qualquer operação de venture capital e private equity: respectivamente, 14 e 12 cidades cujas empresas não atraíram esses tipos de operações no período entre 2011 a 2017.

Mesmo assim, o desempenho geral nesse pilar não sofreu grandes alterações nas 10 primeiras colocações em relação à edição anterior: São Paulo continua concentrando 60% do capital de risco e 56% do total de crédito concedido entre as 32 cidades. As capitais continuam com grande concentração dos deals de venture capital e private equity, especialmente no Sudeste: excetuando Vitória (ES), as demais capitais do

Sudeste concentram 79% e 84% dos deals nessas modalidades, respectivamente. A novidade no topo é a entrada de Maringá e a saída de Recife, resultante da perda de posições pela capital pernambucana.

Florianópolis é um destaque positivo para capital de risco, pois dobrou o número de transações de venture capital, expressando o potencial empreendedor da cidade, especialmente em empresas de tecnologia. Ainda assim, foram realizados 15 deals na cidade, o que representa apenas 5% do total de operações realizadas no país. No caso do capital por dívida, houve queda de 15 pontos percentuais na quantidade de operações de crédito como proporção do PIB municipal, chegando a 71% em 2017, mas mantendo a quinta posição no ranking.

Na comparação com a edição anterior do ICE, São Paulo e Curitiba tiveram as maiores quedas na quantidade de crédito disponível: 36 e 25 pontos percentuais, respectivamente. Porém, isso equivale a montantes bem diferentes: foram 100 bilhões a menos concedidos em São Paulo, contra 20 bilhões da capital paranaense. A queda da capital paulista representa 2,2 vezes o capital disponível para crédito em Curitiba no último ano, reforçando as disparidades de acesso a capital entre as 32 cidades analisadas.

O ano de 2016 foi o segundo consecutivo da pior crise já registrada na economia brasileira, com queda acumulada do produto interno bruto de 7,2% em dois anos. Nesse cenário adverso, é natural haver maior aversão ao risco.

Acesso a Capital de Risco

Cidades	Índice de Acesso a Capital de Risco	Proporção relativa de investimentos em Venture Capital	Proporção relativa de investimentos em Private Equity	Capital Poupado per Capita
São Paulo	9,06	2,37	2,51	R\$ 30.152
Florianópolis	8,71	4,19	1,49	R\$ 19.759
Porto Alegre	7,55	0,85	0,33	R\$ 44.687
Rio de Janeiro	7,15	1,10	1,34	R\$ 18.693
Joinville	6,86	2,60	0,67	R\$ 7.829
Belo Horizonte	6,65	0,81	0,91	R\$ 17.444
Curitiba	6,61	0,94	0,51	R\$ 21.187
Vitória	6,36	0,34	0,00	R\$ 29.205
Caxias do Sul	6,32	0,00	1,45	R\$ 10.170
Maringá	6,30	0,00	1,44	R\$ 9.956
Cuiabá	6,11	0,00	1,18	R\$ 9.863
Brasília	6,08	0,07	0,14	R\$ 23.865
Campinas	6,00	0,40	0,56	R\$ 12.655
Londrina	5,98	0,82	0,51	R\$ 9.020
Recife	5,81	0,30	0,22	R\$ 14.735
Ribeirão Preto	5,77	0,42	0,36	R\$ 10.506
São José dos Campos	5,73	0,58	0,38	R\$ 7.799
Fortaleza	5,51	0,00	0,37	R\$ 8.923
Salvador	5,50	0,17	0,27	R\$ 8.587
Blumenau	5,48	0,00	0,42	R\$ 7.591
Goiânia	5,46	0,00	0,30	R\$ 8.944
Aracaju	5,37	0,00	0,00	R\$ 11.344
Campo Grande	5,33	0,46	0,00	R\$ 5.956
Uberlândia	5,29	0,26	0,00	R\$ 7.102
São Luís	5,22	0,25	0,00	R\$ 5.737
Sorocaba	5,21	0,00	0,00	R\$ 7.946
Natal	5,15	0,00	0,00	R\$ 6.665
Belém	5,14	0,00	0,00	R\$ 6.552
João Pessoa	5,13	0,00	0,00	R\$ 6.231
Maceió	5,09	0,00	0,00	R\$ 5.544
Teresina	5,07	0,00	0,00	R\$ 5.097
Manaus	5,02	0,00	0,00	R\$ 3.956
Média	53		48	R\$ 12615.61
Fonte	Spectra Investments/RAIS		Spectra Investments/RAIS	Banco Central / IBGE
Ano	2011-2017/2015		2011-2017/2015	2016



INOVAÇÃO

1º	Rio de Janeiro	8,13	▲ 2
2º	São José dos Campos	7,45	▼ -1
3º	Florianópolis	7,37	▼ -1
4º	Blumenau	7,32	▲ 4
5º	São Paulo	7,27	▼ -1
6º	Caxias do Sul	7,12	▼ -1
7º	Campinas	7,04	▼ -1
8º	Porto Alegre	6,79	▼ -1
9º	Curitiba	6,78	▲ 3
10º	Vitória	6,65	▲ 1
11º	Belo Horizonte	6,63	▼ -2
12º	Joinville	6,53	▼ -2
13º	Manaus	6,41	— 0
14º	Recife	6,25	▲ 1
15º	Sorocaba	6,15	▼ -1
16º	Maringá	6,10	— 0
17º	Londrina	5,75	▲ 1
18º	Aracaju	5,50	▲ 2
19º	Uberlândia	5,44	— 0
20º	Ribeirão Preto	5,41	▼ -3
21º	Belém	5,36	— 0
22º	Brasília	5,35	▲ 3
23º	Goiânia	5,30	▼ -1
24º	Cuiabá	5,23	— 0
25º	João Pessoa	5,18	▼ -2
26º	Salvador	5,17	— 0
27º	Campo Grande	4,93	— 0
28º	Natal	4,80	— 0
29º	Fortaleza	4,79	▲ 1
30º	Teresina	4,68	▼ -1
31º	São Luís	4,68	— 0
32º	Maceió	4,44	— 0

INOVAÇÃO				
Inputs			Outputs	
Proporção de Mestres e Doutores em Ciência e Tecnologia (para cada 100 empresas)	Média de investimentos do BNDES e FINEP (por empresa)	Índice de Infraestrutura Tecnológica	Proporção de empresas com patentes (para cada 1000 empresas)	Tamanho da economia criativa (em relação ao total de empresas)
Proporção de funcionários nas áreas de Ciência e Tecnologia (em relação ao total de funcionários)		Contratos de concessões (para cada 1000 empresas)	Tamanho da indústria inovadora (em relação ao total de empresas)	Tamanho das empresas TIC (em relação ao total de empresas)

O atual contexto globalizado e interconectado demanda que os empreendedores estejam atentos e integrados às inovações apresentadas no mercado³⁷. Demanda também que os investidores sejam criativos e produzam novas tecnologias capazes de otimizar o tempo gasto pelas pessoas em suas tarefas cotidianas³⁸. Além disso, **são as inovações apresentadas pelas empresas que alimentam a competitividade e, consequentemente, geram maiores lucros para aquelas que mais se destacam**³⁹. Para tanto, é necessário que os empreendedores sejam capazes de combinar fatores de inputs e outputs para o desenvolvimento de inovações.

Para desenvolver o ambiente de inovação no Brasil, é necessário que todos os atores envolvidos – governos, empresas, investidores, pesquisadores, entre outros, considerem algumas questões

cruciais, dentre elas: o que representa, de fato, o conceito de inovação (novas ideias colocadas em prática, com uso abrangente); a valorização de dos elementos relevantes para que a inovação tecnológica ocorra (pesquisa científica, marketing, entre outros); e, por fim, o suporte para a produção dessas inovações (reestruturação de centros de pesquisa, investimento de recursos, bases legais estáveis, entre outros)⁴⁰.

Sintetizando, então, os componentes cruciais para o processo de inovação tecnológica pelas empresas, observa-se a congruência de alguns fatores. No processo

de **inputs**, espera-se que cidades mais propícias à inovação possuam índices mais altos de Mestres e Doutores em Ciência e Tecnologia, alta média de investimentos do BNDES e FINEP, infraestrutura tecnológica local mais elevada e, também, maior proporção de contratos de concessões. Já nos **outputs**, é esperado que cidades mais inovadoras contem com maior quantidade de empresas com patentes e softwares próprios, bem como com maior número de empresas de economia criativa, de indústrias inovadoras ou ligadas à tecnologia.

São as inovações apresentadas pelas empresas que alimentam a competitividade e, consequentemente, geram maiores lucros para aquelas que se destacam mais.

³⁷Ferreira, Daniela Assis Alves. Tecnologia: fator determinante no advento da sociedade de informação? Perspectivas em ciência da informação, v. 8, n. 1, 2008.
³⁸Lopes, Ana Lúcia Miranda et al. Markowitz na otimização de carteiras selecionadas por Data Envelopment Analysis-DEA. Gestão e Sociedade, v. 4, n. 9, p. 640-656, 2011.
³⁹Guiomar, Tiago. Gestão do Conhecimento: A importância da Inovação e da Competitividade numa Organização do Século XXI. (Tese Doutorado) Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014
⁴⁰Plonski, Guilherme Ary. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 1, p. 25-33, 2005.

Inputs

Cidades	Índice de Inputs	Proporção de Mestres e Doutores em C&T (p/ cada 100 empresas)	% de funcionários nas áreas de C&T (em relação ao total de funcionários)	Média de investimentos do BNDES e da FINEP (por empresa)	Índice de infraestrutura tecnológica	Contratos de concessões (p/ cada 1.000 empresas)
Rio de Janeiro	8,78	9,89	11,03%	R\$ 18.350.362.12	8,34	2,66
São José dos Campos	8,24	9,79	14,11%	R\$ 4.137.016.80	6,31	6,49
Campinas	7,31	12,66	13,23%	R\$ 2.993.314.33	6,75	1,11
Manaus	7,03	9,61	10,08%	R\$ 452.028.67	5,43	7,00
Florianópolis	6,83	19,41	9,46%	R\$ 215.044.51	6,65	0,31
Curitiba	6,75	8,36	9,50%	R\$ 8.278.671.76	7,06	0,80
Belo Horizonte	6,75	7,42	9,88%	R\$ 548.933.19	8,54	1,47
Blumenau	6,73	7,07	10,78%	R\$ 11.754.358.66	6,18	0,19
Recife	6,70	10,41	9,88%	R\$ 1.504.980.29	8,11	0,26
Vitória	6,57	14,43	13,45%	R\$ 0.00	5,15	0,33
São Paulo	6,40	6,43	10,42%	R\$ 2.569.038.21	7,00	1,49
Porto Alegre	6,37	10,71	10,39%	R\$ 2.105.031.34	6,45	0,59
Maringá	6,14	15,78	8,17%	R\$ 184.077.68	6,17	0,41
Londrina	6,11	14,07	8,81%	R\$ 1.932.167.51	6,04	0,00
Caxias do Sul	5,90	4,85	9,25%	R\$ 10.112.607.52	5,43	0,29
Uberlândia	5,77	11,53	9,12%	R\$ 3.277.291.63	5,15	0,06
Aracaju	5,76	9,27	10,94%	R\$ 762.712.73	5,43	0,00
João Pessoa	5,74	11,45	9,89%	R\$ 0.00	5,51	0,00
Belém	5,69	14,25	8,51%	R\$ 154.508.97	5,29	0,06
Salvador	5,62	7,08	9,91%	R\$ 1.314.873.87	5,84	0,21
Goiânia	5,48	6,11	8,15%	R\$ 232.464.66	6,89	0,14
Sorocaba	5,40	2,62	10,50%	R\$ 0.00	5,43	1,78
Joinville	5,40	2,24	11,57%	R\$ 372.557.03	5,58	0,59
Teresina	5,24	8,05	8,99%	R\$ 1.145.301.35	5,11	0,00
Brasília	5,17	7,12	8,71%	R\$ 367.801.50	5,34	0,22
Ribeirão Preto	5,15	5,04	9,92%	R\$ 53.895.52	5,15	0,41
Cuiabá	5,13	11,70	6,94%	R\$ 226.135.42	5,11	0,00
São Luís	5,06	8,75	8,04%	R\$ 78.837.90	5,15	0,00
Natal	4,94	10,37	6,46%	R\$ 195.082.88	5,15	0,00
Fortaleza	4,72	5,19	7,03%	R\$ 486.901.94	5,43	0,06
Campo Grande	4,64	5,83	7,07%	R\$ 135.423.64	5,15	0,00
Maceió	4,47	6,58	5,83%	R\$ 0.00	5,11	0,00
Média	9,19	9,56%	R\$ 2.310.669.43	5,98	0,84	
Fonte	CNPQ / RAIS (MTE)	RAIS (MTE)	BNDES e FINEP/RAIS (MTE)	Sibratec, Senai e Anprotec	INPI / RAIS (MTE)	
Ano	2016 / 2015	2015	2016-2017 / 2015	2016	2016 / 2015	

BREVE PANORAMA DA INOVAÇÃO NO BRASIL

O Atlas de Complexidade Econômica⁴¹, elaborado pela Universidade de Harvard, lista 124 países de acordo com a diversidade de produtos produzidos. Nesse ranking, o Brasil é o 47º, embora seja uma das principais economias do mundo. Isso decorre da pouca qualificação da nossa mão de obra e dos processos lentos de concessões e patentes que as empresas encaram, o que, por sua vez, criam barreiras para a geração de inovação.

De acordo com a PINTEC⁴² (Pesquisa de Inovação), elaborada pelo IBGE, os investimentos públicos em P&D cresceram significativamente nos últimos anos, o que produz efeitos positivos no progresso técnico das empresas. Outro fato interessante é que ultimamente as empresas têm optado pela aquisição de P&D de institutos de pesquisa e universidades ao invés da própria realização da atividade.

INOVAÇÃO COMO MOTOR DA ECONOMIA: EXEMPLOS DO SUL E SUDESTE

A inovação não só transforma um mercado já existente como concebe novos. Um lugar mais inovador, portanto, é capaz de conseguir um maior desenvolvimento e competição em relação à outros, o que é o caso das cinco primeiras cidades desse pilar: Rio de Janeiro, São José dos Campos, Florianópolis, São Paulo e Blumenau, sendo que elas apresentam desempenho acima da média tanto em *inputs* quanto em *outputs*.

O novo líder Rio de Janeiro subiu duas posições nesta edição do Índice, despontando-se principalmente nos indicadores relacionados aos *inputs* para a geração de inovação, tais como contratos de concessões e investimentos do BNDES e da FINEP. Isso demonstra os esforços da cidade em aprimorar os insumos necessários para fomentar atividades inovadoras em seus setores produtivos.

São José dos Campos, apesar de ter caído uma posição em relação ao ano anterior, ainda logra o segundo lugar devido às suas características como maior pólo tecnológico do país, comportando a Embraer, o ITA e outras universidades ativas em pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia. Decorre disso o fato de a cidade possuir o maior número de funcionários trabalhando nas áreas de C&T (14,11%) e uma proporção de contratos de concessões (6,49) muito acima da média nacional (0,84).

A capital catarinense ficou na 3ª posição este ano, enquanto Blumenau subiu quatro posições, estabelecendo-se em 4º lugar, sendo que as duas cidades catarinenses mostram desempenhos semelhantes nos indicadores referentes às empresas com patentes e infraestrutura tecnológica.

⁴¹Harvard University. The Atlas of Economic Complexity (2015). Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu>.

⁴²IBGE. PINTEC (2014). Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br>.

São Paulo caiu uma posição no pilar. Ainda assim, permanece como uma das principais cidades do país no que tange às atividades inovadoras, principalmente ligadas à economia criativa. A sua localização, com acesso aos meios de transporte e mão de obra qualificada, permite a aglomeração de empresas, o que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à redução dos custos de P&D e de produção de bens. Além disso, a aglomeração de empresas de diferentes setores permite o aumento da eficiência dessas empresas, por meio não apenas de competição, mas também de cooperação, estimulando, assim, a ocorrência de processos inovativos e beneficiando a cidade em termos de geração de renda.

A inovação não só transforma um mercado já existente, como concebe novos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA INOVAÇÃO

No campo de políticas públicas é sempre discutida a relação entre inovação, dada pelas atividades de C&T, e o desenvolvimento econômico e social de uma determinada cidade ou região. No Brasil, contudo, a inovação não ocorre de forma homogênea em todas as cidades, estando mais concentrada nas regiões Sudeste e Sul.

O Nordeste, a título de exemplo, apresenta o pior desempenho entre os indicadores analisados, com quatro cidades – Fortaleza, Teresina, São Luís e Maceió – ocupando as últimas posições. Além de a região apresentar menores níveis de investimentos do BNDES e da FINEP, também possui uma baixa proporção de

mestres e doutores, o que resulta em baixo desempenho nos indicadores de outputs, visto que a concentração de mão de obra qualificada e investimentos públicos são substanciais para a geração de patentes e a realização de atividades inovadoras que atribuem às empresas um diferencial competitivo em relação às demais.

Apesar disso, o Recife se mostra como a melhor cidade da região, posicionando-se no 14º lugar. O ambiente inovador no município é impulsionado pelo Porto Digital⁴³ – um dos maiores parques tecnológicos do país – caracterizado por sua atuação nos serviços de tecnologia da informação e comunicação e economia criativa.

Outputs

Cidades	Índice de Outputs	Proporção de empresas com patentes (para cada 1000 empresas)	Tamanho da indústria inovadora (em relação ao total de empresas)	Tamanho da economia criativa (em relação ao total de empresas)	Tamanho das empresas TIC (em relação ao total de empresas)
Caxias do Sul	8,04	13,638	5,83%	1,76%	1,64%
São Paulo	7,80	7,231	1,36%	2,79%	2,65%
Blumenau	7,56	8,075	1,97%	2,16%	2,87%
Florianópolis	7,55	7,660	0,30%	2,73%	2,80%
Joinville	7,52	12,687	2,15%	2,02%	2,29%
Porto Alegre	6,99	5,554	0,91%	2,48%	2,50%
Rio de Janeiro	6,90	4,316	0,54%	2,90%	2,13%
Sorocaba	6,86	4,279	1,53%	2,30%	2,50%
Curitiba	6,60	6,167	1,02%	2,22%	2,24%
Vitória	6,57	3,822	0,15%	2,42%	2,61%
Campinas	6,49	6,693	1,10%	2,08%	2,20%
Belo Horizonte	6,34	5,065	0,67%	2,24%	2,19%
São José dos Campos	6,26	5,953	1,32%	1,95%	2,11%
Maringá	6,04	3,206	1,70%	2,02%	1,96%
Ribeirão Preto	5,83	3,661	1,40%	2,10%	1,65%
Recife	5,73	2,367	0,60%	1,93%	2,28%
Brasília	5,71	3,163	0,28%	2,09%	2,04%
Manaus	5,68	4,079	1,19%	1,78%	1,93%
Cuiabá	5,54	1,853	0,49%	2,05%	1,98%
Campo Grande	5,50	2,067	0,47%	2,26%	1,61%
Londrina	5,45	3,528	1,43%	1,75%	1,67%
Aracaju	5,37	1,847	0,33%	2,18%	1,67%
Goiânia	5,31	1,665	0,93%	1,93%	1,71%
Uberlândia	5,27	2,201	0,90%	1,80%	1,78%
Belém	5,20	2,554	0,27%	2,04%	1,57%
Fortaleza	5,18	2,101	0,59%	1,91%	1,66%
Natal	4,98	1,491	0,25%	1,92%	1,62%
Salvador	4,95	2,030	0,22%	1,94%	1,49%
João Pessoa	4,84	1,308	0,22%	1,90%	1,52%
Maceió	4,84	1,710	0,41%	1,76%	1,58%
São Luís	4,64	1,233	0,31%	1,87%	1,28%
Teresina	4,47	1,493	0,43%	1,62%	1,33%

Média	4,209	0,98%	2,09%	1,97%
Fonte	Neoway / RAIS (MTE)	RAIS (MTE)	RAIS (MTE)	RAIS (MTE)
Ano	2016 / 2015	2015	2015	2015

⁴³Para mais informações, ver: <http://www.portodigital.org/home>



CAPITAL HUMANO

1º	Florianópolis	8,25	—	0
2º	Vitória	8,21	—	0
3º	Curitiba	7,93	▲	4
4º	Maringá	7,31	—	0
5º	Belo Horizonte	7,02	—	0
6º	Porto Alegre	6,97	▼	-3
7º	Londrina	6,59	▲	15
8º	Recife	6,55	▲	4
9º	Rio de Janeiro	6,44	▲	1
10º	Campinas	6,36	▼	-2
11º	Sorocaba	6,25	—	0
12º	São José dos Campos	6,16	▼	-6
13º	Joinville	6,12	▼	-4
14º	Cuiabá	6,11	▲	5
15º	Ribeirão Preto	6,01	▼	-2
16º	São Paulo	5,95	▲	4
17º	Natal	5,84	▼	-3
18º	Goiânia	5,80	▼	-3
19º	Uberlândia	5,78	▼	-1
20º	Brasília	5,68	▲	5
21º	João Pessoa	5,58	▲	2
22º	Teresina	5,48	▼	-1
23º	São Luís	5,40	▲	1
24º	Fortaleza	5,37	▼	-7
25º	Aracaju	5,19	▲	4
26º	Campo Grande	5,15	▲	1
27º	Blumenau	5,08	▼	-11
28º	Caxias do Sul	5,03	▼	-2
29º	Belém	4,82	▲	2
30º	Salvador	4,74	▼	-2
31º	Maceió	4,45	▲	1
32º	Manaus	4,39	▼	-2

CAPITAL HUMANO

		Mão de Obra Básica		Mão de Obra Qualificada	
Nota do IDEB nos anos finais (8º e 9º anos)	Proporção de adultos com pelo menos o Ensino Médio completo	Taxa de alunos matriculados no Ensino Médio na idade certa (entre 15 e 17 anos)	Proporção de adultos com pelo menos o Ensino Superior completo	Proporção de concluintes em cursos superiores de alta qualidade (notas 4 e 5 do ENADE)	
	Nota média no ENEM	Proporção de matriculados no Ensino Técnico e profissionalizante	Custo médio de salários de dirigentes	Número absoluto de concluintes em cursos superiores de alta qualidade (notas 4 e 5 do ENADE)	

A qualificação dos funcionários é uma das principais características que o empreendedor busca para compor a sua empresa. Considerando que esses profissionais, muitas vezes, interagem diretamente com clientes e possíveis investidores⁴⁴, é de se esperar que a oferta local de recursos humanos seja diversa e qualificada, possibilitando o atendimento à demanda de crescimento de novos negócios.

É comum que os recursos de capital humano sejam classificados de acordo com os níveis de educação formal da mão de obra. Pensando nisso, os indicadores utilizados para compor essa dimensão do ICE foram divididos em dois grupos. O primeiro avalia a **mão de obra básica**, analisando as características do ensino fundamental, médio e técnico da cidade pelo acesso a essas formas de ensino e pelos índices do Ideb e do Enem, além da proporção de adultos com ensino médio completo. Já para avaliar a **mão de obra qualificada**, o segundo grupo, mede-se

a faixa mais escolarizada da população. São consideradas as dinâmicas do ensino superior e o custo de contratar profissionais em nível de direção.

Trabalhadores bem qualificados podem contribuir para aumentar o potencial de inovação da empresa no médio e longo prazo. Nesse sentido, tanto a qualificação quanto a capacitação contínua do quadro de trabalhadores são essenciais para que as empresas sejam capazes de crescer e aumentar sua produtividade. A qualificação profissional dos trabalhadores das empresas também é um dos fatores que possibilitam que conhecimentos e inovações produzidos em outras esferas (científica, por exemplo), sejam assimiladas e aplicadas no contexto empresarial local. Assim, para além de uma equipe qualificada para atuar no seu ramo específico, tem-se pessoas formadas em um nicho grande de atuação, que acompanham diferentes inovações e evolução do mercado global⁴⁵.

Trabalhadores bem qualificados podem contribuir para aumentar o potencial de inovação da empresa no médio e longo prazo. Nesse sentido, tanto a qualificação quanto a capacitação contínua do quadro de trabalhadores são essenciais para que as empresas sejam capazes de crescer e aumentar sua produtividade.

⁴⁴ Costa, Ariana de SC; Santana, Lídia C. de; Trigo, Antonio C. Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. Revista de Iniciação Científica - RIC Cairu, v. 2, n. 2, p. 155-172, 2015.

⁴⁵ De Negri, Fernanda. Determinantes da capacidade de absorção das firmas brasileiras: qual a influência do perfil da mão-de-obra. Tecnologia, exportação e emprego. Brasília: Ipea, 2006.

Mão de Obra Básica

Cidades	Índice de Mão de Obra Básica	Nota do IDEB nos anos finais (8º/9º anos)	% de adultos com pelo menos Ensino Médio completo	Taxa de alunos matriculados no Ensino Médio na idade certa (entre 15 e 17 anos)	Nota média no ENEM	% de matriculados no Ensino Técnico e profissionalizante
Curitiba	7,95	4,60	72,4%	67,4%	552,9	2,46%
Vitória	7,82	4,10	68,7%	71,8%	550,1	2,96%
Florianópolis	7,61	4,60	72,1%	58,9%	558,5	2,12%
São José dos Campos	7,48	5,20	67,7%	74,6%	544,3	1,49%
Joinville	7,08	5,50	67,6%	53,6%	538,0	1,90%
Sorocaba	7,02	5,00	65,0%	81,7%	528,4	1,38%
Maringá	6,75	4,40	71,1%	60,5%	549,0	1,13%
Recife	6,65	3,90	66,6%	57,0%	530,7	2,81%
Londrina	6,63	4,30	67,6%	65,2%	544,0	1,31%
Campinas	6,56	4,60	66,2%	65,5%	537,6	1,29%
São Paulo	6,46	4,30	61,6%	76,1%	527,8	1,69%
Ribeirão Preto	6,34	4,60	65,3%	59,2%	546,0	0,99%
Porto Alegre	6,18	3,60	68,6%	42,9%	542,6	2,31%
Belo Horizonte	6,16	4,40	60,8%	59,6%	553,8	1,01%
Rio de Janeiro	6,14	4,40	66,6%	51,0%	541,0	1,32%
Cuiabá	6,11	4,30	67,0%	64,0%	514,8	1,67%
Goiânia	5,84	4,90	61,8%	55,7%	541,0	0,58%
São Luís	5,73	4,00	65,2%	60,8%	505,2	1,99%
Teresina	5,72	4,60	52,3%	59,1%	520,5	2,27%
Blumenau	5,71	5,10	56,5%	52,8%	534,4	1,13%
Campo Grande	5,61	4,80	59,5%	49,3%	522,8	1,56%
Caxias do Sul	5,58	4,70	57,5%	52,7%	537,6	1,05%
Aracaju	5,52	3,10	66,2%	49,1%	541,8	1,52%
Uberlândia	5,42	4,50	56,0%	55,5%	541,5	0,79%
Natal	5,14	3,20	58,6%	41,0%	526,5	2,60%
João Pessoa	5,11	3,70	61,5%	49,6%	525,9	1,33%
Brasília	5,10	4,00	61,1%	51,0%	526,2	0,98%
Belém	4,83	3,30	62,8%	46,1%	521,8	1,40%
Manaus	4,74	4,40	63,4%	48,9%	492,2	1,18%
Fortaleza	4,55	4,20	48,2%	46,0%	524,2	1,50%
Salvador	4,34	3,10	64,6%	37,3%	517,6	1,15%
Maceió	4,13	3,00	57,8%	38,9%	514,7	1,60%

Média	4,26	63,37%	56,35%	532,9	1,58%
Fonte	INEP	INEP (ENEM)	INEP (Censo Escolar)/IBGE	INEP (ENEM)	INEP (Censo Escolar)/IBGE
Ano	2015	2015	2016/2017	2015	2016/2017

Índices educacionais elevados são relacionados a investimentos eficientes realizados pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado na educação pública dos municípios e estados. Assim como uma boa articulação da rede privada de ensino do local, além de universidades públicas e privadas qualificadas⁴⁶. Este é um fator importante, pois, como indicam estudos recentes, quanto maior o investimento em educação e saúde nos municípios - ou o cumprimento do

mínimo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 -, menor a probabilidade de que sejam observados eventos de corrupção naquele local. Assim, aumenta-se a confiança e diminuem-se as chances de que crises externas possam prejudicar os empreendimentos⁴⁷.

Para além dos recursos humanos que serão empregados pela empresa, é importante compreender que um alto nível de capital humano oferece,

também, altos índices de capital social e cultural para populações locais. Quando as condições de sociabilidade vão bem, aumenta-se a capacidade do empreendimento de atrair clientes, independentemente do segmento comercial em que atua. Pois a quantidade e extensão de redes estabelecidas entre as pessoas propicia novos investimentos e a expansão para além do consumo básico - tipo de consumo regular da população brasileira⁴⁸.

LIMITES NA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA

Ao analisar os dados médios das 32 cidades nos diversos indicadores de capital humano, é fácil perceber que o Brasil possui deficiências na educação de jovens e adultos, e, por sua vez, na formação de mão de obra para atender às demandas do mercado.

Um dos indicadores que compõem o pilar de capital humano é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade da educação das escolas, com base na frequência dos alunos nas aulas e no seu desempenho em provas padronizadas de português e matemática, aplicadas pelo Inep. Para calcular o ICE, considera-se apenas o desempenho no Ideb dos alunos em anos finais, ou seja, na 8ª série ou 9º ano do ensino fundamental. Das 32 cidades analisadas, apenas oito atingiram as metas de desempenho estimadas pelo Inep: Blumenau, Campo Grande, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Recife e Teresina. E há inúmeras consequências para formação e desenvolvimento dos alunos quando a educação básica possui falhas. Ao serem penalizados no início de sua formação, é difícil que as crianças e jovens consigam recuperar, ao longo da vida, as habilidades não adquiridas no momento adequado.

Quando considera-se o ensino médio, a taxa de matrícula média dos alunos inscritos com a idade certa (entre 15 e 17 anos) neste nível de ensino é de apenas 56,3%. Isso implica que, nas cidades analisadas, em média, cerca de metade dos jovens não está matriculada no ensino médio, o que reflete a elevada distorção

idade-série. No entanto, a cidade de Sorocaba se destaca das demais, fugindo do padrão nesse indicador: no município, 81,7% dos jovens estão matriculados no ensino médio em idade correta.

A taxa média de matrículas em ensino técnico e profissionalizante, assim como nos anos anteriores, permanece baixa (1,58%), estando mais concentrada, comparativamente, no ensino médio regular. O desempenho médio nas provas do Enem foi de 532,9 pontos nas cidades, com apenas Manaus apresentando pontuação média inferior a 500.

No que se refere à educação de adultos, a proporção de formados no ensino médio (63,4%) é quase o triplo dos formados em ensino superior (24,1%). Qual a consequência disso? Quando considera-se a mão de obra adulta somada à mão de obra recém-formada, observa-se que um grande volume dos profissionais não é preparado para atividades não manuais, técnicas ou especializadas. Este fator limita diretamente a capacidade de crescimento de empresas que demandam mão de obra especializada.

No caso dos alunos concluintes no ensino superior, em média, apenas 23,6% deles estudaram em instituições avaliadas como sendo de alta qualidade no Enade. Ou seja, além das limitações na educação básica e no ensino médio, o ensino superior também apresenta deficiências na formação de profissionais para o mercado de trabalho.

⁴⁶O cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelos municípios e estados, favoreceria, por exemplo, melhor desenvolvimento para o mercado de trabalho das pessoas enquadradas como "mão de obra básica", ou seja, aquelas que cumpriram apenas o Ensino Básico.

⁴⁷Lopes, Lucas Sabioni; Toyoshima, Sílvia Harumi. Evidências do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros. Planejamento e Políticas Públicas, n. 41, 2013.

⁴⁸Bourdieu, Pierre. A distinção. São Paulo: Edusp, 2007.

Mão de Obra Qualificada

Cidades	Índice de Mão de Obra Qualificada	% de adultos com pelo menos ensino superior completo	% de concluintes em cursos superiores de alta qualidade (notas 4 e 5 do ENADE)	Número absoluto de concluintes em cursos superiores de alta qualidade (notas 4 e 5 do ENADE)	Custo médio de Salários de dirigentes
Florianópolis	8,20	36,36%	47,85%	3365	R\$ 5.018
Vitória	7,93	33,59%	47,95%	4039	R\$ 5.444
Belo Horizonte	7,57	25,79%	40,46%	14357	R\$ 5.531
Porto Alegre	7,47	28,92%	45,65%	7081	R\$ 6.244
Maringá	7,47	32,49%	29,88%	3671	R\$ 4.000
Curitiba	7,32	33,25%	29,60%	10687	R\$ 6.545
Rio de Janeiro	6,61	24,50%	37,92%	20182	R\$ 8.576
Natal	6,59	19,11%	31,56%	3743	R\$ 3.238
Fortaleza	6,39	14,68%	31,43%	6381	R\$ 3.509
Londrina	6,37	32,06%	7,68%	3711	R\$ 4.518
Brasília	6,35	26,10%	22,25%	6177	R\$ 5.702
Recife	6,28	24,73%	19,80%	4895	R\$ 4.796
Uberlândia	6,20	21,58%	30,45%	2586	R\$ 4.448
João Pessoa	6,17	23,23%	21,38%	1991	R\$ 3.357
Cuiabá	6,07	28,36%	21,38%	1210	R\$ 4.300
Campinas	6,05	26,51%	30,33%	4228	R\$ 7.261
Goiânia	5,82	23,95%	14,79%	2433	R\$ 4.153
Ribeirão Preto	5,69	27,88%	13,18%	1404	R\$ 4.590
Salvador	5,53	18,84%	15,88%	4332	R\$ 4.781
São Paulo	5,46	24,18%	21,55%	24214	R\$ 10.377
Sorocaba	5,41	20,59%	33,06%	2078	R\$ 6.766
Teresina	5,40	16,89%	13,35%	1808	R\$ 2.767
São Luís	5,26	16,66%	16,66%	2040	R\$ 3.817
Maceió	5,24	20,77%	12,51%	1402	R\$ 3.873
Belém	5,17	19,93%	12,70%	1931	R\$ 4.442
Joinville	5,11	21,44%	25,77%	1109	R\$ 5.882
Aracaju	5,11	24,75%	7,11%	637	R\$ 3.358
Campo Grande	4,96	22,29%	3,70%	1362	R\$ 3.990
São José dos Campos	4,79	23,99%	20,23%	991	R\$ 6.775
Caxias do Sul	4,77	17,56%	22,41%	1232	R\$ 5.615
Blumenau	4,73	22,36%	18,38%	579	R\$ 5.297
Manaus	4,53	16,89%	9,68%	1990	R\$ 5.299

Média	24,07%	23,64%	4620	R\$ 5.133.44
Fonte	INEP (ENEM)	INEP (ENADE)	INEP (ENADE)	RAIS (MTE)
Ano	2015	2014-2016	2014-2016	2015

A ILHA DA EDUCAÇÃO

Florianópolis permanece, desde a primeira edição do Índice de Cidades Empreendedoras, como primeira colocada em capital humano. A explicação para isso é baseada em conjunto de fatores: a) alto desempenho dos alunos no Enem, com nota média de 558,5 pontos, muito acima das demais cidades analisadas; b) alta proporção de adultos com ensino médio completo (72%); c) alta proporção de adultos com ensino superior completo (36,4%); d) alta proporção de alunos com formação superior em cursos avaliados como sendo de alta qualidade (48%); e e) o salário médio dos dirigentes permanece em valores mais baixos do que aqueles em cidades com qualidade inferior de capital humano.

A qualidade das escolas e universidades e a elevada presença de pais escolarizados impulsiona a educação dos filhos, que, por sua

vez, apresentam desempenhos melhores em exames padronizados – Ideb e Enem –, além das altas taxas de formação em cursos de alta qualidade. Essa mão de obra qualificada, que ao mesmo tempo custa menos que a de outras capitais, representa enorme vantagem para empresas localizadas na cidade.

Florianópolis permanece, desde a primeira edição do Índice de Cidades Empreendedoras, como primeira colocada em capital humano.

CIDADES ONDE É PRECISO VIRAR O JOGO

Manaus e Maceió são as cidades com os índices mais baixos de capital humano. E as deficiências são semelhantes entre elas: os indicadores de taxa de matrícula, a nota média do Enem, a proporção de matrícula no ensino técnico e profissionalizante, a proporção de adultos com ensino superior, e a proporção de concluintes em cursos de alta qualidade estão todos abaixo da média das 32 cidades.

Assim, tanto a mão de obra adulta quanto aquela recém-formada possuem baixos níveis de qualificação, e podem ser fatores limitantes para o crescimento de empresas e para o desenvolvimento do ambiente de negócios local. É preciso reverter essa dinâmica a tempo de não penalizar crianças e jovens que ainda estão em formação, rompendo o ciclo vicioso.



CULTURA EMPREENDEDORA

1º	Natal	7,436
2º	Maringá	7,371
3º	Teresina	7,348
4º	Florianópolis	7,341
5º	Goiânia	7,132
6º	Manaus	6,919
7º	São Luís	6,849
8º	Aracaju	6,776
9º	Fortaleza	6,674
10º	Vitória	6,607
11º	Maceió	6,582
12º	João Pessoa	6,479
13º	Cuiabá	6,282
14º	Belém	6,163
15º	Londrina	6,119
16º	Recife	6,087
17º	Rio de Janeiro	5,998
18º	Campo Grande	5,932
19º	Salvador	5,931
20º	São Paulo	5,926
21º	Caxias do Sul	5,885
22º	Joinville	5,789
23º	Ribeirão Preto	5,772
24º	Campinas	5,592
25º	Uberlândia	5,494
26º	São José dos Campos	5,317
27º	Sorocaba	5,004
28º	Blumenau	4,675
29º	Belo Horizonte	4,642
30º	Porto Alegre	4,445
31º	Curitiba	3,744
32º	Brasília	3,686

CULTURA EMPREENDEDORA

Potencial para Empreender com Alto Impacto		Imagem do empreendedorismo			
Índice de Sonho Grande	Índice de Proatividade	% da pop. que afirma que os empreendedores são respeitados	% da pop. que vê histórias de empreendedores na mídia	Percepção positiva sobre a relação entre empreendedores e funcionários	% da pop. que incentivaria um familiar a empreender
Índice de Criatividade	Índice de Visão de Oportunidades	% da pop. que acredita que o desenvolvimento do país depende dos empreendedores	% da pop. que acha que empreender na sua cidade é muito complicado	% da pop. que conhece empreendedores pessoalmente	De 0 a 10 quanto o empreendedorismo é a melhor opção de carreira

A definição do conceito de Cultura, seja na antropologia ou na sociologia, não é consensual. Há divergências teóricas em torno do significado, dos sentidos e, especialmente, de como a cultura se conforma e se perpetua (ou não) ao longo do tempo. Aqui embasamos esta definição em termos do que foi proposto por Clifford Geertz: um padrão social que é historicamente transmitido por meio de gerações, incorporando símbolos, sistemas de concepções simbólicas perpassadas em processos comunicativos e interacionais. Elas se perpetuam a partir do conhecimento e atitudes em relação à vida, sendo mais que um ordenamento da sociedade, mas uma condição essencial para ela.⁴⁹

Logo, a cultura de determinada sociedade engloba aspectos sociais, educacionais, econômicos, financeiros e de consumo, e é transmitida ao longo do tempo por meio das interações entre grupos e indivíduos. Esse entendimento acerca da cultura é válido também quando pensamos na cultura empreendedora: esse tipo de cultura também segue

uma dinâmica processual, histórica, de aprendizagem e reprodução na sociedade. Assim, não há evidências de que ela possa sofrer alterações rápidas ou grandes rupturas em curtos espaços de tempo, a não ser que algum evento exógeno muito influente possa ser capaz de alterar a articulação social, econômica, educacional, entre outras.

Uma comunidade que apresente uma cultura empreendedora fortalecida é capaz de compreender e usufruir de novas oportunidades, gerando fortes vantagens competitivas para os empreendimentos localizados nesses contextos⁵¹. Dentre as vantagens competitivas de um município com forte cultura empreendedora, estariam, por exemplo, a criação de novas tecnologias pelas empresas e sua aceitação e incorporação pelos indivíduos. Uma das dimensões para que uma determinada sociedade ou localidade apresente **potencial da população para empreender com alto impacto** diz respeito à visão de oportunidades, proatividade, criatividade e sonho grande dos indivíduos (em outras palavras, visão

de mundo e ambição de crescimento). Por impacto entende-se a capacidade de criar e operar empresas que crescem aceleradamente, empregam um número maior de funcionários, têm modelos de negócio mais rentáveis e sobrevivem por mais tempo. Dessa forma, a cultura empreendedora, mesmo já estabelecida, é fundamental, mas necessita também de ser constantemente promovida⁵².

Uma comunidade que apresente uma cultura empreendedora fortalecida é capaz de compreender e usufruir de novas oportunidades, gerando fortes vantagens competitivas para os empreendimentos localizados nestes contextos.

⁴⁹Geertz, Clifford. The Interpretation of Cultures. New York: Basic Books. 1973. Schmidt, Carla Maria;

⁵⁰Dreher, Marialva Tomio. Cultura empreendedora. REGE. Revista de Gestão, v. 15, n. 1, p. 1, 2008.

⁵¹Sarkar, Soumodip. Empreendedorismo e inovação. Escolar Editora, 2007.

Potencial para Empreender com Alto Impacto

Cidades	Índice de Potencial para Empreender com Alto Impacto	Índice de Proatividade	Índice de Sonho Grande	Índice de Visão	Índice de Criatividade
Maceió	7,76	31,7	40,2	35,2	35,7
Aracaju	7,15	31,4	39,4	35,1	35,9
Natal	6,79	30,8	39,6	35,1	35,6
Maringá	6,79	33,2	39,1	33,4	35,1
Teresina	6,32	30,4	39,3	34,7	35,9
Florianópolis	6,32	32,1	39,0	33,8	35,1
Goiânia	6,32	31,9	38,6	33,4	34,7
Manaus	6,32	30,6	38,8	34,8	35,3
São Luís	6,32	31,5	38,6	33,9	35,0
Fortaleza	6,32	31,1	38,7	33,5	35,1
Vitória	6,32	32,0	38,8	33,1	34,9
João Pessoa	6,32	30,7	38,9	34,5	35,6
Cuiabá	6,32	31,2	39,3	34,4	35,4
Belém	6,32	31,6	38,7	33,7	34,6
Londrina	6,32	31,7	38,5	33,4	34,5
Recife	6,32	30,4	39,0	34,5	35,8
Rio de Janeiro	6,32	31,0	38,7	33,5	35,0
Campo Grande	6,32	32,2	38,7	33,6	34,5
Salvador	6,32	31,4	38,7	34,4	34,9
São Paulo	6,32	31,1	38,8	33,2	35,1
Caxias do Sul	6,32	32,1	38,8	33,2	34,4
Joinville	6,32	31,4	38,2	33,5	34,6
Ribeirão Preto	6,32	32,3	38,4	33,3	34,8
Campinas	6,32	31,8	38,5	33,0	34,6
São José dos Campos	6,32	31,7	38,5	33,3	34,7
Sorocaba	6,32	30,6	38,1	34,7	35,4
Porto Alegre	4,34	31,8	38,6	32,0	34,8
Uberlândia	4,27	32,0	38,1	32,1	34,0
Blumenau	4,27	31,7	38,1	32,9	34,5
Belo Horizonte	4,27	32,1	38,3	31,7	34,4
Brasília	4,27	29,9	37,8	33,1	35,2
Curitiba	3,10	32,4	37,6	31,4	33,7
Média		31,5	38,7	33,6	35,0
Fonte		Endeavor	Endeavor	Endeavor	Endeavor
Ano		2015	2015	2015	2015

Por fim, outros fatores fundamentais que conformam uma Cultura Empreendedora, dizem respeito à **Imagem do Empreendedorismo nas Cidades**. Este índice é composto majoritariamente pela percepção dos indivíduos, ou seja, como eles enxergam empresas e empreendedores e como se relacionam com eles. Em cidades com maior pontuação neste determinante, a população considera os empreendedores como indivíduos respeitados e acreditam que o desenvolvimento do país também depende deles. A percepção positiva dos empreendedores e de como estes se relacionam com seus funcionários também é crucial. Esse relacionamento positivo, em culturas empreendedoras fortes, gera um sentimento de que a carreira empreendedora é uma boa opção e, logo, as pessoas

incentivariam seus parentes/conhecidos a investirem também nessa carreira. Ao longo do tempo, a rede local de indivíduos empreendedores e relações de reciprocidade crescem e se fortalecem. Por fim, um aspecto que também contribui para a imagem do empreendedorismo está associado à forma como os empreendedores se comportam em meios midiáticos e se as suas histórias são conhecidas pelo público geral.

Ao longo do tempo, a rede local de indivíduos empreendedores e relações de reciprocidade crescem e se fortalecem.

O POTENCIAL PARA EMPREENDER COM ALTO IMPACTO

Mensurar quão empreendedora é uma população – e, mais do que isso, o tamanho do impacto que ela pode gerar – não é tarefa simples. Na verdade, há diversas maneiras de se chegar a uma resposta. E para além da compreensão de motivações e desejos das pessoas em relação ao empreendedorismo, é essencial também diagnosticar a capacidade delas de criar negócios de alto impacto. Uma das pesquisas mais utilizadas no mundo para avaliar o potencial para empreender com alto impacto é

o Teste META (Measure of Entrepreneurial Tendencies and Abilities)⁵².

É importante observar que não há diferenças estatisticamente significantes entre as notas de algumas das cidades (houve uma espécie de “empate técnico”); portanto, elas receberam as mesmas notas finais. Isso gerou, ao final, sete grupos, mesmo que as somas em cada uma das atitudes sejam diferentes – como ocorreu, por exemplo, com Blumenau e Brasília.

⁵²Um estudo aprofundado sobre o assunto, bem como a metodologia completa, podem ser encontrados no link: <http://info.endeavor.org.br/culturaempreendedoranobrasil>.

A SUBJETIVIDADE DO EMPREENDEDORISMO

Uma rápida olhada nas primeiras colocações do Índice de Cultura já deixa claro o domínio das cidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em consequência, as últimas colocadas se concentram no Sul e no Sudeste (com exceção de Maringá e Florianópolis, 2ª e 4ª colocadas, respectivamente).

Pode-se concluir, portanto, que populações de cidades mais ao Norte do país tendem a ter uma cultura empreendedora mais forte. Isso pode ser justificado tanto pelo fato de lá se registrar uma visão mais positiva do empreendedorismo como pelos índices mais altos nas quatro atitudes do potencial de empreender com alto impacto.

Porém, os motivos exatos para estas disparidades entre regiões não são claros. Diferentemente de outros pilares, os aspectos culturais

são pouco tangíveis. Eles envolvem o inconsciente coletivo da população, o que aumenta muito o grau de subjetividade da análise.

Em todo caso, algumas hipóteses podem ser formuladas. Por exemplo, o papel do poder público: nas cidades onde a atuação do governo como contratante é muito predominante, como em Brasília, última colocada e exceção entre as cidades do Centro-Oeste, a figura do empreendedor e a prática do empreendedorismo tendem a perder relevância.

O mesmo ocorre em locais em que grandes empresas respondem pela maior parte do mercado de trabalho – como é o caso das maiores cidades do Sul e do Sudeste. Outras hipóteses passam por questões de migração e fatores geracionais que, em diferentes medidas, poderiam influenciar os resultados.

ONDE EMPREENDER É UMA ÓTIMA ESCOLHA

Natal, Teresina e Maringá são os destaques do pilar de cultura. As três cidades estão entre as primeiras posições do subdeterminante de potencial para empreender com alto impacto (Natal, 3ª, Maringá, 4ª, e Teresina, 5ª).

Em Natal, por exemplo, 80,7% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “empreendedores bem-sucedidos são respeitados na cidade” (a média do estudo é 71,3%). E 84,8% disseram que “conhecem ao menos um empreendedor que iniciou seu negócio há menos de dois anos” (a média é 77,5%), o que mostra que a população local é mais receptiva à ideia de empreender.

Também Teresina registra uma imagem do empreendedorismo muito favorável em diversos pontos. Mais da metade dos entrevistados (51,6%) disse que “costuma ver exemplos de empreendedores na mídia” – a taxa mais alta entre as analisadas, cuja média é 40,1%. Além disso, apenas quatro cidades pesquisadas tiveram nota média acima de 7 sobre quão “boa é a opção de trilhar uma carreira empreendedora”. E a capital piauiense, com 7,11, fica atrás apenas de Fortaleza, com 7,23.

Ao Sul, Maringá é a referência. Lá, 42,1% da população pesquisada discorda de que “empreender na cidade é difícil”, o que faz com a cidade só fique atrás de Goiânia (43,91%) nesse quesito – a média é 32%. A ideia de que “empreendedores

exploram seus funcionários” também é negada pela maioria da população maringaense: 56,78% discordam parcial ou totalmente da afirmação, enquanto a média nas 32 cidades é 50,35% (cerca de 29%, em média, nem discordam nem concordam).

Brasília, Curitiba e Porto Alegre são as últimas colocadas em Cultura Empreendedora. Além de não responderem pelos melhores resultados em relação ao potencial para se empreender com alto impacto, as populações dessas cidades não encaram a ideia de empreender com tanto otimismo. Apesar de 77,62% da população de Brasília concordar que “o desenvolvimento do país depende dos empreendedores”, uma média alta, a ideia do empreendedorismo como opção de carreira tem nota apenas 6,33 na região. É uma das mais baixas entre as cidades analisadas e a mesma de Curitiba, a penúltima cidade em Imagem do Empreendedorismo – a média das 32 cidades é 6,7 –, o que mostra o perfil pouco empreendedor dos habitantes locais. Curitiba também tem a população que menos concorda com a frase “empreendedores bem-sucedidos são respeitados na cidade”: apenas 61,2% – em Natal, a primeira nesse quesito, o valor ultrapassa 80%.

Como mostram os exemplos a seguir, governos e mídia podem exercer um papel crucial de estímulo ao empreendedorismo. Os casos abaixo são de ações que destacaram os empreendedores locais e estimularam o desenvolvimento de novos negócios.

Natal, Teresina e Maringá são os destaques do pilar de cultura. As três cidades estão entre as primeiras posições do subdeterminante de potencial para empreender com alto impacto.

Imagem do Empreendedorismo

Cidades	Índice de Imagem do Empreendedorismo	% da pop. que afirma que os empreendedores são respeitados	% da pop que vê histórias de empreendedores na mídia	Percepção sobre relação entre empreendedores e funcionários	Cidades	% da pop. que incentivaria familiar a empreender	% da pop. que acredita que o desenvolvimento do país depende dos empreendedores	% da pop que acha que empreender na cidade é muito complicado	% da pop. que conhece empreendedores pessoalmente	De 0 a 10, o quanto empreendedorismo é a melhor opção de carreira
Teresina	7,81	78,0%	51,6%	44,0%	Teresina	48,4%	78,0%	36,6%	82,8%	7,11
Florianópolis	7,80	71,9%	46,8%	55,0%	Florianópolis	55,8%	75,5%	36,7%	79,9%	6,95
Natal	7,47	80,7%	40,0%	46,3%	Natal	54,4%	75,9%	29,3%	84,8%	6,97
Goiânia	7,47	71,2%	46,5%	52,8%	Goiânia	53,5%	74,9%	43,9%	79,7%	6,59
Maringá	7,37	67,0%	44,0%	56,8%	Maringá	54,2%	73,6%	42,1%	77,7%	6,88
Manaus	7,13	76,9%	43,2%	48,0%	Manaus	51,3%	75,1%	37,4%	77,3%	7,09
São Luís	7,02	72,2%	41,3%	53,0%	São Luís	56,6%	74,7%	28,8%	79,4%	6,87
Uberlândia	6,93	71,4%	42,8%	58,0%	Uberlândia	52,9%	76,4%	34,8%	76,4%	6,43
Fortaleza	6,75	77,5%	44,6%	46,1%	Fortaleza	46,1%	73,2%	36,1%	80,0%	7,23
Vitória	6,64	67,6%	40,7%	53,5%	Vitória	51,6%	75,6%	36,0%	75,6%	6,95
João Pessoa	6,44	75,7%	37,9%	48,2%	João Pessoa	51,1%	77,9%	30,5%	77,6%	6,86
Cuiabá	6,13	73,8%	42,2%	53,5%	Cuiabá	50,2%	76,4%	29,1%	78,5%	6,35
Aracaju	6,07	80,8%	36,6%	48,6%	Aracaju	54,3%	73,9%	27,5%	74,6%	6,79
Belém	5,94	75,8%	40,1%	45,5%	Belém	53,1%	69,7%	34,7%	80,5%	6,52
Londrina	5,87	71,6%	40,4%	51,6%	Londrina	48,4%	70,2%	35,3%	77,1%	6,77
Recife	5,82	72,7%	40,6%	43,9%	Recife	50,7%	68,7%	30,9%	79,9%	7,08
Rio de Janeiro	5,68	70,2%	43,2%	48,8%	Rio de Janeiro	47,5%	79,8%	25,8%	71,7%	6,94
Blumenau	5,64	68,6%	37,6%	51,7%	Blumenau	49,8%	72,3%	33,6%	77,5%	6,73
Belo Horizonte	5,59	68,6%	39,6%	53,4%	Belo Horizonte	46,6%	73,1%	33,2%	81,6%	6,31
Campo Grande	5,58	68,9%	45,1%	51,3%	Campo Grande	51,6%	72,9%	26,7%	77,3%	6,52
Salvador	5,57	72,4%	40,0%	43,3%	Salvador	52,0%	72,0%	32,0%	76,0%	6,76
São Paulo	5,57	65,7%	49,5%	53,1%	São Paulo	45,6%	71,2%	28,8%	75,1%	6,90
Caxias do Sul	5,50	68,6%	32,9%	54,9%	Caxias do Sul	50,9%	74,0%	32,1%	80,5%	6,16
Joinville	5,35	66,1%	47,1%	47,8%	Joinville	47,4%	71,9%	25,5%	78,8%	6,85
Curitiba	5,35	61,2%	38,0%	53,6%	Curitiba	52,5%	74,3%	33,7%	76,4%	6,33
Ribeirão Preto	5,32	72,4%	36,7%	51,6%	Ribeirão Preto	47,6%	73,1%	30,5%	76,0%	6,44
Porto Alegre	5,22	68,6%	29,2%	55,6%	Porto Alegre	51,3%	79,8%	31,0%	70,4%	6,25
Maceió	5,15	72,0%	33,8%	46,2%	Maceió	52,4%	72,4%	26,2%	76,0%	6,76
Campinas	5,04	68,4%	32,6%	53,9%	Campinas	53,9%	69,5%	30,1%	74,5%	6,54
São José dos Campos	4,61	68,6%	28,4%	48,7%	São José dos Campos	48,7%	73,8%	30,6%	74,5%	6,46
Sorocaba	4,11	70,1%	31,7%	45,4%	Sorocaba	44,6%	65,3%	26,2%	80,1%	6,75
Brasília	4,08	66,1%	37,9%	47,7%	Brasília	44,8%	77,6%	26,0%	72,2%	6,33

Média	71,3%	40,1%	50,4%
Fonte	Endeavor	Endeavor	Endeavor
Ano	2015	2015	2015

Média	50,6%	73,8%	31,9%	77,5%	6,7%
Fonte	Endeavor	Endeavor	Endeavor	Endeavor	Endeavor
Ano	2015	2015	2015	2015	2015



ANÁLISE REGIONAL



FORÇAS E FRAQUEZAS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, diferentes localidades apresentam características distintas quanto à geografia e à economia. Conseqüentemente, cada localidade se especializa em algo que pode lhe gerar mais renda e desenvolvimento econômico, sendo a distribuição espacial das atividades econômicas realizadas pelas cinco regiões do país bastante diversa. No Sul e Sudeste, por exemplo, predominam a indústria e o mercado financeiro, enquanto no Norte e no Nordeste são mais presentes as atividades voltadas à agricultura, à pecuária e à mineração.

As cidades dessas regiões precisam realizar trocas de bens e serviços entre si, gerando interdependência econômica entre elas. Ou seja, mudanças econômicas ocorridas em uma cidade podem provocar efeitos positivos ou negativos em suas

parceiras de trocas. Dessa maneira, é interessante que se faça uma análise das cidades agrupadas por região.

Além de diferenças geográficas e econômicas, as regiões diferem em fatores importantes para compor um ambiente de negócios atrativo, tais como o ambiente regulatório, a infraestrutura e o capital humano. Como apresentado em um recente estudo do IPEA⁵², todas as regiões têm se desenvolvido ao longo dos anos, mas ainda são necessárias políticas públicas mais abrangentes para atenuar as desigualdades regionais, ainda muito presentes em nosso país.

A partir disso, esta seção tem como finalidade mostrar as forças e fraquezas de cada região do Brasil, de acordo com os indicadores analisados nos sete pilares que compõem este estudo.

Ambiente Regulatório

No que tange ao ambiente regulatório, um dos mais importantes pilares observados por empreendedores para verificar as oportunidades de negócios, percebe-se que o determinismo regional é muito baixo, não havendo uma região brasileira para ser tomada como ideal. Todas elas possuem pontos fortes, que devem ser ressaltados para servirem de exemplo a outras localidades, e pontos fracos, que serão apontados para facilitar a adoção de políticas públicas eficientes para atenuá-los ou combatê-los.

Ainda considerando o pilar de ambiente regulatório, percebe-se que a região Sudeste, que tem preponderância em muitos outros pilares, acaba por patinar em alguns indicadores bastante importantes para o empreendedorismo. No Índice de Complexidade Tributária, por exemplo, essa região não ocupa nenhuma das 10 primeiras posições, indicando excesso de

burocracia na cobrança de tributos. No indicador de Obrigações Acessórias Estaduais, as cidades do Sudeste ocupam sete das 10 últimas colocações.

No entanto, a região Sudeste posiciona-se bem quanto à alíquota do ICMS, tendo, junto com Brasília, os mais baixos valores do país para esse imposto. As cidades do Sudeste, ainda, estão nas cinco primeiras posições em número de incentivos fiscais estaduais, sendo que nos 10 primeiros lugares só aparecem cidades do Sudeste e do Sul. Esta última também se sobressai no indicador referente à emissão de CNDs nos municípios, o qual ela ocupa as três primeiras posições. Além dos pontos positivos abordados para as regiões Sul e Sudeste, outra região merece destaque: o Nordeste. A região desponta em tempo de processos, que abrange a abertura de empresas, a regularização de imóveis e o congestionamento dos tribunais.

⁵² Monteiro Neto, A.; Castro, C. N.; Brandão, C. A. (Organizadores). Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017

Infraestrutura

A infraestrutura do Brasil, por outro lado, difere de forma significativa entre as regiões. O transporte no país se dá predominantemente por meio de rodovias, o que gera muitos custos de transporte às empresas. Soma-se a isso o fato de os nossos portos ainda serem pouco modernos, trazendo dificuldades para o acesso das cargas aos terminais. As cidades no Nordeste, por sua localização predominantemente litorânea, ficam mais próximas aos portos, o que diminui o custo de transporte. Suas rodovias, no entanto, ainda são consideradas as piores do país. Além disso, a região apresenta altas taxas de homicídios e pouco acesso à internet, sendo este último fruto da dificuldade de acesso à rede de banda larga em algumas localidades. Devido aos fatores citados, as cidades da região se encontram entre as últimas no ranking deste pilar.

A região Sudeste possui a melhor infraestrutura de transportes, com as melhores rodovias e os mais movimentados aeroportos do país. Adiciona-se a isso o número de acessos à internet de

alta velocidade e, ainda, as menores tarifas de energia elétrica, o que é um diferencial para o ambiente de negócios. O Centro-Oeste, por sua vez, costuma apresentar índices intermediários em infraestrutura, sendo prejudicado principalmente na distância aos portos, resultado de sua posição geográfica interiorana.

O Sul, assim como o Sudeste, demonstra ser um bom exemplo de infraestrutura para o país, principalmente em condições urbanas, visto que a região possui as menores taxas de homicídio e baixos custos de energia elétrica. De maneira contrária, as duas cidades da região Norte apresentaram o pior desempenho em termos de transporte e condições urbanas, denotando as deficiências de infraestrutura desta região. Além dos altos preços de energia – os mais caros do país –, Belém e Manaus possuem as menores velocidades relativas no trânsito em horário de pico, algo que seria esperado das grandes capitais do Sudeste.

Mercado

Assim como no pilar de infraestrutura, as regiões Sudeste e Sul também lideram nas condições de mercado do país. Além de possuírem o maior PIB, decorrente de sua estrutura produtiva e da aglomeração empresarial presente, as cidades de ambas as regiões apresentam a maior proporção de grandes empresas e de empresas exportadoras, o que indica a competitividade e

o dinamismo econômico das regiões frente às demais. O PIB per capita dos municípios do Sul e Sudeste também é mais alto que o da média nacional, estando atrás apenas de Brasília. As regiões Norte e Nordeste, por sua vez, figuram como os menores mercados do índice, apresentando valores de PIB per capita e de empresas exportadoras relativamente baixos.

Acesso a capital

Quanto ao pilar de acesso a capital, há uma preponderância clara das regiões Sudeste e Sul, decorrente do desenvolvido mercado financeiro de ambas as localidades, destacando-se a cidade de São Paulo. Em relação à porcentagem relativa de investimentos de venture capital e private equity, todas as primeiras posições são ocupadas por municípios dessas regiões, com uma liderança isolada da capital paulista. Esses investimentos são hegemônicos no Sul e no Sudeste

por causa da grande presença de empresas de diferentes portes, o que é atrativo para investidores que veem potencial de crescimento nessas empresas ou que esperam uma abertura de capital na bolsa de valores. No acesso ao capital via dívida (poupança para investimento), ressalta-se o bom resultado atingido por cidades da região Centro-Oeste, que ocupam as posições superiores juntamente com o Sudeste e o Sul.

Inovação

Quanto ao determinante de inovação, as regiões Sul e Sudeste permanecem as líderes. Assim como abordado no pilar de mercado, a estrutura produtiva presente nas duas regiões incide sobre o ciclo de inovação, seja por processos inovadores que atribuem vantagens competitivas às empresas, seja pela própria produção de novos bens ou serviços. Essa estrutura produtiva decorre do acesso à mão de obra qualificada para atuar nas áreas de C&T, ao número de patentes e aos investimentos públicos, tais como o do BNDES e da FINEP – predominantes no Sul e Sudeste do país.

Capital Humano

No pilar de capital humano, todas as primeiras posições são ocupadas por cidades das regiões Sul e Sudeste, com a exceção notável de Recife, que alcança a oitava posição, descolada das demais capitais do Nordeste, geralmente deficitárias em seus sistemas educacionais. Na nota do Ideb, medida nos anos finais do ensino fundamental, a região Nordeste ocupa sete das 10 últimas posições. Entre todos os indicadores de capital humano, as cidades do Nordeste têm vantagem em apenas um indicador: o custo de salários de dirigentes, muito mais barato do que nas grandes cidades do Sudeste.

Cultura Empreendedora

No pilar de cultura empreendedora, a situação prevalente tende a se inverter. A região Nordeste apresentou, quando da realização da pesquisa pela Endeavor, índices bastante altos neste quesito. Nas primeiras posições dos indicadores de Sonho Grande, Visão e Criatividade, as capitais nordestinas foram protagonistas. Além disso, nos indicadores de status

No entanto, dadas as desigualdades regionais, o Norte e o Nordeste não apresentam o mesmo desempenho inovador. As duas regiões apresentam números baixos nos indicadores referentes aos insumos utilizados para a geração de inovação, o que não lhes permite alcançar um tamanho significativo de empresas voltadas à ciência e tecnologia. Outro problema da região é a falta de recursos para investir nas atividades de C&T, sendo indispensáveis, portanto, investimentos públicos para fomentar o ambiente inovador nesses municípios.

O Sul e o Sudeste, mais uma vez, possuem destaque em diversos indicadores de capital humano. Entre as 10 maiores proporções de adultos com ensino médio completo, nove cidades são dessas regiões. Entre as 10 cidades com menores notas médias do Enem, nenhuma é dessas regiões. Entre as cinco cidades com maior proporção de adultos com ensino superior completo, quatro são da região Sul. Todos esses indicadores contribuem enormemente para o ambiente de negócios, facilitando o surgimento de empresas que demandam quantidades maiores de funcionários bem qualificados.

do empreendedor e do quão desejável é ser empreendedor na cidade, verifica-se o mesmo fenômeno. Em cultura empreendedora, as cidades do Sul e do Sudeste, que possuem preponderância na maioria dos pilares, acabam ficando em posições de desvantagem na tabela.

NORTE



28°
LUGAR NO ICE
2017



	Ambiente Regulatório	6,40	12º
	Infraestrutura	4,38	31º
	Mercado	6,67	8º
	Acesso a capital	5,33	25º
	Inovação	5,36	21º
	Capital Humano	4,82	29º
	Cultura	6,16	14º

32°
LUGAR NO ICE
2017



	Ambiente Regulatório	4,67	30º
	Infraestrutura	3,58	32º
	Mercado	7,65	3º
	Acesso a capital	4,76	32º
	Inovação	6,41	13º
	Capital Humano	4,39	32º
	Cultura	6,92	6º

NORDESTE



20º
LUGAR NO ICE
2017



RECIFE

	Valor	Posição
--	-------	---------

 Ambiente Regulatório	5,18	26º
 Infraestrutura	5,05	26º
 Mercado	5,60	22º
 Acesso a capital	6,01	11º
 Inovação	6,25	14º
 Capital Humano	6,53	8º
 Cultura	6,09	16º

22º
LUGAR NO ICE
2017



ARACAJU

	Valor	Posição
--	-------	---------

 Ambiente Regulatório	6,93	6º
 Infraestrutura	5,52	23º
 Mercado	4,99	26º
 Acesso a capital	5,79	16º
 Inovação	5,50	18º
 Capital Humano	5,19	25º
 Cultura	6,78	8º

23º
LUGAR NO ICE
2017



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,85	20º
Infraestrutura	6,14	16º
Mercado	4,69	30º
Acesso a capital	5,51	22º
Inovação	4,80	28º
Capital Humano	5,84	17º
Cultura	7,44	1º

24º
LUGAR NO ICE
2017



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	7,28	2º
Infraestrutura	4,65	29º
Mercado	5,62	19º
Acesso a capital	5,58	19º
Inovação	4,79	29º
Capital Humano	5,37	24º
Cultura	6,67	9º

25º
LUGAR NO ICE
2017



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,15	27º
Infraestrutura	6,68	8º
Mercado	5,60	21º
Acesso a capital	5,75	17º
Inovação	5,18	26º
Capital Humano	4,74	30º
Cultura	5,93	19º

26º
LUGAR NO ICE
2017



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,96	17º
Infraestrutura	4,93	28º
Mercado	6,17	14º
Acesso a capital	5,26	28º
Inovação	4,68	30º
Capital Humano	5,48	22º
Cultura	7,35	3º

27º
LUGAR NO ICE
2017

JOÃO PESSOA



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,70	22º
Infraestrutura	5,45	24º
Mercado	4,87	29º
Acesso a capital	5,49	23º
Inovação	5,18	25º
Capital Humano	5,58	21º
Cultura	5,48	12º

29º
LUGAR NO ICE
2017

SÃO LUÍS



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	6,32	14º
Infraestrutura	4,42	30º
Mercado	5,88	18º
Acesso a capital	5,23	29º
Inovação	4,68	31º
Capital Humano	5,40	23º
Cultura	6,85	7º

31º
LUGAR NO ICE
2017

MACEIÓ



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,58	23º
Infraestrutura	5,83	22º
Mercado	4,55	31º
Acesso a capital	5,31	26º
Inovação	4,44	32º
Capital Humano	4,45	31º
Cultura	6,58	11º

CENTRO-OESTE

17º
LUGAR NO ICE
2017



Valor Posição

	Ambiente Regulatório	7,00	5º
	Infraestrutura	6,27	13º
	Mercado	6,84	6º
	Acesso a capital	6,46	6º
	Inovação	5,35	22º
	Capital Humano	5,68	20º
	Cultura	3,69	32º

18º
LUGAR NO ICE
2017



Valor Posição

	Ambiente Regulatório	7,06	4º
	Infraestrutura	5,02	27º
	Mercado	6,11	15º
	Acesso a capital	6,22	8º
	Inovação	5,23	24º
	Capital Humano	6,11	14º
	Cultura	6,28	13º

21º
LUGAR NO ICE
2017



GOIÂNIA

	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	5,45	24º
	Infraestrutura	5,85	20º
	Mercado	5,41	24º
	Acesso a capital	5,90	14º
	Inovação	5,30	23º
	Capital Humano	5,80	18º
	Cultura	7,13	5º

30º
LUGAR NO ICE
2017



CAMPO GRANDE

	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	4,97	28º
	Infraestrutura	5,85	21º
	Mercado	5,43	23º
	Acesso a capital	5,54	21º
	Inovação	4,93	27º
	Capital Humano	5,16	26º
	Cultura	5,93	18º

SUDESTE



1º
LUGAR NO ICE
2017



SÃO PAULO

Valor Posição

Ambiente Regulatório	5,42	25º
Infraestrutura	8,31	1º
Mercado	7,90	2º
Acesso a capital	9,83	1º
Inovação	7,27	5º
Capital Humano	5,95	16
Cultura	5,93	20º

3º
LUGAR NO ICE
2017



VITÓRIA

Valor Posição

Ambiente Regulatório	6,28	15º
Infraestrutura	6,84	6º
Mercado	4,88	28º
Acesso a capital	5,94	13º
Inovação	6,66	10º
Capital Humano	8,21	2º
Cultura	6,61	10º

6º
LUGAR NO ICE
2017

RIO DE JANEIRO



	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	2,85	32º
	Infraestrutura	6,96	3º
	Mercado	7,58	4º
	Acesso a capital	6,68	5º
	Inovação	8,13	1º
	Capital Humano	6,44	9º
	Cultura	6,00	17º

7º
LUGAR NO ICE
2017

CAMPINAS



	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	5,96	18º
	Infraestrutura	6,94	4º
	Mercado	6,81	7º
	Acesso a capital	5,56	20º
	Inovação	7,04	7º
	Capital Humano	6,36	10º
	Cultura	5,59	24º

9º
LUGAR NO ICE
2017

BELO HORIZONTE



	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	5,92	19º
	Infraestrutura	6,10	17º
	Mercado	5,90	17º
	Acesso a capital	7,10	4º
	Inovação	6,63	11º
	Capital Humano	7,02	5º
	Cultura	4,64	29º

10º
LUGAR NO ICE
2017

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



	Valor	Posição
--	-------	---------

	Ambiente Regulatório	6,75	8º
	Infraestrutura	6,22	14º
	Mercado	6,41	9º
	Acesso a capital	5,27	27º
	Inovação	7,45	2º
	Capital Humano	6,16	12º
	Cultura	5,32	26º

12º
LUGAR NO ICE
2017

SOROCABA



	Valor	Posição
Ambiente Regulatório	4,95	29º
Infraestrutura	7,61	2º
Mercado	7,96	1º
Acesso a capital	5,03	31º
Inovação	6,15	15º
Capital Humano	6,25	11º
Cultura	5,00	27º

14º
LUGAR NO ICE
2017

RIBEIRÃO PRETO



	Valor	Posição
Ambiente Regulatório	6,55	11º
Infraestrutura	6,94	5º
Mercado	5,61	20º
Acesso a capital	6,04	10º
Inovação	5,41	20º
Capital Humano	6,01	15º
Cultura	5,77	23º

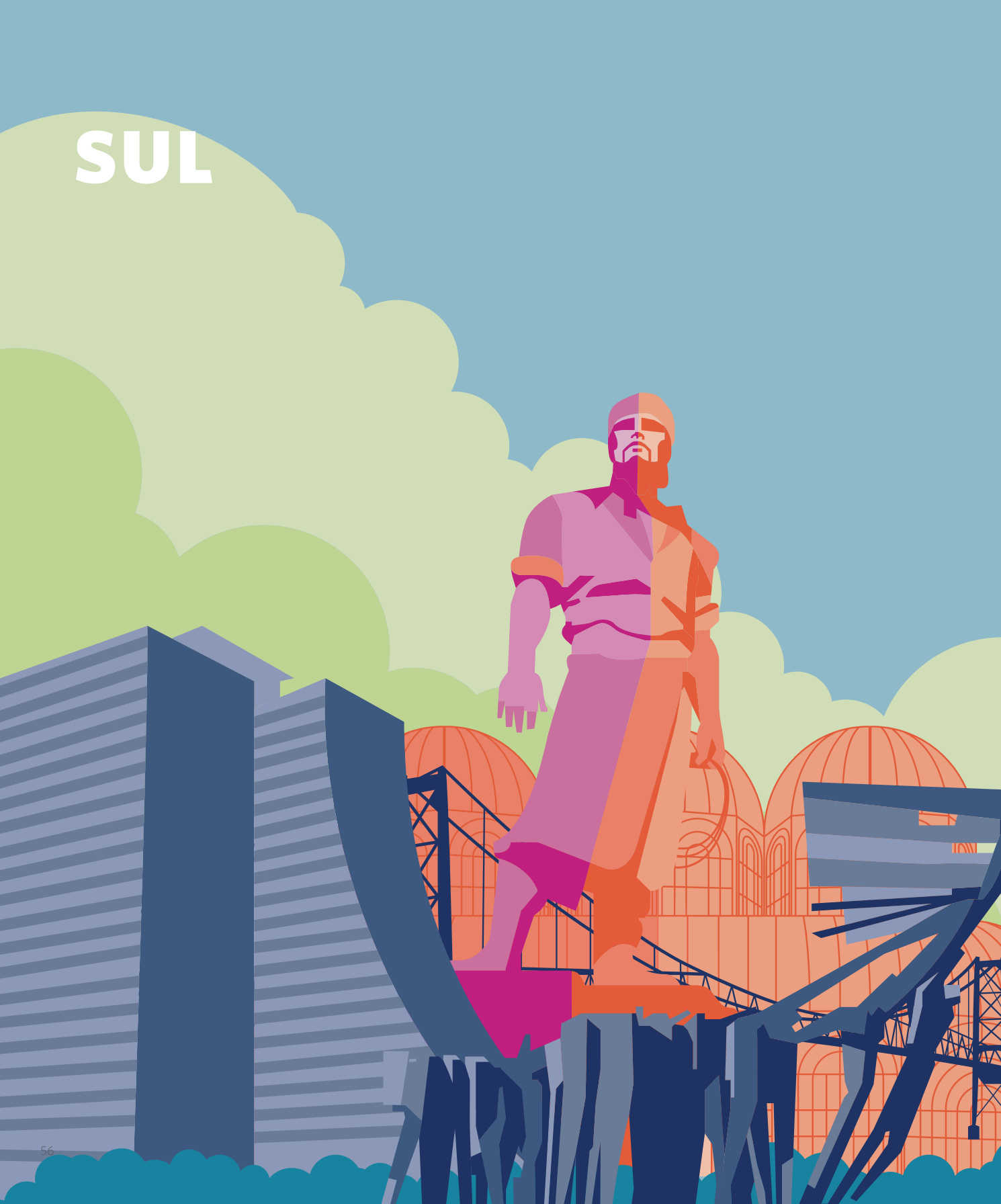
19º
LUGAR NO ICE
2017

UBERLÂNDIA



	Valor	Posição
Ambiente Regulatório	6,74	9º
Infraestrutura	5,97	19º
Mercado	5,98	16º
Acesso a capital	5,36	24º
Inovação	5,45	19º
Capital Humano	5,78	19º
Cultura	5,49	25º

SUL



2º
LUGAR NO ICE
2017



FLORIANÓPOLIS

	Valor	Posição
--	-------	---------

 Ambiente Regulatório	6,40	13º
 Infraestrutura	6,62	10º
 Mercado	5,03	25º
 Acesso a capital	7,81	3º
 Inovação	7,37	3º
 Capital Humano	8,25	1º
 Cultura	7,34	4º

4º
LUGAR NO ICE
2017



CURITIBA

	Valor	Posição
--	-------	---------

 Ambiente Regulatório	6,61	10º
 Infraestrutura	6,64	9º
 Mercado	6,24	12º
 Acesso a capital	6,45	7º
 Inovação	6,78	9º
 Capital Humano	7,93	3º
 Cultura	3,74	31º

5º
LUGAR NO ICE
2017

JOINVILLE



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	7,72	1º
Infraestrutura	6,77	7º
Mercado	6,38	10º
Acesso a capital	6,01	12º
Inovação	6,53	12º
Capital Humano	6,12	13º
Cultura	5,79	22º

8º
LUGAR NO ICE
2017

MARINGÁ



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	5,79	21º
Infraestrutura	6,18	15º
Mercado	4,97	27º
Acesso a capital	6,09	9º
Inovação	6,10	16º
Capital Humano	7,31	4º
Cultura	7,37	2º

11º
LUGAR NO ICE
2017

BLUMENAU



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	7,16	3º
Infraestrutura	6,56	11º
Mercado	7,53	5º
Acesso a capital	5,22	30º
Inovação	7,32	4º
Capital Humano	5,08	27º
Cultura	4,68	28º

13º
LUGAR NO ICE
2017

LONDRINA



	Valor	Posição
--	-------	---------

Ambiente Regulatório	6,90	7º
Infraestrutura	6,52	12º
Mercado	4,28	32º
Acesso a capital	5,84	15º
Inovação	5,75	17º
Capital Humano	6,59	7º
Cultura	6,12	15º

15º
LUGAR NO ICE
2017

PORTO ALEGRE



	Valor	Posição
 Ambiente Regulatório	4,34	31º
 Infraestrutura	5,18	25º
 Mercado	6,18	13º
 Acesso a capital	7,88	2º
 Inovação	6,79	8º
 Capital Humano	6,97	6º
 Cultura	4,45	30º

16º
LUGAR NO ICE
2017

CAXIAS DO SUL



	Valor	Posição
 Ambiente Regulatório	6,17	16º
 Infraestrutura	6,04	18º
 Mercado	6,29	11º
 Acesso a capital	5,75	18º
 Inovação	7,12	6º
 Capital Humano	5,03	28º
 Cultura	5,89	21º

ANEXO 1:

METODOLOGIA

Há um consenso sobre a importância das políticas voltadas à promoção do empreendedorismo, especialmente à modalidade de alto impacto. Entretanto, não há uma estratégia única de sucesso que possa ser adotada por todos os governos nacionais ou locais. A elaboração de políticas voltadas ao empreendedorismo é, antes de tudo, um desafio analítico. Como medir empreendedorismo? Quais são os fatores ambientais determinantes para a expansão da atividade empreendedora? Como diferentes níveis de governo devem contribuir para a melhoria do ambiente de negócios?

Para avaliar o ambiente empreendedor nas cidades brasileiras, nesta edição do Índice de Cidades Empreendedoras, a Endeavor constrói sobre as bases metodológicas da edição 2014, expandindo-a no número de indicadores e de cidades analisadas. Para tanto, foram organizados e coletados um conjunto de 60 indicadores econômicos, institucionais, sociais e culturais de 32 municípios, responsáveis por mais de 41% das Scale-ups do País e 37% do PIB. O framework aqui adotado segue o debate internacional sobre avaliação de ambiente de negócios e empreendedorismo, tendo como inspiração dois outros instrumentos: "OECD/EUROSTAT Framework for Entrepreneurship" (OCDE, 2007), adequado para comparar países da OCDE; e "Aspen: Entrepreneurial

Ecosystem Diagnostic Toolkit" (Aspen Network of Development Entrepreneurs, 2013), construído a partir do estudo da OCDE e diversos outros, mas com foco em países em desenvolvimento.

O índice final e os rankings de cada um dos sete determinantes apresentados no relatório derivam da aplicação do framework para essas cidades. O resultado é um instrumento de avaliação voltado para gestores públicos e organizações de apoio interessadas em gerar impactos na economia de seu município a partir do fomento à atividade empreendedora, assim como para empreendedores que queiram expandir seus negócios e para a mídia, que busca análise e dados qualificados. A elaboração de um modelo para comparação de cidades, ou mesmo de estados ou regiões, requer uma série de adaptações importantes em relação às metodologias e análises existentes.

Em primeiro lugar, estados e municípios têm limitações legais sobre quais políticas e legislações podem implementar ou regulamentar. Portanto, em um mesmo país, todos os empreendedores estão sujeitos a condições macroeconômicas e a restrições legais semelhantes, independentemente da localização do seu negócio. Dessa forma, alguns critérios essenciais na análise de países tornam-se irrelevantes na comparação entre localidades de um mesmo país pela simples ausência de variação.

Assim, o framework deste estudo leva em conta as especificidades necessárias para a análise de cidades.

Em segundo lugar, há menos produção de dados e indicadores para cidades do que para países. Órgãos oficiais de estatística costumam ser organizações dos governos nacionais e são raros os casos em que todos os municípios de um país coletam exatamente as mesmas informações sobre economia, finanças públicas, população etc. Por isso, quando necessário, o estudo traz variações dos indicadores adotados na comparação entre países, ainda que dentro dos mesmos temas.

Finalmente, além de adaptar o uso de um framework desenvolvido para países em cidades, tomou-se o cuidado de adequá-lo à realidade brasileira. Dito de outra forma, os indicadores retratam as questões e problemas relevantes para empreendedores brasileiros em cada um dos temas -- ou determinantes da performance. Para isso, também foram consideradas as opiniões de diversos especialistas e parceiros da Endeavor para construir indicadores e encontrar fontes de dados apropriadas para cada um dos tópicos relevantes.

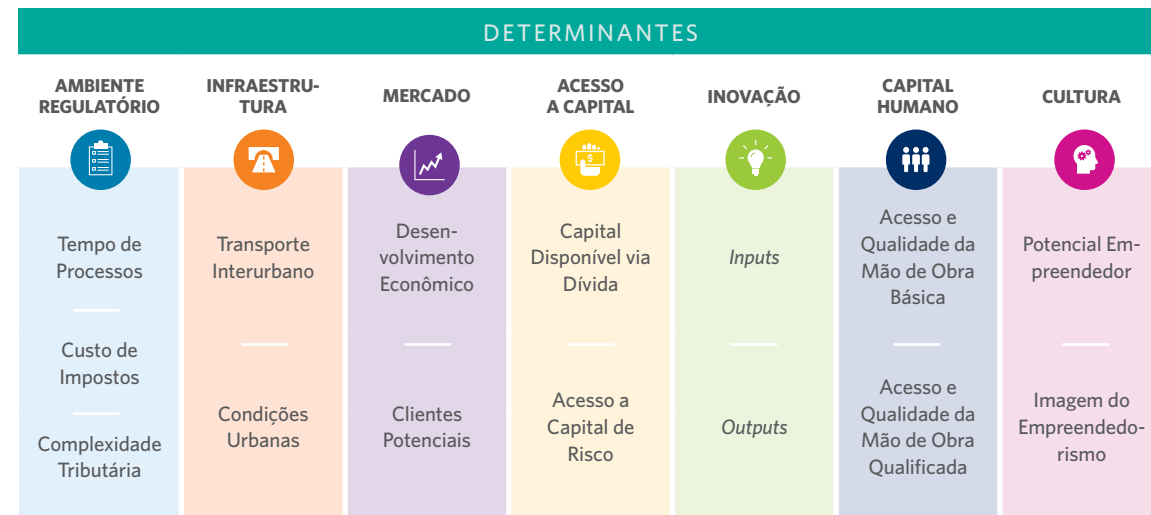
Além de apresentar em detalhes o framework desenvolvido pela Endeavor Brasil, na sequência se encontram as fontes de dados, as formas de cálculo dos indicadores e demais critérios adotados na análise.

IMPACTOS, PERFORMANCE EMPREENDEDORA E DETERMINANTES DA PERFORMANCE

O ponto de partida do framework da Endeavor Brasil é a separação analítica entre performance empreendedora, determinantes da performance e os impactos. De acordo com o estudo desenvolvido pela OCDE, impactos são as consequências sociais e econômicas da performance empreendedora, e os principais impactos esperados são a criação de empregos, o crescimento da economia, a redução da pobreza e diminuição da informalidade de empresas (OCDE, 2007). Gestores públicos deveriam, por princípio, se preocupar com as consequências da atividade empreendedora e desenhar políticas adequadas para maximizar seu impacto na sociedade. O problema central, porém, é que gestores públicos só podem produzir indiretamente

tais impactos. O principal mecanismo é a criação de condições, como um ambiente adequado, que permitam o desenvolvimento do empreendedorismo e a boa performance das empresas.

Assim, a noção de performance empreendedora é central para este estudo e pode ser compreendida de diversas formas: como intensidade de atividade empreendedora, como desempenho econômico dos empreendedores, ou ainda como a geração de riqueza e/ou empregos pela atividade empreendedora. Na linguagem do framework adotado pela Endeavor Brasil, a performance empreendedora é resultado de um conjunto de determinantes afetados pelas decisões dos gestores públicos.



Performance empreendedora e seus determinantes têm entre si, em tese, uma relação de causa e efeito. Os determinantes congregam, assim, os fatores essenciais que explicam a performance empreendedora das cidades brasileiras. No framework deste estudo, estes fatores estão organizados em sete determinantes: Ambiente Regulatório, Infraestrutura, Mercado, Acesso a Capital, Inovação, Capital Humano e Cultura. Os sete determinantes, adaptados à realidade brasileira, foram construídos a partir dos estudos adotados como benchmarks — da OCDE/Eurostat e Aspen Network of Development Entrepreneurs — e a partir da opinião dos especialistas em diversos temas consultados pela Endeavor. A expectativa é que cidades capazes de criar boas condições para o desenvolvimento da atividade empreendedora

— ou seja, que produzam determinantes favoráveis — tenham melhor performance no futuro. Portanto, o trabalho de análise deste estudo consiste, na sua essência, em mensurar cada um dos determinantes da performance. O ranking final é uma combinação de todos os determinantes com pesos estabelecidos de acordo com as respectivas correlações com a performance, como explicado nas próximas páginas. Nenhum dos determinantes, nem a performance, são adequadamente representados por um único indicador e, no framework elaborado para este estudo, são construídos a partir de grupos de indicadores, ou variáveis. Os indicadores de cada determinante são os parâmetros sob os quais gestores públicos e demais atores conseguem atuar para mudar o ambiente de negócios.

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS SOBRE EMPREENDEDORISMO E SEUS DETERMINANTES

Os determinantes que compõem o framework têm como fundamento a literatura internacional sobre empreendedorismo, políticas públicas e desenvolvimento econômico. Não há um corpo de conhecimento único sobre o tema e há diversas perspectivas sobre empreendedorismo e suas causas. Ainda assim, há consenso de que o nível de atividade empreendedora varia entre países e, certamente, entre cidades. As explicações são, em geral, de caráter econômico e social. Mais importante do que a natureza das explicações, porém, é o fato de que os determinantes do empreendedorismo estão diretamente associados às escolhas de políticas públicas. Ou seja, é possível influenciar a intensidade da atividade empreendedora por meio de escolhas institucionais, econômicas e políticas. (Hoffmann, Larsen & Oxholm, 2006).

A pluralidade de explicações é resultado das diferentes conceitualizações sobre o que é empreendedorismo e como medi-lo. Parte das explicações para o nível de empreendedorismo é de ordem macro, para as quais as causas do empreendedorismo se confundem com os fatores que explicam o crescimento ou desenvolvimento econômico de países ou regiões. Nesta perspectiva, alguns dos temas convencionais da macroeconomia e da economia internacional estão diretamente conectados às explicações sobre empreendedorismo. O foco de trabalhos desta ordem são as mudanças em indústrias nacionais, no desempenho das firmas em geral ou nos parâmetros básicos da economia. Fatores institucionais e ambientais têm grande peso em trabalhos que adotam essa perspectiva.

Por outro lado, há explicações de ordem micro, cujo foco analítico é o empreendedor individual. Em vez de observar as variações no tamanho das indústrias ou no surgimento de novos negócios, tais trabalhos procuram entender a partir das características de um indivíduo ou de seu entorno as chances de empreender e/ou de gerir um negócio com sucesso. Nas perspectivas sobre o empreendedor individual,

a economia é acompanhada com mais frequência de outras disciplinas acadêmicas, tais como a sociologia e a psicologia. As habilidades do empreendedor e a decisão e a motivação para empreender cumprem um papel central nesse tipo de perspectiva.

As explicações intermediárias — que não focam nem na economia em geral, nem no empreendedor individual —, por sua vez, tendem a se concentrar na análise de mercados específicos e em sua estrutura. O foco, em geral, são as oportunidades de negócio, as barreiras de entrada e saída e incentivos estruturais em geral. Essa literatura está bastante associada ao conhecimento produzido nas escolas de negócio sobre estratégia empresarial.

Todas as perspectivas se deparam com um desafio complexo: definir empreendedorismo. As alternativas mais comumente encontradas na literatura são aquelas que, de um lado, igualam empreendedorismo a auto-emprego e/ou a pequenos e médios negócios, em contraste a grandes corporações, ou que tomam a performance da economia total como sinônimo do desempenho dos empreendedores. Essas são, em geral, alternativas empíricas à ausência de medidas confiáveis ou regulares sobre a quantidade de empreendedores na economia.

As diferenças entre as várias perspectivas analíticas sobre empreendedorismo resultam em uma variedade de perguntas, proposições teóricas e hipóteses sobre as causas e determinantes do empreendedorismo. O resultado da ausência de unidade teórica e analítica é, de certa forma, natural e necessário para a produção de conhecimento acadêmico, mas um problema para formuladores de política e analistas. Como definir e formalizar em indicadores a performance empreendedora adequada para múltiplas perspectivas? Como comparar a variação da performance em cidades a partir de explicações e causas do empreendedorismo de ordem tão variada?

Para responder a essas perguntas, apresentamos brevemente as fontes, acadêmicas e não acadêmicas, das quais derivam o framework desenvolvido pela Endeavor. Em particular, este estudo se beneficia do desenvolvimento, no âmbito da OCDE durante os anos 2000, de um programa voltado à padronização de

indicadores de empreendedorismo – Entrepreneurship Indicators Programme (EIP) – que congrega a pluralidade de perspectivas sobre o empreendedorismo em ferramentas analíticas e com diversos desdobramentos, como o trabalho desenvolvido pela ANDE recentemente (OCDE, 2007; ANDE, 2013).

O primeiro passo do debate proporcionado pela OCDE é o estabelecimento de uma definição ampla, porém relativamente precisa, dos elementos que compõem o empreendedorismo. Esta mesma definição é adotada pela Endeavor Brasil e pelo IBGE na produção dos relatórios de Estatísticas de Empreendedorismo (Endeavor/IBGE, 2011). São três elementos:

- **Empreendedores:** são pessoas, necessariamente donos de negócios, que buscam gerar valor por meio da criação ou expansão de alguma atividade econômica, identificando e explorando novos produtos, processos e mercados;
- **Atividade empreendedora:** é a ação humana empreendedora na busca da geração de valor, por meio da criação ou expansão da atividade econômica, identificando novos produtos, processos e mercados;
- **Empreendedorismo:** é o fenômeno social associado à atividade empreendedora.

A definição plural de empreendedorismo, com três elementos, resulta na impossibilidade de se adotar um indicador único para medir performance empreendedora. O framework da Endeavor Brasil acompanha essa definição, apresentando mais à frente a forma como performance empreendedora foi operacionalizada para este estudo. Em resumo, seguindo a mesma definição adotada pela OCDE em “A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship” (Ahmad & Hoffmann, 2007), escolheram-se indicadores adequados para capturar a variação da performance em diferentes cidades brasileiras. Em geral, os indicadores procuram medir alguma das seguintes dimensões: o desempenho geral das empresas na economia; o percentual da população que opta por empreender; a geração de empregos e riquezas na economia por parte de empreendedores, assim como esquema proposto por Ahmad & Hofmann (2007).

O passo seguinte à conceitualização de empreendedorismo e à mensuração de performance consiste em contemplar a heterogeneidade de explicações sobre os fatores determinantes do empreendedorismo em um mesmo instrumento de análise, independentemente da perspectiva analítica – micro, macro ou meso – das quais partem ou das disciplinas acadêmicas das quais se originam. Na ausência de unidade analítica, alguns trabalhos na literatura sobre empreendedorismo e políticas públicas,

além dos desenvolvimentos produzidos pela OCDE, oferecem boas sínteses dos fatores essenciais (The Entrepreneurship Ecosystem, The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project, Global Entrepreneurship and Development Index, entre outros).

Lundström & Stevenson (2005), que produzem uma lista relativamente completa de fatores determinantes do empreendedorismo, dão destaque a variáveis distribuídas em três níveis: oportunidades, motivação e habilidades. Fatores relativos a oportunidades referem-se basicamente às características de mercado que impactam diretamente nas chances de sucesso de um empreendedor em um determinado mercado. Praticamente todos os principais trabalhos sobre empreendedorismo produzidos nos anos 2000 reconhecem a centralidade de tais fatores para explicar a variação nos níveis de empreendedorismo. Barreiras à entrada, concentração de empresas na indústria, crescimento da economia e margens de lucro são alguns desses fatores fundamentais. Alguns desses são específicos de cada indústria ou setor da economia, a exemplo de barreiras de entrada. Outros, porém, afetam praticamente todos os empreendedores.

No framework deste estudo, tais fatores estão bem representados nos determinantes de Ambiente Regulatório, Infraestrutura e

Mercado, concentrados naqueles que não são específicos de nenhuma indústria. No determinante de Ambiente Regulatório estão retratadas as dificuldades burocráticas para a abertura de negócios, os custos dos impostos e a complexidade tributária, que afetam diretamente a capacidade de empreendedores manterem suas empresas e torná-las rentáveis.

O determinante de Infraestrutura, por sua vez, está diretamente ligado às conexões com outras cidades e países e aos custos envolvidos na manutenção de negócio. As condições urbanas e os custos de cada cidade — por exemplo, custo do metro quadrado dos imóveis ou a segurança urbana — são fundamentais para a decisão de o empreendedor abrir ou não um negócio na região. As oportunidades de negócio e o acesso a mercados são também resultado da infraestrutura de cidades. A existência de uma rede adequada de transporte interurbano proporciona maior inserção do empreendedor a novos mercados. Na experiência da Endeavor Brasil com empreendedores, questões relativas às barreiras burocráticas e a ausência de infraestrutura adequada para negócios figuram dentre as queixas mais recorrentes.

As condições básicas da economia, retratadas no determinante de Mercado, influenciam diretamente o potencial empreendedor de um país ou cidade. Há mais oportunidades para empreender em mercados maiores, mais desenvolvidos e em crescimento. Há mais clientes potenciais em locais em que a população tem renda maior, governos ou empresas detêm mais capacidade de compras. Finalmente, o nível de desenvolvimento e a renda per capita da população também possuem impacto indireto no total de empreendedores na economia.

Os determinantes de Ambiente Regulatório e Mercado são comuns aos frameworks da OCDE, ANDE e Endeavor Brasil. O primeiro, porém, não considera Infraestrutura entre seus determinantes em virtude de ter sido elaborado para a análise de países desenvolvidos. Seguindo as recomendações do framework desenvolvido pela ANDE, incluiu-se neste estudo o determinante de Infraestrutura, adequando o seu uso ao contexto das cidades.

Se as condições de mercado, do ambiente regulatório e a infraestrutura definem as oportunidades para o empreendedor, o acesso a capital é um fator chave para o surgimento de novos empreendedores e a expansão de negócios. Hoffman (2007) aponta que quase todos os estudos sobre empreendedorismo apontam para o papel essencial do capital disponível a empreendedores. O acesso a capital é particularmente crítico para novos empreendedores e startups, para os quais o risco

avaliado de seus negócios dificulta ou aumenta os custos de obter recursos financeiros. Apesar de convencionalmente se assumir que a oferta de capital não deveria ser objeto de política pública, a dificuldade de novos negócios obterem capital em virtude do risco que oferecem tornam necessárias políticas públicas de financiamento a empresas nascentes.

Inovação é o fator com o qual empreendedorismo está mais intimamente associado, apesar da centralidade das oportunidades de negócio e do papel crucial do acesso a capital para explicar a variação da atividade empreendedora entre países, regiões e cidades. A relação entre ambos é de mão dupla. De um lado, a inovação e o desenvolvimento tecnológico são a força motora do empreendedorismo; de outro, espera-se que os empreendedores sejam os agentes responsáveis pela disseminação da inovação e das transformações nos modelos de negócios. Neste framework, o determinante de Inovação contempla grande parte dos insumos (inputs) necessários para as empresas inovarem e os resultados obtidos (os outputs).

As perspectivas sobre o empreendedorismo focadas em indivíduos tendem a apontar para o impacto do nível educacional da população na intensidade da atividade empreendedora. Não somente empreendedores mais escolarizados têm maiores chances de sucesso, como a capacidade de recrutar pessoas para suas organizações explica parcialmente a capacidade de manter e expandir seus negócios. Perspectivas centradas nos recursos das organizações costumam dar grande relevância à composição de profissionais e talentos para explicar o desempenho de uma organização (Endeavor Brasil, 2013). Em particular, os empreendedores brasileiros com as quais a Endeavor tem proximidade apontam a escassez de bons profissionais como um entrave importante à expansão de seus negócios. No framework do estudo, acompanhando os demais frameworks usados como referências, há um determinante de Capital Humano, para o qual coletamos indicadores relativos tanto à oferta de mão de obra básica e à escolarização da população das cidades quanto à oferta de profissionais qualificados para o empreendedor.

Os seis primeiros determinantes tratam quase exclusivamente de aspectos objetivos do ambiente de negócios de cada cidade. A maioria refere-se à oferta de pessoas, recursos e oportunidades para o empreendedor. No entanto, a literatura sobre os fatores determinantes do empreendedorismo atribui grande relevância a aspectos culturais que motivam indivíduos a abrirem novos negócios como alternativa profissional. É bastante provável que cidades com condições objetivas semelhantes, mas com culturas empreendedoras distintas, apresentem taxas diferentes de empreendedores na população.

CONSTRUÇÃO DOS DETERMINANTES DE PERFORMANCE E PADRONIZAÇÃO DE INDICADORES

Um dos desafios mais importantes na elaboração do ranking é a mensuração dos determinantes. Apesar de podermos definir intuitivamente o que cada determinante representa, criar medidas adequadas para cada um deles é bastante complexo. Como medir se há ou não em uma cidade o acesso a capital para empreendedores? Como medir o ambiente regulatório em um município? Ainda que possamos descrevê-los com precisão, cada determinante contempla mais de um fator relevante para explicar a performance empreendedora.

Por exemplo, podemos pensar genericamente no determinante de Inovação como sendo o investimento em pesquisa e a disponibilidade de seus resultados para empresas inovarem. Entretanto, é possível observar e medir somente um conjunto de indicadores: investimento privado em inovação, gasto público em ciência e tecnologia, número de pedidos patentes, e assim por diante. Seguindo a prática de outras ferramentas de análise, produzimos um conjunto de indicadores que quando combinados representam de forma adequada cada um dos determinantes. Ou seja, conforme mencionado anteriormente, nenhum indicador sozinho é suficiente para mensurar um determinante, mas todos os indicadores representam alguns aspectos relevantes para explicar a performance empreendedora.

Dentro de cada determinante, há indicadores que tratam de fatores correlatos entre si e que representam um mesmo aspecto. Dessa forma, os determinantes estão organizados em subdeterminantes, cuja função é organizar os indicadores e racionalizar sua combinação. Há sempre dois subdeterminantes que organizam os indicadores dentro de cada determinante, com exceção do ambiente regulatório, que conta com três subdeterminantes.

Por exemplo, o determinante Ambiente Regulatório é composto pelos seguintes subdeterminantes: “Tempo de processos”, composto pelos entraves à abertura de negócios, obtenção de alvarás etc., os “Custos de impostos”, em particular aqueles que variam entre cidades, e “Complexidade Tributária”, que avalia o número de obrigações a cumprir e quantas vezes os tributos mudaram. Certamente há outros aspectos regulatórios no Brasil que afetam empreendedores. Para o framework, porém, importam aqueles fatores que variam entre cidades e que podem ser influenciados por gestores públicos locais.

Os indicadores coletados para a construção dos determinantes e aplicação do framework são medidos de diversas formas e

representam quantidades muito diferentes. Enquanto o indicador “preço do metro quadrado”, no determinante de Infraestrutura, é medido em preços correntes (R\$, portanto), o indicador “ensino técnico” é apenas uma proporção da população (%). Como comparar e agrupar indicadores tão diferentes?

Para que fosse possível combinar os indicadores nos subdeterminantes, a solução foi padronizá-los em um score com média 0 e desvio padrão 1. Esse é um método convencional e bastante adequado de tornar comparáveis variáveis provenientes de fontes distintas.

O score para cada cidade em um indicador é obtido subtraindo-se a média das 32 cidades e dividindo o resultado pelo desvio padrão, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Indicador}_k' = \frac{\text{Indicador}_k - \text{Média (Indicadores)}}{\text{Desv.padr (Indicadores)}}$$

A padronização de indicadores permite somá-los, mesmo que originalmente representem quantidades tão diferentes. A construção de cada subdeterminante é a soma simples de cada um dos indicadores padronizados que o compõem. Por exemplo, dentro do determinante “Infraestrutura”, o subdeterminante “Transporte Interurbano” é a soma das variáveis padronizadas “Densidade das estradas”, “Número de voos diretos” e “Distância ao porto mais próximo”.

Uma vez somadas as variáveis, é possível aplicar o mesmo processo de padronização de variáveis para o resultado. A padronização dos subdeterminantes evita que, posteriormente, um subdeterminante apresente um valor médio maior que outro pelo simples fato de ser composto por mais variáveis.

Entretanto, em lugar de centrarmos os scores na média zero, como fizemos com os indicadores, deslocamos a média do score para 6. Por exemplo, no pilar de “Mercado”, os subdeterminantes “Desenvolvimento Econômico” e “Clientes Potenciais” terão sempre média 6 e desvio padrão 1, com os scores de cada cidade indicando sua posição relativa às demais.

Basicamente, deslocar a média para 6 evita que a visualização de um número artificialmente negativo (score abaixo da média) prejudique a interpretação, ao mesmo tempo em que não altera os resultados.

$$\text{Subdeterminante}_x = \text{Indicador}_{1'} + \text{Indicador}_{2'} + \dots + \text{Indicador}_{k'}$$

$$\text{Subdeterminante}_x' = (\text{Subdeterminante}_x - \text{Média (Subdeterminantes)})$$

$$\text{Desv.padr (Subdeterminantes)} + 6$$

A escolha de somar as variáveis diretamente dentro de um subdeterminante tem consequências. A mais notável é que implicitamente fica assumido que os indicadores têm o mesmo peso dentro de um subdeterminante. Rankings e outras ferramentas de comparação precisam necessariamente adotar um critério arbitrário para pesar indicadores diferentes e combiná-los, mesmo que o critério seja atribuir pesos equivalentes. Uma forma adequada de contornar a arbitrariedade dessa escolha é a avaliação cuidadosa de cada um dos determinantes, subdeterminantes e indicadores que os compõem. Em vez de adotar pesos para as variáveis nesta etapa da análise, optou-se por organizá-los hierarquicamente.

No início da elaboração do estudo para a edição 2014, foram apontados 380 indicadores. Em um primeiro momento, esses indicadores foram agrupados nos respectivos determinantes e subdeterminantes seguindo as orientações dos frameworks existentes e a opinião dos especialistas consultados. No processo de coleta de variáveis, eliminamos aqueles indisponíveis, com erros excessivos de medição ou redundantes, e buscamos fontes variadas para as mesmas medidas. Por exemplo, o número de voos diretos para uma cidade e o total de passageiros transportados são medidas bastante semelhantes. Utilizar dois indicadores que, uma vez padronizados, são quase idênticos, seria equivalente a adotar o dobro do peso para um aspecto específico de um subdeterminante.

Mesmo após a eliminação inicial de indicadores redundantes, é possível que dois indicadores sejam medidas muito parecidas e altamente correlacionadas entre si, ainda que sua definição substantiva seja muito diferente.

Então, com um conjunto já reduzido de indicadores, foi produzido para cada determinante uma Análise de Componentes Principais em que se observou como cada indicador se comportava em relação ao outro.

Intuitivamente, a aplicação da Análise de Componentes Principais se assemelha a descobrir todas as dimensões de cada um dos determinantes e criar um componente que represente cada dimensão. Por vezes, um conjunto de dezenas de indicadores pode ser representado por apenas um componente. Por exemplo, podemos imaginar que capital humano tem duas dimensões, qualidade da educação e total da população educada, e que a

nota média dos alunos do município no IDEB e o percentual da população que terminou o Ensino Médio estão eventualmente relacionados a essas duas dimensões. Ao produzirmos a Análise de Componentes Principais, é possível observar como esses dois indicadores estão situados nas dimensões encontradas e decidir se são redundantes, divergentes ou complementares.

Com isso, pode-se também avaliar e reconstruir os subdeterminantes, aprimorando as ferramentas existentes nos estudos internacionais e desenhando um framework adequado à realidade das cidades brasileiras.

Uma explicação mais detalhada da análise de componentes principais é encontrada adiante, quando são analisados aspectos da performance.

Construídos os subdeterminantes, o resultado de cada pilar (determinante) vem da soma simples entre eles e da padronização, novamente com desvio padrão 1 e média 6. Os rankings de cada determinante, apresentados ao longo deste relatório, e os scores de cada capital para um determinante provêm desta última operação. Os subdeterminantes têm sempre o mesmo peso dentro de cada determinante.

$$\text{Determinante}_x = \text{Subdeterminante}_{1'} + \text{Subdeterminante}_{2'} + \dots + \text{Subdeterminante}_{k'}$$

$$\text{Determinante}_x' = (\text{Determinante}_x - \text{Média (Determinantes)})$$
$$\text{Desv.padr (Determinantes)} + 6$$

O framework final, apresentado na página 13, resulta, portanto, de um processo inicial indutivo – com consulta a trabalhos internacionais semelhantes e a especialistas – e de um processo final dedutivo, empiricamente orientado e analiticamente consistente.

É importante notar que, como consequência das transformações das variáveis e padronizações, os valores finais dos determinantes – e, portanto, dos rankings e do índice final – são relativos. Por exemplo, o fato de São Paulo estar posicionada em primeiro lugar no determinante de “Infraestrutura” e ter recebido o valor 8,25 não significa que a cidade está a apenas 1,75 (ou 10,00 - 8,25) de ter uma infraestrutura perfeita para incentivar a atividade empreendedora.

Da mesma forma, hipoteticamente, Belém não está a 4,11 de ter infraestrutura completamente inadequada para empreendedores. Os valores recebidos pelas cidades nos determinantes indicam somente as posições relativas e o quão distantes da média das 32 cidades cada uma está.

⁶A lista completa de indicadores pode ser encontrada na página 112.

CONSTRUÇÃO DA MEDIDA DE PERFORMANCE EMPREENDEDORA

Performance empreendedora é um conceito abrangente e pode ser definida de diversas maneiras, por exemplo, como geração de riqueza por empreendedores ou como o simples aumento do número de empreendedores e do autoemprego. O desafio de conceitualizar e mensurar performance empreendedora é, portanto, semelhante ao de construir os determinantes da performance.

Seguindo os frameworks de comparação de países, foram coletados indicadores de performance que pudessem representar adequadamente três aspectos fundamentais: [1] a intensidade de atividade empreendedora no Brasil, medida tanto pelo número de empreendedores na população ocupada quanto pela criação e sobrevivência de novas empresas; [2] o desempenho econômico dos empreendedores, em particular, do empreendedorismo de alto impacto; e [3] a capacidade de geração de riqueza e/ou empregos pela atividade empresarial. Coletamos diversos indicadores de performance e, após eliminar aqueles redundantes ou com problemas de medição, restaram oito variáveis, cujas descrições e fontes são encontradas adiante.

No entanto, os indicadores representam dimensões por vezes bastante distintas da performance empreendedora e combiná-los exige cuidado. Em particular, muitas das variáveis de performance coletadas têm correlação alta entre si. Por exemplo, o crescimento do número de empresas, a taxa de sobrevivência de empresas pré-existentes e a geração de

empregos tendem a ser resultados dos mesmos processos econômicos, e, portanto, a estarem correlacionados, ainda que sejam medidas bem definidas e diferentes entre si. A Análise de Componentes Principais, já usada para o exame dos determinantes, foi aplicada aos indicadores de performance com o propósito de lidar com este problema.

Na Análise de Componentes Principais, o objetivo principal é representar um conjunto de muitas variáveis correlacionadas entre si a partir de um conjunto menor de componentes que, por construção, não têm correlação entre si, sem que haja perda de informações relevantes presentes nos dados (Bartholomew et al, 2008). Em outras palavras, com esta técnica podemos construir as dimensões — representadas pelos componentes — comuns aos indicadores e representá-los de maneira mais sintética. Se uma parte dos indicadores é fortemente explicada pelo mesmo processo social ou econômico — expansão da economia e do consumo, por exemplo —, é provável que encontremos um componente que o represente.

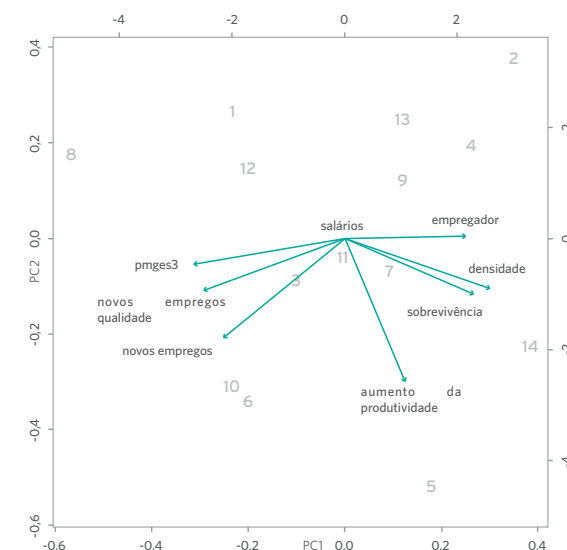
Do ponto de vista técnico, a Análise de Componentes Principais resulta em um conjunto de componentes que explicam, em ordem decrescente de importância, exatamente a mesma variação dos dados explicada pelos indicadores originais. O primeiro componente é o que tem maior poder de explicação da variação e o último, o menor. O gráfico abaixo, proveniente de um exemplo hipotético, ilustra como as variáveis estão arranjadas em torno dos dois primeiros componentes de uma Análise de Componentes Principais.

EXEMPLO DE ILUSTRAÇÃO DE ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

Para o conjunto de indicadores de performance empreendedora escolhidos para este estudo, os três primeiros componentes explicam sozinhos aproximadamente 85% da variação total do conjunto. Ou seja, com a aplicação da Análise de Componentes Principais obtemos três variáveis totalmente não correlacionadas entre si e que resumem de maneira adequada os indicadores de performance. A medida final de performance adotada na preparação do ranking, portanto, consiste na combinação simples desses três componentes padronizados:

$$\text{Performance}_x = \text{Componente}_1 + \text{Componente}_2 + \dots + \text{Componente}_k$$

$$\text{Performance}_x' = (\text{Performance}_x - \text{Média (Performances)}) / \text{Desv.pad (Performances)} + 6$$



Dessa forma, todo o conjunto de variáveis de performance é condensado em uma única análise estatística, o que tem a vantagem de prescindir de um framework conceitual específico para sua elaboração — o que, diferentemente dos determinantes, ainda não é amplamente analisado na literatura hoje existente. Vale notar que, para os dados utilizados, o indicador de performance empreendedora obtido está altamente correlacionado com um indicador criado a partir da soma simples de todas as variáveis contempladas.

RANKING FINAL DE CIDADE E PESO DOS DETERMINANTES

Um aspecto complexo e controverso na elaboração de rankings é o estabelecimento de pesos para cada um de seus elementos. Há rankings nos quais simplesmente não há pesos para variáveis. Há outros nos quais especialistas são consultados para, com base em sua experiência, estabelecer pesos arbitrários para os indicadores. A decisão adotada para este estudo foi utilizar pesos obtidos a partir das correlações entre performance empreendedora e seus determinantes. Os pesos adotados são, portanto, resultado de avaliação empírica. A arbitrariedade fica limitada, assim, à forma de calculá-los e não depende da visão da Endeavor Brasil, de especialistas ou de trabalhos anteriores sobre as relações entre os determinantes e a performance empreendedora, ainda que tenham produzido resultados difundidos e defensáveis na literatura.

O pressuposto fundamental desta operação é que há uma relação causal entre performance empreendedora e seus determinantes. Esse é o ponto de partida do framework da Endeavor Brasil e das demais ferramentas adotadas por

organizações e consultorias internacionais. Cidades com bom desempenho nos determinantes devem, assim se espera, ter um resultado positivo na performance empreendedora.

Idealmente, haveria informações sobre diversas cidades brasileiras e seria possível estimar com mais precisão as relações entre determinantes e performance empreendedora. Contudo, ao se escolher apenas 32 cidades, limita-se a capacidade de obter pesos precisos a partir dos dados disponíveis. Não é possível, por exemplo, aplicar técnicas básicas de regressão linear para estimar coeficientes parciais que representem a relação entre a performance empreendedora e suas causas.

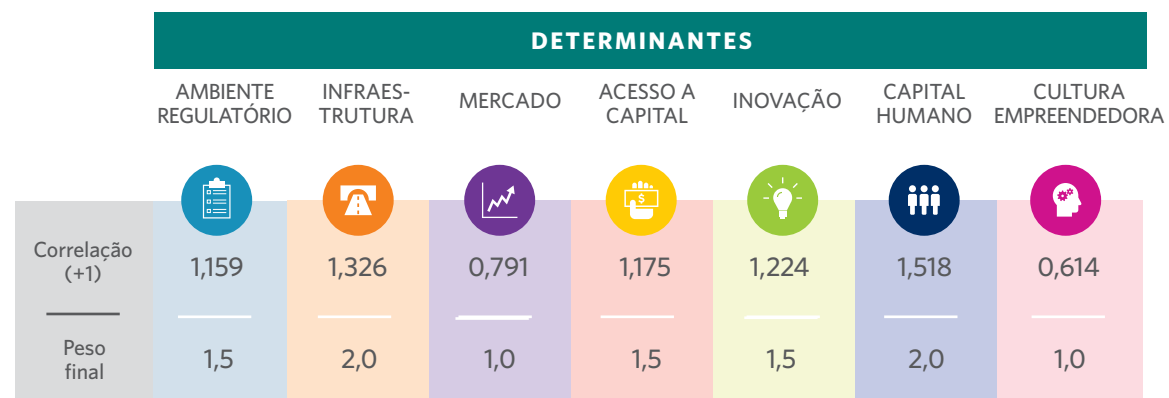
Diante da limitação do número de cidades, a opção foi construir pesos diretamente a partir das correlações entre cada um dos sete determinantes apresentados no framework e a medida de performance obtida com os componentes da Análise de Componentes Principais. O risco neste procedimento é obter correlações negativas, entre -1 e 0, ou mesmo pesos nulos, para

representar equivocadamente relações que, pelo menos em teoria, deveriam ser positivas.

Na formulação dos pesos para os determinantes, decidiu-se, portanto, construir pesos que variariam sempre entre números positivos, maiores que 1 e menores que 2, e que fossem uma função da correlação com a medida de performance. A transformação linear das correlações entre 1 e 2 produz pesos

que atendem a estes critérios. O cálculo dos pesos é, assim, bastante simples: subtraímos de cada correlação o menor valor entre todas as correlações e dividimos o resultado pela diferença entre o maior e a menor correlação, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{peso} = \frac{\text{corr}(\text{determinante}, \text{performance}) - \min(\text{corr})}{\max(\text{corr}) - \min(\text{corr})}$$



Os pesos obtidos dessa forma são números racionais e, na maior parte dos casos, contêm diversas casas decimais. Como as correlações são estimadas com dados de poucas cidades, é indesejável ter pesos que podem, por exemplo, variar demasiadamente entre anos. Para tornar os pesos mais estáveis e, conseqüentemente, reduzir a sensibilidade do ranking, optou-se ao final por limitar os pesos a apenas três valores possíveis — 1, 1.5 e 2 — obtidos por uma regra de arredondamento convencional. O gráfico acima reporta os pesos de cada um dos determinantes.

As notas das cidades no índice final consistem na soma das notas dos determinantes ponderados pelos pesos obtidos com o procedimento acima, que em seguida são uma vez mais padronizados com média 6 e desvio padrão:

$$\text{ICE}_x = \text{Det1}_x \cdot \text{peso1} + \text{Det2}_x \cdot \text{peso2} + \dots$$

$$\text{ICE}_x' = (\text{ICE}_x - \text{Média}(\text{ICE})) / \text{Desv.padr}(\text{ICE}) + 6$$

Por fim, é importante ressaltar que os pesos aplicados nesta edição são os mesmos aplicados nas duas últimas edições deste estudo, assim como a Endeavor se comprometeu em 2014 a fazê-lo. Mesmo assim, neste ano, a Endeavor refez os cálculos estatísticos de formação dos pesos das determinantes, chegando à conclusão de que, ao menos nesta edição, os resultados obtidos com a nova análise não são distintos o suficiente para justificar mudanças na metodologia original deste estudo.

A Endeavor faz a ressalva de que análises futuras sobre os valores encontrados serão sempre refeitas.

Além de evitar oscilações indesejáveis, em função da amostra relativamente pequena (de 32 cidades), esse procedimento garante que ações tomadas por governos, gestores públicos e organizações de apoio tenham influência no longo prazo e não alterem o foco e impacto das medidas.

ANEXO 2:

INDICADORES,

FONTES

E FORMAS DE CÁLCULO

Determinante Ambiente Regulatório

Subdeterminante Tempo de processos

• **Indicador** Tempo para abrir um negócio (em dias)
Forma de cálculo

Este indicador refere-se à soma dos dias corridos necessários para a abertura de empresas pertencentes aos CNAEs indústria (1412-6), comércio (4781-4) e serviços (7020-4), sendo ponderada pelo peso desses CNAEs. Para o cálculo do tempo de abertura de empresas, considera-se a soma de dias para a resolução dos seis processos monitorados listados abaixo:

- Obtenção de NIRE (Número de identificação do Registro de Empresas);
- Emissão do CNPJ;
- Obtenção de IE (Inscrição Estadual);
- Obtenção de IM (Inscrição Municipal);
- Alvará de Funcionamento;
- AVCB (Alvará do Corpo de Bombeiros);

Fonte SEDI - **Ano** 2017

• **Indicador** Tempo para obtenção de registros imobiliários (em dias)
Forma de cálculo

Este indicador refere-se à soma dos dias corridos necessários para o tempo de regularização de imóveis ponderados pelo peso dos três CNAEs indústria (1412-6), comércio (4781-4) e serviços (7020-4). Para o cálculo do processo de regularização, considera-se a soma de dias para a resolução dos oito processos monitorados listados abaixo:

- Alvará de Construção;
- Obtenção de Energia;
- Habite-se;
- CND de Obras;
- Averbações de Registros Imobiliários;
- Escritura de Imóveis;
- Emissão de ITBI;
- Registros de Escritura.

Fonte SEDI - **Ano** 2017

• **Indicador** Taxa de congestionamento em tribunais (*)
Forma de cálculo

Taxa de congestionamento média, representando a efetividade do tribunal no período, considerando o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base. O indicador, então, se consiste na média aritmética das taxas de congestionamento do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal Regional do Trabalho e do respectivo Tribunal Regional Federal, por estados. **Fonte** CNJ - **Ano** 2016

Subdeterminante Custo de impostos

• **Indicador** Alíquota interna do ICMS
Forma de cálculo

Alíquota interna média do ICMS aplicável aos seis CNAEs mais representativos dos setores de Serviços, Comércio e Indústria. **Fonte** EY - **Ano** 2017

• **Indicador** Alíquota média do IPTU

Forma de cálculo

Alíquota aplicada sobre imóveis de empresas, na média calculada a partir do valor venal de 11 tipos de imóveis empresariais. **Fonte** EY - **Ano** 2017

• **Indicador** Alíquota média do ISS

Forma de cálculo

Alíquota média do Imposto Sobre Serviços aplicada para CNAEs relativos a atividades do setor de serviços. **Fonte** EY - **Ano** 2017

• **Indicador** Número médio de incentivos fiscais estaduais

Forma de cálculo

Número de incentivos fiscais aplicáveis aos seis CNAEs mais representativos dos setores de Serviços, Comércio e Indústria. **Fonte** EY - **Ano** 2017

Subdeterminante Complexidade tributária

• **Indicador** Operações acessórias estaduais

Forma de cálculo

Número de fichas a serem preenchidas para cumprimento das obrigações acessórias exigidas dos seis CNAEs mais representativos dos setores de Serviços, Comércio e Indústria. **Fonte** EY - **Ano** 2017

• **Indicador** Operações acessórias municipais
Forma de cálculo

Número de obrigações acessórias a cumprir para CNAEs de empresas de Serviços, baseado em obrigações exclusivas do município e no número de fichas a serem preenchidas para pagamento do ISS. **Fonte** EY - **Ano** 2017

• **Indicador** Número de atualizações tributárias estaduais
Forma de cálculo

Número de atualizações tributárias via decreto do governo estadual, entre 2013 e 2017, que envolvam o imposto ICMS. **Fonte** EY - **Ano** 2013 a 2017

• **Indicador** Número de atualizações tributárias municipais
Forma de cálculo

Número de atualizações tributárias via decreto do governo municipal, entre 2013 e 2017, que envolvam o imposto ISS e IPTU. **Fonte** EY - **Ano** 2013 a 2017

• **Indicador** CNDs municipais

Forma de cálculo

Nota atingida pelo município no processo de emissão da certidão negativa de débito (CND) para os impostos municipais ISS e IPTU. Os critérios adotados foram: tempo despendido, custo, dificuldade para a emissão, integração do sistema de emissão das certidões, facilidade para obtenção de informações e prazo de validade da certidão. Desse modo, o cálculo segue os critérios e a metodologia da EY que estabelece as notas entre 0 e 10, sendo 0 a pior nota e 10 a melhor. **Fonte** EY / Endeavor - **Ano** 2017

Determinante Infraestrutura

Subdeterminante Transporte interurbano

• **Indicador** Conectividade via rodovias

Forma de cálculo

Soma das rotas mais curtas, em quilômetros, por rodovias do centro de um município até o centro dos outros 31 municípios analisados. **Fonte** Google Maps - **Ano** 2015

• **Indicador** Número de passageiros em voos diretos por ano
Forma de cálculo

Total de passageiros em voos regulares e não-regulares nos aeroportos em um raio de até 80 km do centro da cidade. Se o aeroporto estiver a uma distância superior a 80 km até o centro da cidade ou não estiver na cidade analisada, mas atender a sua população, é considerado 90% do valor total de passageiros. **Fonte** Infraero e concessionárias - **Ano** 2016

• **Indicador** Distância ao porto mais próximo
Forma de cálculo

Distância, em quilômetros, entre o centro do município e o porto marítimo mais próximo, com exceção de Manaus, onde o porto é fluvial e possui alta capacidade. Para efeito de cálculo desse indicador, o valor está em logaritmo natural. **Fonte** Receita Federal e Google Maps - **Ano** 2017

Subdeterminante Condições urbanas

• **Indicador** Acesso à internet rápida

Forma de cálculo

Número de acessos a internet de alta velocidade (acima de 12Mbps) dividido pela estimativa populacional do município. **Fonte** Anatel e IBGE - **Ano** Janeiro de 2017 (Anatel) e 2016 (IBGE)

• **Indicador** Preço médio do m²

Forma de cálculo

Média do preço mediano, por trimestre, do metro quadrado de imóveis residenciais nos municípios. **Fonte** VivaReal - **Ano** Primeiro semestre de 2017

• **Indicador** Custo da energia elétrica

Forma de cálculo

Valor das tarifas residenciais cobradas pelas concessionárias locais e homologadas pela Aneel, em R\$/kWh (reais por quilowatt-hora), sem contemplar tributos e outros elementos que fazem parte da conta de luz, tais como: ICMS, Taxa de Iluminação Pública e Encargo de Capacidade Emergencial. **Fonte** Aneel - **Ano** 2017

•**Indicador** Taxa de homicídios

Forma de cálculo

Este indicador refere-se a apenas homicídios dolosos, que têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizem qualquer meio para provocar danos ou lesões, resultando na morte da vítima. Os homicídios dolosos correspondem à somatória das causas de óbitos X85 a Y09 estabelecidas pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS), e são titulados como Agressões pelo Ministério da Saúde. O cálculo do indicador consiste na divisão do número de homicídios dolosos pela estimativa populacional do município por cem mil habitantes.

Fonte DATASUS e IBGE - **Ano** 2015

•**Indicador** Mobilidade urbana

Forma de cálculo

Esse indicador é a razão da velocidade do trânsito em horário de pico dividida pela velocidade fora do horário de pico em cada município.

Fonte 99 - **Ano** 2017

Determinante Mercado

■ **Subdeterminante** Desenvolvimento econômico

•**Indicador** PIB total (In)

Forma de cálculo

Produto Interno Bruto a preços correntes do município. Para efeito de cálculo desse indicador, o valor está em logaritmo natural.

Fonte IBGE - **Ano** 2014

•**Indicador** Crescimento médio real do PIB nos últimos três anos

Forma de cálculo

Varição média do Produto Interno Bruto do município, em valores reais, entre 2012 e 2014. Para o cálculo desse indicador, calcula-se o deflator do PIB dos últimos quatro anos utilizando o último ano como base multiplicado pelo PIB nominal do respectivo ano e, posteriormente, calcula-se a variação do PIB real dos últimos três anos, finalizando com a média dessa variação.

Fonte IBGE - 2012, 2013 e 2014

•**Indicador** Número de empresas exportadoras com sede na cidade

Forma de cálculo

Número total de empresas exportadoras dividido pelo total de empresas com pelo menos um funcionário localizadas no município.

Fonte MDIC e RAIS (MTE) - **Ano** 2016 (MDIC) e 2015 (RAIS)*

■ **Subdeterminante** Clientes potenciais

•**Indicador** PIB per capita

Forma de cálculo

Produto Interno Bruto a preços correntes dividido pela estimativa populacional do município. Obs.: Nas edições anteriores, esse valor era ponderado pelo gini dos municípios. Para a edição de 2017 optamos por não utilizar essa forma de ponderação.**Fonte** IBGE - **Ano** 2014

•**Indicador** Proporção entre grandes/médias empresas e médias/pequenas

Forma de cálculo

Média entre a proporção de (1) empresas com mais de 250 funcionários e empresas entre 50 e 249 funcionários; e (2) a proporção de empresas entre 50 e 249 funcionários e 10 e 49 funcionários. **Fonte** RAIS (MTE) - **Ano** 2015*

•**Indicador** Compras públicas (média por empresa)

Forma de cálculo

Despesas pagas de investimentos e dispêndios pagos na contratação de serviços de terceiros realizados pela prefeitura, dividido pelo total de empresas com pelo menos um funcionário localizadas no município. Para efeitos de cálculo, foram selecionadas 21 rubricas das despesas orçamentárias do município como proxy de compras públicas. **Fonte** FINBRA (STN) e RAIS (MTE) - **Ano** 2016 (STN) e 2015 (RAIS)*

Determinante Acesso a capital

■ **Subdeterminante** Capital disponível via dívida

•**Indicador** Operações de crédito por município (em relação ao PIB)

Forma de cálculo

Valor, em reais, do saldo das operações de crédito realizadas pelos bancos múltiplos com carteira comercial para pessoas físicas e jurídicas, referentes ao último mês do ano, dividido pelo Produto Interno Bruto do município.

Fonte Banco Central e IBGE - **Ano** Dezembro de 2016 (Banco Central) e 2014 (IBGE)

■ **Subdeterminante** Acesso a capital de risco

•**Indicador** Proporção relativa de Venture Capital

Forma de cálculo

Porcentagem da cidade em relação ao total dos investimentos de Venture Capital e Aceleradoras feitos nas 32 cidades (X), comparada à porcentagem de PMEs na cidade em relação ao total das 32 cidades (Y); considerando os investimentos que ocorreram entre 2011 e 2017. O indicador consiste na relação (X/Y) entre as duas variáveis. **Fonte** Spectra Investments e RAIS (MTE) - **Ano** 2011 a 2017 (Spectra Investments) e 2015 (RAIS)*

•**Indicador** Proporção relativa de Private Equity

Forma de cálculo

Porcentagem da cidade em relação ao total dos investimentos de Private Equity feitos nas 32 cidades (X), comparada à porcentagem de grandes empresas na cidade em relação ao total das 32 cidades (Y); considerando os investimentos que ocorreram entre 2011 e 2017. O indicador consiste na relação (X/Y) entre as duas variáveis.

Fonte Spectra Investments e RAIS (MTE) - **Ano** 2011 a 2017 (Spectra Investments) e 2015 (RAIS)*

•**Indicador** Capital poupado per capita

Forma de cálculo

Valor, em reais, do saldo dos depósitos em poupança e depósitos a longo prazo, de pessoas físicas e jurídicas, referentes ao último mês do ano, dividido pela estimativa populacional do município.

Fonte Banco Central e IBGE - **Ano** Dezembro de 2016 (Banco Central) e 2016 (IBGE)

Determinante Inovação

■ **Subdeterminante** Inputs

•**Indicador** Proporção de Mestres e Doutores em C&T (para cada 100 empresas)

Forma de cálculo

Número de mestres e doutores residentes com currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atuantes em pesquisa e ensino nas áreas de ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias e ciências da saúde. Para o cálculo do indicador, divide-se o número total de mestres e doutores em C&T pelo número total de empresas com pelo menos um funcionário localizadas no município. **Fonte** CNPq e RAIS (MTE) - **Ano** 2016 (CNPQ) e 2015 (RAIS)*

•**Indicador** Proporção de funcionários nas áreas de C&T

Forma de cálculo

Número de trabalhadores ocupando funções nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), dividido pelo número total de trabalhadores no município. **Fonte** RAIS (MTE) - **Ano** 2015*

•**Indicador** Média de investimentos do BNDES e da FINEP

Forma de cálculo

Investimentos totais do BNDES e da FINEP divididos pelo número total de empresas com pelo menos um funcionário.

Fonte BNDES, FINEP e RAIS (MTE) - **Ano** 2016 e 2017 (BNDES e FINEP) e 2015 (RAIS)*

•**Indicador** Infraestrutura tecnológica

Forma de cálculo

Média padronizada do (1) Nº de Unidades Sibratec + (2) Projetos realizados pelos Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia + (3) Nº de Empresas instaladas em Parques Tecnológicos. **Fonte** Senai, Sibratec e Anprotec - **Ano** 2016*

•**Indicador** Contratos de concessões (para cada 1.000 empresas)

Forma de cálculo

Número total de contratos de Propriedade Intelectual depositados nos dois últimos anos, para cada mil empresas com pelo menos um funcionário localizadas no município.

Fonte INPI e RAIS (MTE) - **Ano** 2015 e 2016 (INPI) e 2015 (RAIS)*

Determinante Inovação

■ **Subdeterminante** Outputs

•**Indicador** Proporção de empresas com patentes

Forma de cálculo

Total de empresas com registros concedidos de patentes e programas de software até o ano de 2016, para cada mil empresas com pelo menos um funcionário localizadas no município. **Fonte** Neoway e RAIS (MTE) - **Ano** 2016 (Neoway) e 2015 (RAIS)*

•**Indicador** Tamanho da indústria inovadora

Forma de cálculo

Proporção de empresas da indústria inovadora, selecionadas a partir das classes da CNAE 2.0, em relação ao total de empresas com ao menos um funcionário no município. **Fonte** RAIS (MTE) - **Ano** 2015*

•**Indicador** Tamanho da economia criativa

Forma de cálculo

Proporção de empresas da economia criativa, selecionadas a partir das classes da CNAE 2.0, em relação ao total de empresas com ao menos um funcionário no município. **Fonte** RAIS (MTE) - **Ano** 2015*

•**Indicador** Tamanho das empresas TIC

Forma de cálculo

Proporção de empresas dos setores de tecnologia, selecionadas a partir das classes da CNAE 2.0, em relação ao total de empresas com ao menos um funcionário no município.

Fonte RAIS (MTE) - **Ano** 2015*

Determinante Capital Humano

■ **Subdeterminante** Acesso e qualidade da mão de obra básica

•**Indicador** Nota do Ideb

Forma de cálculo

Índice final do Ideb, calculado pelo Inep com base no fluxo escolar e nas médias de desempenho nas avaliações de português e matemática, nos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas do município. **Fonte** Inep (Ideb) - **Ano** 2015*

•**Indicador** Proporção de adultos com pelo menos o ensino médio completo

Forma de cálculo

Média entre a proporção de pais e mães declarados com ensino médio completo pelos inscritos no Enem. **Fonte** Inep (Enem) - **Ano** 2015

•**Indicador** Taxa Líquida de matrícula no ensino médio

Forma de cálculo

Alunos matriculados no ensino médio entre 15 e 17 anos, divididos pela população estimada de pessoas com idade entre 15 e 17 anos. **Fonte** Inep (Censo Escolar) - **Ano** 2016 (Inep) e 2017 (IBGE)

•**Indicador** Nota média no Enem

Forma de cálculo

Nota média do Enem para todas as provas dos inscritos na cidade. **Fonte** Inep (Enem) - **Ano** 2015

•**Indicador** Proporção de matriculados no ensino técnico e profissionalizante

Forma de cálculo

Total de alunos inscritos no ensino técnico, dividido pela população estimada com 15 anos ou mais. **Fonte** Inep (Censo Escolar) - **Ano** 2016 (Inep) e 2017 (IBGE)

■ **Subdeterminante** Acesso e qualidade da mão de obra qualificada

•**Indicador** Proporção de adultos com pelo menos o ensino superior completo

Forma de cálculo

Média entre a proporção de pais e mães declarados com ensino superior completo pelos inscritos no Enem. **Fonte** Inep (Enem) - **Ano** 2015

•**Indicador** Proporção de alunos concluintes em cursos de alta qualidade

Forma de cálculo

Total de concluintes em cursos de alta qualidade, reconhecidos com as notas 4 e 5 no Enade, nos últimos três anos, dividido pelo total de alunos concluintes em cursos de graduação avaliados pelo Enade. **Fonte** Inep (Enade) - **Ano** 2014, 2015 e 2016

•**Indicador** Número de alunos concluintes em cursos de alta qualidade

Forma de cálculo

Log do total de concluintes em cursos de alta qualidade, reconhecidos com as notas 4 e 5 no Enade, nos últimos três anos. **Fonte** Inep (Enade) - **Ano** 2014, 2015 e 2016

•**Indicador** Custo médio de salários de dirigentes

Forma de cálculo

Salário médio de funcionários em cargos de gerência e direção segundo classificação própria a partir da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). **Fonte** MTE (RAIS) - **Ano** 2015*

Determinante Cultura

■ **Subdeterminante** Potencial empreendedor

Para todos os indicadores do subdeterminante “Potencial para Empreender com Alto Impacto”, foi aplicado o Teste META, baseado em critérios psicométricos e criado pelo Instituto Meta Profiling. O Teste META faz um diagnóstico sobre as quatro atitudes essenciais (Visão de Oportunidade, Proatividade, Criatividade e Sonho Grande) para qualquer empreendedor de alto impacto, validada internacionalmente com mais de 100 mil pessoas. Foram entrevistadas mais de 9 mil pessoas, via questionário online, entre junho e julho de 2015.

Para mais informações sobre o Teste META: <http://www.metaprofiling.com/documents/Meta-technical-manual-final.pdf>

■ **Subdeterminante** Imagem do empreendedorismo

•**Indicador** Status do empreendedor

Forma de cálculo

Percentual de respondentes que concordam parcial ou totalmente com a afirmação: “Você acredita que na sua cidade aqueles que tiveram sucesso ao começar um novo negócio têm status e são respeitados?”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Percepção sobre empreendedorismo na mídia

Forma de cálculo

Total de respondentes que respondem “muitas vezes” ou “sempre” para a pergunta: “Na sua cidade, você vê histórias sobre novos empreendedores bem sucedidos na mídia?”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Percepção sobre relação entre empreendedor e funcionários

Forma de cálculo

Total de respondentes que “discordam” ou “discordam totalmente” da afirmação: “Eu acredito que empreendedores exploram seus funcionários”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Incentivo ao empreendedorismo na família

Forma de cálculo

Total de respondentes que “discordam” ou “discordam totalmente” da afirmação: “Se alguém muito próximo a mim – pais, irmã(o), esposo(a) – quisesse empreender, eu acharia difícil de apoiar, pela insegurança financeira”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Dependência de empreendedores

Forma de cálculo

Total de respondentes que “concordam” ou “concordam totalmente” com a afirmação: “Eu acredito que o desenvolvimento do Brasil depende muito dos empreendedores”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Percepção sobre a dificuldade de empreender na cidade

Forma de cálculo

Total de respondentes que “discordam” ou “discordam totalmente” da afirmação: “Empreender, na minha cidade, é bastante complicado”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Conhecimento pessoal de empreendedores

Forma de cálculo

Percentual de respondentes que responderam afirmativamente à pergunta: “Você conhece alguém pessoalmente que abriu um negócio nos últimos dois anos?”. **Fonte** Endeavor - **Ano** 2015

•**Indicador** Quão desejável é ser empreendedor na cidade

Forma de cálculo

Nota média, variando entre 1 e 10, em que 10 é “melhor opção de carreira possível” e 1, a pior, ao ser perguntado: “Na sua cidade, a maioria das pessoas considera que abrir um negócio é:”

Fonte Endeavor - **Ano** 2015

ANEXO 3:

METODOLOGIA DO

DETERMINANTE

DE CULTURA

EMPREENDEDORA

DETERMINANTE DE CULTURA EMPREENDEDORA

Parceria: META

Para conhecer o estudo completo, acesse info.endeavor.org.br/culturaempreendedoranobrasil

Nesta edição, os dados do pilar de Cultura Empreendedora são os mesmos utilizados na edição anterior do ICE. Aspectos culturais de uma população não costumam mudar de forma significativa no período de um ano, com possíveis exceções — caso aconteça eventos marcantes na história da população a ponto de elas reavaliarem suas posições acerca do empreendedorismo, por exemplo.

Uma cidade pode ter excelentes indicadores nas mais diversas determinantes. Por mais que a burocracia seja baixa, a infraestrutura moderna ou a renda disponível seja alta, nada disso pode fazer com que uma cidade se torne uma potência para fazer negócios se o local não tem moradores que pensem em criar

grandes negócios e que veem valor nos empreendedores. Esses são alguns aspectos importantes da cultura empreendedora de uma população, que foram pesquisados pela Endeavor neste ano em cada uma das cidades analisadas.

Foram realizadas 9.013 entrevistas pela internet, com aplicação do questionário nos habitantes das 32 cidades deste estudo, incluindo empreendedores, autônomos, empregados, donas (os) de casa e desempregados, durante os meses de julho e agosto de 2015. Uma amostra de empreendedores de alto impacto — empreendedores selecionados e apoiados pela Endeavor Brasil ao longo dos 15 anos de atuação no País — também foi usada como um grupo de referência (benchmark), para ter seus resultados comparados ao restante da amostra. Neste pilar, foram observados dois tipos de aspectos culturais ou determinantes: potencial para empreender com alto impacto e imagem do empreendedorismo, explicados a seguir.

POTENCIAL PARA EMPREENDER COM ALTO IMPACTO

A principal medida usada no estudo para avaliar o potencial para se empreender com alto impacto é o teste META, ou Measure of Entrepreneurial Tendencies and Abilities - é um dos instrumentos de medição mais utilizados no mundo para avaliar o potencial para empreender com alto impacto. A medida foi desenvolvida pelo META Profiling, um instituto com cientistas da University College London, e que recebeu colaboração da New York University, do Harvard's Entrepreneurial Finance Lab (EFL) e do Governo do Reino Unido para a construção da metodologia do teste.

Nos últimos três anos, a metodologia foi testada em mais de 200 mil pessoas em mais de 25 países e mostrou ser um forte indicador de uma série de resultados de desempenho para empreendedores e não empreendedores, como crescimento organizacional, inovação e número de empresas abertas. O Teste META permite entender qual o potencial para empreender com alto impacto, ou seja, a capacidade para ser um empreendedor que inova, cresce e gera empregos. Os resultados do teste são divididos em quatro atitudes que influenciam o sucesso de qualquer empreendedor: visão de oportunidades (a sensibilidade de identificar novas oportunidades de negócios e tendências futuras), proatividade (a capacidade de iniciar novas ações antes da maioria), criatividade (a capacidade de gerar ideias inovadoras) e sonho grande (a capacidade de enxergar além, ter visão sistêmica e motivação para trazer mudanças com suas

ideias e negócios). As pontuações por atitudes variam entre 0 a 50 pontos, e compõem a pontuação final do Teste META, totalizando um máximo de 200 pontos. A média de pontos META dos pesquisados de cada cidade forma a média da cidade e a nota final deste indicador no ICE2016.

Por que há empate entre várias cidades nesse indicador?

Análises estatísticas foram realizadas para identificar quais motivos levam algumas cidades a terem médias no teste maiores ou menores em relação a outras. Essas análises indicaram que as diferenças nas notas de cada cidade, em parte considerável das vezes, não são estatisticamente significativas em cada uma das sete colocações apresentadas nos resultados desse determinante. Isso significa que cidades com maiores médias no teste hoje poderiam ter médias menores que as demais da sua posição numa outra medição com as mesmas características. Em termos práticos, isso significa, por exemplo, que Florianópolis não tem uma diferença de resultado estatisticamente relevante em relação a Teresina, por isso, as cidades estão “tecnicamente empatadas”. O mesmo não ocorre entre Florianópolis e Maringá, melhor posicionada e fora de um empate técnico.

Para conhecer mais sobre a metodologia e essas atitudes, acesse: goo.gl/GrV2LV

IMAGEM DO EMPREENDEDORISMO

A imagem do empreendedorismo traduz a imagem que a população de cada uma das cidades tem da atividade empreendedora e dos empreendedores em si. Trata-se, portanto, de um elemento ligado à cidade e não a um ou outro segmento. Essa “imagem” foi obtida por meio de um conjunto de perguntas específicas presentes no questionário, como o quanto empreendedores são bem vistos na cidade, o quanto eles estão presentes na mídia e quão atraente é a opção “empreender”. Quanto mais uma população concorda, fortemente ou não, com ideias positivas ao ambiente empreendedor, maior é sua média nessa determinante.

É importante notar que este Índice é um indicador do potencial e de propensão para empreender em cada cidade. Logo, não necessariamente reflete a real presença de empreendedores em cada região, que pode ser medida de diversas outras formas, mas a possibilidade de o impulso empreendedor se manifestar com mais intensidade, dadas as devidas condições para isso. Em conjunto com os demais determinantes analisados neste estudo, o Índice de Cultura Empreendedora auxilia a entender o desenvolvimento do ambiente empreendedor e a performance empreendedora em cada cidade estudada.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

Ács, Zoltán J.; Szerb, László & Autio, Erko. "Global Entrepreneurship Index". GEDI. (2015)

Ahmad, Nadim. "A Proposed Framework for Business Demography Statistics". OCDE. (2006)

Ahmad, Nadim & Hoffmann, Anders N. "A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship". OCDE. (2007). Disponível em: http://www.oecdilibrary.org/economics/a-framework-for-addressing-and-measuring-entrepreneurship_243160627270

Appy, B.; Rezende, G. M. Tributação e concorrência: sistema tributário pode favorecer empresas ou formas de organização produtiva menos eficientes. O Estado de São Paulo, Economia & Negócios, Junho 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tributacao-e-concorrencia,70001837903>.

Arboleda, Pedro; Dassel, Kurt & Grogan, C. Jeffrey. "Paths to Prosperity", Monitor Group. (2009). Disponível em: http://icma.org/en/icma/knowledge_network/documents/kn/Document/303489/Paths_to_Prosperty

Aspen Network of Development Entrepreneurs. "Entrepreneurial Ecosystem Diagnostic Toolkit", (2013). Disponível em: <http://www.aspeninstitute.org/publications/entrepreneurial-ecosystem-diagnostic-toolkit>

Audretsch, David B. Thurik, Roy, Verheulm Ingrid & Wennekers, Sander. "Entrepreneurship: Determinants and Policy in a European-U.S. Comparison", Boston/Dordrecht/London: Kluwer Academic Publishers, 11-83. (2002)

Barros, Aluizio Antonio de; Miranda de Araújo Pereira, Cláudia Maria. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. RAC -Revista de Administração Contemporânea, v. 12, n. 4, 2008.

Bartholomew, D., F. Steele, I. Moustkaki, & J. Galbraith. "The Analysis and Interpretation of Multivariate Data for Social Scientists", Londres: Chapman and Hall. (2002).

Bourdieu, Pierre. A distinção. São Paulo: Edusp, 2007.

Burkowski, Érika; Perobelli, Fernanda Finotti; Zanini, Alexandre. A identificação de preferências e atributos relacionados à estrutura de capital em pequenas empresas. RAE -eletrônica, v. 8, n. 1, p. 1, 2009.

Callaway, Stephen K. Elements of infrastructure: factors driving international entrepreneurship. New England Journal of Entrepreneurship, v. 7, n. 1, p. 27, 2004.

Canuto, Otaviano; Cavallari, Matheus; Reis, José Guilherme. Brazilian Exports: Climbing Down a Competitiveness Cliff. World Bank Policy Research Working Paper 6302, Washington, DC. (2013)

Cardenas, Mauricio; Rozo, Sandra. Informalidad empresarial en Colombia: problemas y soluciones. Desarrollo y Sociedad, n. 63, p. 211-243, 2009.

Chandra, Yanto; Coviello, Nicole. Broadening the concept of international entrepreneurship: 'Consumers as international entrepreneurs'. Journal of World Business, v. 45, n. 3, p. 228-236, 2010.

Costa, Ariana de S.C; Santana, Lídia C. de; Trigo, Antonio C. Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. Revista de Iniciação Científica - RIC Cairu, v. 2, n. 2, p. 155-172, 2015.

Coviello, Nicole E.; Munro, Hugh J. Growing the entrepreneurial firm: networking for international market development. European Journal of Marketing, v. 29, n. 7, p. 49-61, 1995.

Djankov, S.; Ganser, T.; McLiesh, C.; Ramalho, R.; Shleifer, A. The Effect of Corporate Taxes on Investment and Entrepreneurship. American Economic Journal: Macroeconomics, American Economic Association, v. 2, n. 3, p. 31-64, 2010.

Dutta, Soumitra; Lanvin, Bruno & Wunsch-Vincent Sacha. "The Global Innovation Index" (2015). Disponível em: <https://www.globalinnovationindex.org/content/page/GII-Home>

Endeavor Brasil. Burocracia nos negócios: os desafios de um empreendedor no Brasil. (2015). Disponível em: <http://info.endeavor.org.br/burocracianobrasil>

Endeavor Brasil. Cultura Empreendedora no Brasil: o potencial para empreender com alto impacto. (2015). Disponível em: <http://info.endeavor.org.br/culturaempreendedoranobrasil>

Endeavor Brasil & IBGE. Estatísticas de Empreendedorismo. (2013). Disponível em: <http://info.endeavor.org.br/estatisticas-de-empreendedorismo-2013>

Fatoki, Olawale Olufunso; Chindoga, Lynety. An investigation into the obstacles to youth entrepreneurship in South Africa. *International Business Research*, v. 4, n. 2, p. 161, 2011.

Ferreira, Daniela Assis Alves. Tecnologia: fator determinante no advento da sociedade de informação? *Perspectivas em ciência da informação*, v. 8, n. 1, 2008.

Gnywali, Devi R.& Fogel. Environments for entrepreneurship development: key dimensions and research implications. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 18, p. 43-43, 1994.

Grzyb, Urszula; Trzepacz, Piotr Zenon. Investment in Transport Infrastructure as a Crucial Factor of Entrepreneurship Development in the New EU Member States-The Polish Case. *European Integration Studies*, n. 6, p. 94-100, 2012.

Guiomar, Tiago. Gestão do Conhecimento: A importância da Inovação e da Competitividade numa Organização do Século XXI. (Tese Doutorado) Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014

Hamann, Franz & Mejía, Luis-Fernando. Formalizando la informalidad empresarial en Colombia. *Borradores de Economía*, n. 676, 2011.

Harvard University. The Atlas of Economic Complexity (2015). Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>.

Hoffmann, A., Larsen, M. & Oxholm, S. "Quality Assessment of Entrepreneurship Indicators", FORA, Copenhagen. (2006) Disponível em: http://ice.foranet.dk/upload/quality_assessment_of_entrepreneurship_indicators_002.pdf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PINTEC (2014). Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br>.

Junqueira, Luis Renato et al. Alavancagem Financeira como Estratégia de Financiamento do Processo de Crescimento de Empresas Brasileiras de Capital Aberto no Período 1995-2002. *Economia & Gestão*, v. 10, n. 23, p. 23-39, 2010.

Lang, Larry, Ofek, Eli e Stulz, Rene M. Leverage, investment, and firm growth. *Journal Financial Economics*, v. 40, n. 1, p. 3-29, 1996.

Lopes, Ana Lúcia Miranda et al. Markowitz na otimização de carteiras selecionadas por Data Envelopment Analysis – DEA. *Gestão e Sociedade*, v. 4, n. 9, p. 640-656, 2011.

Lopes, Luckas Sabioni; Toyoshima, Sílvia Harumi. Evidências do impacto da corrupção sobre a eficiência das políticas de saúde e educação nos estados brasileiros. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 41, 2013.

Lundström Anders & Stevenson, Lois. "Entrepreneurship Policy Theory and Practices", *International Studies in Entrepreneurship*, Springer, 2005.

Liepina, Sanda; Coolidge, Jacqueline; Grava, Lars. Improving the Business Environment in Latvia. World Bank, 2008

Manolova, Tatiana S.; Eunni, Rangamohan V.; Gyoshev, Bojidar S. Institutional environments for entrepreneurship: Evidence from emerging economies in Eastern Europe. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 32, n. 1, p. 203-218, 2008.

Meek, William R.; Pacheco, Desirée F.; York, Jeffrey G. The impact of social norms on entrepreneurial action:

Evidence from the environmental entrepreneurship context. *Journal of Business Venturing*, v. 25, n. 5, p. 493-509, 2010.

Mollo, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 449-474, 2011.

Monteiro Neto, A.; Castro, C. N.; Brandão, C. A. (Organizadores). *Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2017.

Monteiro, Guilherme Fowler de A. Empresas de alto crescimento e o desafio de scale-up: Onde estamos e para onde podemos ir, White Paper, 2017.

Mouloul, Alhousseini. Compreender a Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA). 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412

Mundial, Banco. Doing business 2013: smarter regulations for small and medium-size enterprises. The World Bank, 2013.

Negri, Fernanda de. Determinantes da capacidade de absorção das firmas brasileiras: qual a influência do perfil da mão-de-obra. Tecnologia, exportação e emprego. Brasília: Ipea, 2006.

Oviatt, Benjamin M.; Mcdougall, Patricia P. Defining international entrepreneurship and modeling the speed of internationalization. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 29, n. 5, p. 537-554, 2005.

Peeters, Dominique; Thisse, Jacques-François; Thomas, Isabelle. Transportation networks and the location of human activities. *Geographical Analysis*, v. 30, n. 4, p. 355-371, 1998.

Plonski, Guilherme Ary. Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 1, p. 25-33, 2005.

PwC. "Cities of Opportunity 6". (2014) Disponível em: <http://www.pwc.com/us/en/cities-of-opportunity/>

Rosenthal, Stuart S.; Ross, Amanda. Violent crime, entrepreneurship, and cities. *Journal of Urban Economics*, v. 67, n. 1, p. 135-149, 2010.

Schwingel, Inês; Rizza, Gabriel. Políticas públicas para formalização das empresas: lei geral das micro e pequenas empresas e iniciativas para a desburocratização. *Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego*, v. 54, p. 48, 2013.

Silva, Thales Dantas. Desburocratização do processo de registro e legalização de empresas: impactos causados com a implementação da REDESIM conforme a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mundial, Banco. Doing Business: Measuring Business Regulations. The World Bank, 2013. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/>

Thurik, Roy; Uhlaner, Lorraine M. & Wennekers, Sander. "Entrepreneurship and Economic Performance: a Macro Perspective". *International Journal of Entrepreneurship Education*. (2002).

Titwicz, R. Caracterização dos fundos de investimentos de capital de risco brasileiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

Van Praag, C. Mirjam. Some classic views on entrepreneurship. *De Economist*, v. 147, n. 3, p. 311-335, 1999.

West III, G. Page; Bamford, Charles E.; Mardsen, Jesse W. Contrasting entrepreneurial economic development in emerging Latin American economies: Applications and extensions of resource-based theory. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 32, n. 1, p. 15-36, 2008.

REALIZAÇÃO E APOIO

REALIZAÇÃO



A Endeavor é uma organização global sem fins lucrativos de fomento a empreendedorismo de alto impacto. No Brasil desde 2000, atua para multiplicar o número de empreendedores de alto crescimento e criar um ambiente de negócios melhor para o País. Para isso, seleciona e apoia os melhores empreendedores, compartilha suas histórias e aprendizados, e promove estudos para entender e direcionar o ecossistema empreendedor brasileiro. Neste ano, 172 Empreendedores Endeavor estão sendo apoiados: eles possuem 92 empresas que faturam cerca de R\$ 3 bi, empregam mais de 30 mil pessoas e crescem, em média, 22% ao ano. Nos últimos dois anos, a Endeavor inspirou e capacitou mais de 10 milhões de brasileiros com conteúdos do Portal Endeavor e cursos educacionais presenciais e a distância.

endeavor.org.br

APOIO



99 - Apoio metodológico e coleta de dados (Infraestrutura)

Com o objetivo de melhorar a vida das pessoas através da tecnologia, a 99 é especializada em soluções de mobilidade urbana para as cidades brasileiras. A empresa, que está presente em mais de 350 cidades, funciona como um marketplace, conectando passageiros a motoristas. www.99app.com

Anprotec - Coleta de dados (Inovação)

A Anprotec reúne cerca de 350 associados, entre incubadoras de empresas, parques tecnológicos, aceleradoras e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação. Líder desse movimento no Brasil, a Associação atua por meio da promoção de atividades de capacitação, articulação de políticas públicas, geração e disseminação de conhecimentos. www.anprotec.org.br



SENAI/CNI - Coleta de dados (Inovação)

SENAI - O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Seus cursos formam profissionais para 28 áreas da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica.

www.portaldaindustria.com.br/senai

CNI - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é a representante da indústria brasileira. É o órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria e, desde a sua fundação, em 1938, defende os interesses da indústria nacional e atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de diversas entidades e organismos no Brasil e no exterior. www.portaldaindustria.com.br/cni





EY - Apoio metodológico e coleta de dados (Ambiente Regulatório)

A EY é líder global em serviços de Auditoria, Impostos, Transações Corporativas e Consultoria. Nossos insights e os serviços de qualidade que prestamos ajudam a criar confiança nos mercados de capitais e nas economias ao redor do mundo. Com isso, desempenhamos papel fundamental na construção de um mundo de negócios melhor para nossas pessoas, nossos clientes e nossas comunidades. No Brasil, a EY conta com 5 mil profissionais que dão suporte e atendimento a mais de 3.400 clientes de pequeno, médio e grande portes.

www.ey.com.br



Meta - Metodologia de Potencial Empreendedor (Cultura Empreendedora)

Meta Profiling é uma empresa de pesquisa especializada na identificação de potencial empreendedor e talento disruptivos nos ambientes corporativos e de desenvolvimento pessoal. META - A Medida de Talentos Empreendedores e Habilidades, em tradução livre - foi validado com mais de 200.000 pessoas em 25 países e prevê uma série de resultados empreendedores de alta performance.

www.metaprofiling.com



Neoway - Coleta de dados (Inovação)

A Neoway desenvolve tecnologias inovadoras que ajudam empresas a fazer mais com menos. Especializada em Big Data, a empresa foca na área de Inteligência de Mercado, com solução para Vendas (geração de leads e gestão de time de vendas), e nas áreas de prevenção a perdas, compliance e recuperação de ativos.

www.neoway.com.br



Opinion Box - Coleta de dados primários (Cultura Empreendedora)

O Opinion Box desenvolve soluções digitais inovadoras para a pesquisa de mercado. Atende milhares de clientes em diversos segmentos, desde PMEs a multinacionais, realizando diferentes tipos de estudos com sua plataforma online e seu painel com mais de 150 mil consumidores em todo o país.

www.opinionbox.com



SEDI - Apoio metodológico e coleta de dados (Ambiente Regulatório)

Com mais de 20 anos liderando o mercado, a SEDI é uma empresa especializada em Assessoria e Consultoria Empresarial no setor de legalização governamental. Foi criada com o intuito de facilitar o dia a dia dos empreendedores e cuidar da regularização de empresas.

www.sedi.com.br



Spectra Investimentos - Dados sobre indústria de capital de risco (Acesso a Capital)

A Spectra é uma gestora especializada em investimentos em Private Equity com grande experiência no segmento no Brasil, e tem como objetivo permitir o acesso a essa indústria, através de fundos de fundos, de forma diversificada e eficiente.

www.spectrainvest.com



VivaReal - Coleta de dados do mercado imobiliário (Infraestrutura)

O portal da VivaReal ajuda as pessoas a encontrar e viver na casa dos seus sonhos, por meio da divulgação de mais de 4,5 milhões de imóveis em mais de mil cidades do Brasil. No Brasil desde 2009, possui 16 escritórios nas principais cidades.

www.vivareal.com.br

No Brasil, menos de 1% das empresas apresenta crescimento acelerado. E, apesar de serem pouquíssimas, essas empresas, chamadas de scale-ups, são responsáveis por quase 50% dos novos empregos do país. É mais do que necessário desenvolver políticas públicas em todos os níveis, mas especialmente nas cidades.

Analisando 32 cidades de todas as regiões do país por meio de 60 indicadores, o Índice de Cidades Empreendedoras 2017 dá continuidade ao trabalho de ajudar governos e sociedade civil a definir prioridades e acompanhar resultados. Além de fomentar o debate político sobre empreendedorismo, o estudo também é um guia para empreendedores refletirem sobre onde estão as melhores oportunidades para desenvolver seus negócios.

www.endeavor.org.br

